INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 15 - Nº 7 - 15 DE JULHO DE 1995 - R$ 5,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

A VOCAÇÃO AGRÍCOLA DO RIO

SADIA: POR QUE INVESTIR NA ARGENTINA?

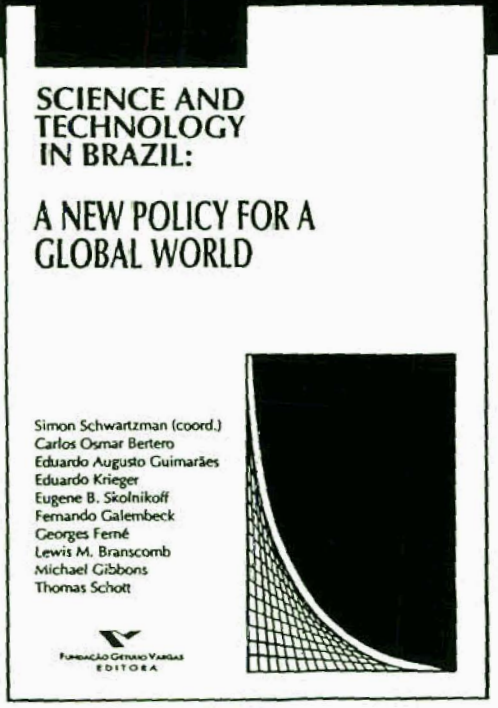
MILHO: PREÇOS BAIXOS, FUTURO INCERTO

DEFLAÇÃO NO AGRIBUSINESS



SCIENCE AND TECHNOLOGY IN BRAZIL : *a new policy for a global world,*

coordenado por Simon Schwartzman, sintetiza os resultados de um estudo sobre política de ciência e tecnologia, realizado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/ FGV)para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Tecnológico. O livro aborda a questão da C&T sob diversos ângulos - a necessidade de uma nova política brasileira de C&T, tendo em vista a globalização; a C&T na nova ordem mundial; a política norte-americana de ciência e tecnologia; o desempenho, a especialização e a integração internacional da ciência no Brasil - e contém dados comparativos interessantes acerca do Brasil e dos demais países latino-americanos e, de Israel.



PUBLICADO EM INGLÊS

Schwartzman, Simon (coord.)
IX + 284 p. R$ 28,00

FGV EDITORA

Praia de Botafogo, 190 - 6º andar - 22253-900 - Rio de Janeiro/RJ
Fone: (021) 551-0698 - Telex (021) 36811 - Fax (021) 551-0948

Detentora de tecnologia de ponta, a agroindústria brasileira de carnes avícola e de suíno se notabiliza internacionalmente. Oferecendo produtos de excelente qualidade, a consumidores cuja exigência vem crescendo em sintonia com as necessidades ditadas pela vida moderna, as empresas deste setor saudaram com especial regozijo a implantação do Mercosul e a conseqüente abertura de novos mercados potenciais para seus produtos. No caso, o destaque ficou por conta das exportações à Argentina, país que, embora se notabilize pelo tradicional elevado consumo de carne bovina, foi rapidamente conquistado pelos atributos das carnes alternativas provenientes do Brasil.

Por essas razões, *Agroanalysis* procurou uma empresa com forte atuação no mercado argentino para levar a seus leitores as perspectivas que se abrem na avicultura.

A Redação

Aposta portenha



Murilo Guimarães

No Brasil, a Sadia tem 28% do mercado de produtos industrializados. É sua a maior participação nos mercados em que atua — 15% no comércio de aves e 13,1% no comércio de carne de suínos. É líder em todos eles. A soja, outro de seus carros-chefes, lhe concedeu a vice-liderança de mercado, com uma participação de 9,3%. No ano passado, a empresa lucrou US$65,929 milhões, 65,4% a mais que em 1993. Para tanto, seu faturamento cresceu 62,45%, atingindo US$2,783 bilhões, dos quais US$500 milhões vieram de exportações para 43 países. Sua palavra de ordem, como relata Murilo Guimarães, diretor-geral da área internacional do conglomerado, é a internacionalização.

Reside no Mercosul — mais exatamente na Argentina — a prioridade da estratégia atual de internacionalização da Sadia. Ela pretende começar a produzir nesse país, para auferir receita no exterior nos próximos anos. Aproximadamente 10% dos investimentos que a Sadia fará em 1995 serão alocados no país vizinho.

Trata-se de uma aposta singular em um momento em que a recessão começa a incomodar os argentinos e em uma América Latina cujas principais economias sofrem com a ressaca do chamado efeito tequila *da crise mexicana. Não é à toa, portanto, que a Sadia, a partir deste ano, quer dar ênfase à venda de produtos industrializados para os portenhos, encolhendo a participação de commodities, como as carnes de suíno e de aves, nas suas vendas para a Argentina. Afinal, a margem que esses produtos proporcionam é significativamente maior, como nos revela Guimarães.*

■ *Como a Sadia estreou no comércio exterior?*

— Começamos em 1973, exportando frangos para o Oriente Médio. Logo em seguida, passamos a fornecer para a Ásia. Depois, entramos na Europa. Aí, a porta foi a Itália, para onde vendemos frango e peru. Nos anos 80, por países, nossos maiores mercados foram a Arábia Saudita, a Alemanha e a Itália, em ordem decrescente. Para os EUA, exportamos apenas carne bovina cozida congelada e *corned beef*. Os EUA competem conosco em exportação de frango, assim como a França. São nossos maiores concorrentes e operam com um subsídio que representa 40% do preço.

■ *E a soja?*

— A Sadia é hoje o segundo maior grupo brasileiro em capacidade de

esmagamento de soja e, ao mesmo tempo, o maior consumidor de soja. Esse consumo é necessário para nossa produção de ração animal para aves e contribui para que tenhamos nos tornado o maior produtor de ração animal. Mas só começamos a exportar soja recentemente, como matéria-prima de ração.

■ *Antes da constituição do Mercosul, a Sadia já exportava para a América do Sul?*

— Esporadicamente, para o Uruguai e a Argentina. E não foi só frango. No caso do Paraguai, porém, nunca vendemos diretamente. Nosso produto chegava lá por intermédio de revendedores paranaenses, que compravam de nós e revendiam na fronteira. Em 1991, fizemos algumas operações mais consistentes exportando frango, peru e cortes de suíno para a Argentina. Era uma venda do produto "commoditizado". Naquela época, o custo de produção brasileiro era menor e a questão cambial favorecia as vendas brasileiras. Detectamos, na ocasião, que havia uma defasagem muito grande entre a produção argentina e a brasileira. Eles usavam, então, mais tempo e mais ração por quilo de proteína animal no caso do frango. Nós éramos mais eficientes.

■ *Isso facilitou a penetração no mercado? De lá para cá, esse panorama se alterou?*

— Sem dúvida. Nossa participação estimulou os produtores argentinos a investirem e reduzirem seu *gap* tecnológico de produção. Com o advento do real, o mercado brasileiro se tornou mais atrativo do ponto de vista de preço, e muitos produtores brasileiros, que haviam passado a vender para a Argentina, reduziram ou suspenderam seus negócios com esse mercado. Nós, entretanto, perdemos faturamento mas desviamos apenas parte das exportações e nos mantivemos no mercado argentino. A saída dos concorrentes fez o preço subir lá, logo em seguida, estimulando o produtor argentino a preencher o vácuo e a investir na produção.

■ *A população argentina é grande consumidora de carne bovina. Sua ingestão* per capita *do produto chega a 80kg por ano. O que levou a Sadia a fazer uma aposta tão firme nesse mercado menos habituado ao consumo de carne branca?*

— O fato é que acreditamos no Mercosul e percebemos que havia um mercado insatisfeito com espaço para se vender frango a preço aceitável. O argentino, na verdade, é grande consumidor de proteína animal, com preferência pela carne bovina vermelha, mas o mercado de carne branca sempre existiu e não é pequeno. A tendência é que ele se amplie na medida em que o país avance em termos de saúde econômica.

O argentino é grande consumidor de proteína animal, com preferência pela carne bovina vermelha. Mas o mercado de carne branca sempre existiu e não é pequeno.

■ *Não se pode dizer que hoje a Argentina esteja propriamente em fase de expansão de sua saúde econômica.*

— Sim, mas nossa visão é de mais longo prazo.

■ *Não houve uma inversão de perspectivas em relação ao mercado argentino, desde que vocês passaram a vender para esse país de forma sistemática e a partir do crescimento do mercado interno, após a adoção do Plano Real no Brasil?*

— Definitivamente não. Nós começamos a trabalhar a Argentina interessados no Mercosul e mantemos nosso empenho.

■ *O que foi preciso fazer para que em 1992 o produto da Sadia entrasse mais sistematicamente no mercado argentino?*

— No caso do frango, aumentamos a oferta nos empenhando em nos adequar a quesitos locais, como a cor amarelada do frango argentino e a embalagem mais transparente, às quais o consumidor argentino está mais acostumado. Uma simples adaptação de ração. Além disso, vendemos lá apenas os frangos que aqui são considerados de tamanho grande. Na embalagem, reduzimos o impresso de modo a que o consumidor possa ver tudo — a perna, a coxa e o peito. É o inverso do que tivemos que fazer no mercado espanhol, no Oriente Médio e na Europa, onde a embalagem é totalmente leitosa.

■ *Não foi preciso reduzir preço para entrar na Argentina?*

— Nossa investida no mercado argentino não se deveu apenas ao fato de que, em 1992, quando abrimos nosso escritório lá, o preço naquele mercado era melhor do que o daqui. Nós não reduzimos nosso preço para entrar lá. Vendemos o mesmo produto com pequenas adaptações — apenas isso.

■ *Houve exigências em termos de informações e qualidades sanitárias a serem observadas?*

— As nossas pesquisas de mercado indicaram que os argentinos são mais exigentes do que se costuma ser no Brasil em termos de informação. Mas quanto às exigências de limites de produtos químicos, nossos padrões são japoneses, e se já atendíamos a esse mercado, não

havia por que não atendermos ao argentino.

■ *Como vocês lidaram com o relacionamento com a clientela?*

— Na Argentina, o supermercado, que é o nosso cliente, está começando a crescer agora. Fizemos promoções de mercado, sobretudo no lançamento de produtos. E pesquisamos a ponto de termos relançado a salsicha em embalagem menor. Lá eles preferem embalagens com seis unidades. Uma de nossas promoções foi um circo para os filhos dos principais clientes dos supermercados.

■ *Foi necessário algum cuidado específico na prática das vendas a supermercados na Argentina?*

— Na Argentina, os cheques pré-datados são endossados sucessivamente e o comércio trabalha com grandes posições, que são liquidadas por 45 a 60 dias. Tivemos que apurar a seleção de clientes, até que a lei alterou essa possibilidade em um país onde não existe duplicata. Chegamos a operar com uma inadimplência de até US$3 milhões.

■ *Como vocês lidam com o "marketing de relacionamento" na Argentina?*

— Do mesmo modo que no Brasil. Nossa agência lá é a MacCann, que nos aconselhou, por exemplo, no caso do lançamento dos empanados de frango, a chamar a atenção para o fato de que não se trata de um aglomerado, mas da reconstituição da carne de modo crocante. Fizemos então testes no local de venda, para evitar que o consumidor se oriente pela embalagem, sem perceber que o produto da Sadia é diferente. Mas não há muita diferença entre o trabalho que se faz lá e o que se faz aqui. Nossa verba publicitária em 1994 foi de pouco menos de US$1,5 milhão, dos quais 60% foram destinados a promoções em supermercados.

■ *No ano passado, a Argentina comprou 54 mil toneladas de carne de aves e suínos do Brasil. Qual a participação da Sadia nesse total?*

— No ano passado, vendemos 6.600t de aves e 2.100t de carne de suíno, além de 2.200t de produtos industrializados — salames, mortadelas, salsichas, presuntos, patês, lingüiças, defumados, copa, lombos e fatiados. Isso representou um faturamento total de US$23,4 milhões. Em 1993, exportamos 7 mil toneladas de carne de aves, 4.700t de suínos e 500t de produtos industrializados, equivalentes a um faturamento de US$18,3 milhões. Mas já em 1992, quando vendemos 9.500t de suínos e 4.300t de aves, nosso faturamento foi de US$22 milhões.

Nossa intenção é dar ênfase aos produtos industrializados e não às commodities. Há condições significativas de mercado nesse nicho, no qual obtemos uma margem de lucro bem maior.

■ *Como o sr. explica o pequeno recuo no volume de aves exportadas e a grande queda nas vendas de suínos em 1994?*

— Desde maio, houve uma proibição formal da entrada de carne suína no mercado argentino que afetou duramente as vendas. Trata-se de uma medida protecionista local. Quanto às aves, houve um entendimento entre a Associação de Exportadores de Frangos no Brasil e instituições argentinas interessadas em certo controle das exportações brasileiras. Isso resultou em uma limitação do volume de vendas de frango em 1994. Independente disso, entretanto, nossa estratégia não está mais em expandir ou dar ênfase à venda de suínos ou aves. A carne de suíno é comprada sobretudo pela indústria de presuntos e foi nossa primeira oportunidade no mercado. Mas agora, nossa intenção é dar ênfase aos produtos industrializados e não às commodities. Verificamos que há condições significativas de mercado nesse nicho, no qual obtemos uma margem de lucro bem maior. As commodities serviram para nos abrir as portas.

■ *Quais as metas e investimentos previstos com essa finalidade?*

— Em 1995, devemos reduzir em 10% as vendas de aves e aumentar em 40% as de suíno em relação a este ano. Mas queremos dobrar para cerca de 4.500t as exportações de produtos industrializados, extraindo deles um faturamento de US$15 milhões. Isso significa ampliar nossa participação atual, que representa 1,5% do mercado de produtos industrializados argentino. O valor total de nossas vendas para a Argentina deverá alcançar US$32 milhões em 1995, evoluindo cerca de 40%. Foi já com essa perspectiva que, em 1993, fizemos uma *joint venture* na Argentina com o grupo Tres Arroyos, que, por sinal, foi desfeita em maio deste ano. A associação, onde a Sadia Trading Sur S.A., que era nossa representação comercial na Argentina, detinha 70% e a empresa portenha 30% do capital, resultou na Sadia Argentina S. A. É nosso braço distribuidor na Argentina. Compramos a parte deles para reafirmar nossa estratégia como empresa exportadora para 43 países e dona de um faturamento de US$500 milhões em vendas externas. Nossa estratégia é a da internacionalização.

■ *A internacionalização é a tônica da estratégia da empresa adotada a partir*

da reestruturação interna realizada em 1994?

— Em 1994, a Sadia reestruturou todo o seu modelo de gestão, resumindo-o de cinco superintendências, nove vice e 50 diretorias para quatro diretorias-gerais — grãos e derivados, carnes *in natura*, industrializados e internacional — e 30 diretorias, além da presidência executiva. Repensamos a empresa para os próximos 50 anos, reformulando um sistema que vigorou por outros 50. A internacionalização da companhia passou a ser meta prioritária. Ela tem três fases — comércio, distribuição e produção em outros países. Nossa posição de comércio já é forte. Nosso desempenho externo no ano passado superou o do mercado. E nessa estratégia, o Mercosul é a prioridade. Assim, depois de termos firmado também uma *joint venture* na China — a Churrascaria Beijing-Brasil, em Pequim, em associação com a Sky Dragon — e nos instalado comercialmente na Itália, Japão e Dubai, no Oriente Médio, estamos abrindo este ano um escritório comercial nos EUA. Nossa meta é gerar receita fora do Brasil, a partir de uma base local e de estruturas de distribuição e produção.

■ *Como a Sadia cuidou da distribuição, item fundamental para o sucesso da empreitada no mercado, por intermédio dessa* joint venture *na Argentina?*

— Quase a metade da população argentina mora na Grande Buenos Aires, Rosário e outras cidades. Dessa fatia, 80% estão na Grande Buenos Aires, o que nos facilita extremamente a distribuição. Quanto menos se precisar usar a câmara de frio e se puder vender o produto para entrega *just-in-time*, melhor. Portanto, é preciso atentar para a capacidade de manutenção do produto em trânsito. Nossa logística se baseia nesse princípio: deixar o produto o mínimo possível na câmara de frio. Nossa câmara, até aqui, era alugada, mas controlada por nós. Agora, ela passará a ser própria. O produto vendido na Argentina vem sobretudo de nossas instalações em Chapecó, em Santa Catarina. Quanto à frota de caminhões, contamos com quatro, todos terceirizados até aqui. No Brasil, onde temos 24 indústrias e 18 empresas — três das quais de capital aberto —, trabalhamos com 1.500 caminhões refrigerados, a metade dos quais terceirizada. Mas todos controlados por nós.

Em 1994, a Sadia reestruturou todo o seu modelo de gestão. Repensamos a empresa para os próximos 50 anos, reformulando um sistema que vigorou por outros 50.

■ *A câmara de frio própria e a compra da parte da Tres Arroyos na* joint venture *resume o investimento que a Sadia fará este ano na Argentina?*

— Além de assumirmos a distribuição com a compra da participação da Tres Arroyos, estamos adquirindo um terreno de 18 mil metros quadrados na Ruta Panamericana, em Buenos Aires. Nele, pretendemos instalar uma câmara frigorífica para manutenção de produtos e pretendemos ter condições de proceder ao fatiamento e à embalagem no próprio local. O terreno é o dobro do que precisamos agora, mas isso se explica porque o nosso próximo passo é a produção local.

■ *Quando a Sadia pretende produzir na Argentina?*

— Isso ainda está em avaliação, mas é certo que vamos produzir lá. Estamos indo paulatinamente. Em 1995, teremos uma câmara frigorífica própria e adquiriremos mais caminhões. Até dezembro, estaremos iniciando as instalações para o fatiamento e a embalagem dos produtos. Tudo estará pronto em 1996. Em 1995, a empreitada representa um investimento de US$5 milhões, já bem superior aos US$3 milhões que investimos nos últimos dois anos na formação da *joint venture*, em *marketing* e em distribuição na Argentina.

■ *O investimento em produção será de que ordem?*

— Ele acontecerá a partir de 1996 e será de US$3 a US$5 milhões.

■ *O que isso representa dentro do plano de investimento total da companhia que, por sinal, reduziu seu investimento de US$77 milhões para US$51 milhões entre 1993 e 1994?*

— Nosso plano de investimento é de US$60 milhões em 1995, sendo que 10% disso serão gastos na Argentina.

■ *Quais são as razões que, de fato, fazem a Sadia apostar em que, no médio e longo prazos, a recessão argentina não terá fôlego suficiente para atrapalhar os planos de investimentos no Mercosul?*

— A Argentina começa agora a sofrer com a recessão. No lançamento dos produtos, buscamos atingir o consumidor no corpo-a-corpo. Estamos convencidos de que essa fase não passa de um suspiro na vida do país. As eleições e o efeito *tequila* determinarão ajustes que vão ter impacto no consumo, mas o mercado em si não será eliminado. Os argentinos podem deixar de trocar de carro, mas não vão parar de comer. Além disso, nosso conhecimento daquele mercado já é suficiente para sabermos que isso passa. No mais, é bom lembrar que, nem nos anos de aguda recessão no Brasil, a Sadia teve prejuízo. Nunca, em sua história, ela fechou o balanço no vermelho.

Por Maria Helena Passos

GUIA DO EMPRESÁRIO MODERNO



A nova realidade econômica mundial exige do empreendedor muita criatividade, uma pitada de ousadia e um ótimo nível de informação

Assine

MERCOSUL

REVISTA DE NEGÓCIOS • MERCADO DO CONE SUL

editada pela

FCESP
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Preencha o cupom, escolha uma das formas de pagamento, recorte na linha pontilhada e envie pelo correio para a revista MERCOSUL,
Av. Paulista, 119 - 5º andar
01311-000
São Paulo - SP - Brasil

SIM, desejo receber a revista **MERCOSUL** durante um ano (**12** edições)

NOME: _____

EMPRESA: _____

CARGO: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CEP: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

TEL.: _____ FAX: _____

BRASIL

☐ Anexo a este cupom, estou enviando para a revista MERCOSUL cheque nominal à Federação do Comércio do Estado de São Paulo no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais).

☐ Anexa a este cupom, estou enviando para a revista MERCOSUL cópia xerox do comprovante de depósito no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais) no BANESPA - Agência 228 - Conta nº 13.01900-0 ou no BANCO DO BRASIL - Agência 1189-4 - Conta nº 20.000-X

☐ VISA

Autorizo o débito de R$ 50,00 (cinqüenta reais), em 1 pagamento, em meu Cartão de Crédito VISA

nº _____

Validade (não deixe de preencher) ___/___
mês / ano

___/___/___
Data

_____
Assinatura (igual à do cartão)

AG

CARTAS

Na condição de ex-aluno da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas, pude conhecer com maior facilidade os trabalhos desenvolvidos pela FGV e aprendi a apreciar sua qualidade e seriedade na execução.

Por vários anos assinante de *Conjuntura Econômica*, mantive-me informado sobre as pesquisas e dados divulgados pela Fundação. Há muitos anos, tomei conhecimento da existência da *Agroanalysis*, então distribuída gratuitamente para pessoas ou instituições ligadas à agricultura. Vi que a revista renasceu recentemente, com nova aparência e preservando algumas características de sua forma anterior, destacadamente a preocupação com a qualidade. Por este motivo, tem sido muito consultada e empregada como fonte de informações em trabalhos acadêmicos desenvolvidos na instituição de ensino em que trabalho, cujo Departamento de Economia a assina.

Embora persista a preocupação em manter o padrão, parece-me estar faltando a cobertura de mercados importantes como o da pecuária. Creio, também, que novos mercados, como os dos produtos ditos "naturais", as frutas e produtos da olericultura poderiam ser tratados mais assiduamente.

Deixo aqui minhas sugestões, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento de seu produto, já muito bom.

Juarez Barros Moreira
Economista e professor da Universidade Gama Filho

Tenho lido com grande satisfação *Agroanalysis* em sua nova fase, tendo-a conhecido desde seu início, embora, naquela época, não tivesse feito assinatura da revista. Atualmente, vejo-a cobrindo áreas novas, com a seriedade de sempre. Contudo, sugiro, para a ampliação da cobertura, que a revista procure tratar, dentro das atuais preocupações mundiais com a satisfação dos consumidores, de assuntos tais como a especialização de produtores agrícolas no fornecimento de alimentos para determinados nichos de mercado. Isto acontece com cereais e frutas e com tubérculos, como a batata-inglesa.

Noemia de Freitas Rocha Tavares
Rio de Janeiro, RJ

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente Comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim André Villanova

Copidesque:
Lauda Editoração e Comunicação Ltda.

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ana Paula de Mello Carvalho, Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura. José Milton Gondim.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade.
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho, Armando Klabin, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Gilberto Ulhôa Canto, Gustavo de Sá e Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Conselho Consultivo

Abgar Renault, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Rubens D'Almada Horta Pôrto.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Murilo Guimarães**

6 **Cartas**

8 **Especial**

8 **A verdadeira vocação do Rio**
Tito Ryff

14 **Opiniões: uma questão de princípio — II**
Pedro de Camargo Neto

18 **Conjuntura do agribusiness:**

18 **Aumento expressivo da remuneração dos trabalhadores temporários**

20 **Feijão irrigado**

24 **Milho**

26 **Cana-de-açúcar**

30 **Soja**

34 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1995**

36 **IBGE — Síntese estatística**

38 **Oferta e demanda**

40 **Estatísticas agropecuárias**

46 **Panorama agropecuário**

50 **Panorama internacional**

51 **Legislação agrícola**

56 **Janela aberta**

Rio agrícola

É crença largamente difundida, inclusive entre os próprios cidadãos fluminenses, que a atividade rural do estado do Rio de Janeiro é pequena, pobre e atrasada tecnologicamente, se comparada à produção primária e agroindustrial de outros estados ou aos demais setores econômicos do Rio.

Essa crença alicerça-se em dados, de fato, impressionantes. O Rio de Janeiro já foi importante produtor e exportador de café, de laranja e de cana-de-açúcar, para citar apenas as culturas que tiveram dimensão maior e cuja decadência deixou, no interior e na capital do estado, marcas históricas e culturais importantes daqueles ciclos de produção.

Hoje, o Rio importa de tudo. Dos grãos às verduras, das carnes às frutas e legumes, a dependência do suprimento alimentar da região metropolitana do Rio em relação aos estados vizinhos é extrema. A participação da agricultura no PIB estadual é de apenas 2%, nível semelhante ao verificado em maduras economias européias, como a da Inglaterra, por exemplo.

Esse mesmo fato — a dependência externa do suprimento alimentar — pode ser visto de outro ângulo. O Rio é o segundo mercado consumidor do país. Ou seja, a reduzida oferta agrícola não decorre de problemas relacionados à demanda e, sim, de entraves relativos à própria oferta. Parodiando nosso primeiro escriba, no Rio, em se plantando (com eficiência), tudo é vendido.

Na realidade, o Rio possui alguns entraves sérios ao aumento da produção rural. Cerca de 2/3 de seu território são compostos de terrenos acidentados, o que dificulta a mecanização. O entorno da região metropolitana do Rio de Janeiro é ocupado predominantemente por loteamentos turísticos e por sítios de lazer, em vez de pelos cinturões verdes, tão comuns nas grandes cidades de todo o mundo. A capital do estado exerce atração irresistível sobre a população jovem e mais competitiva nascida no interior, encarecendo e reduzindo a qualidade da mão-de-obra remanescente na atividade rural.

Outro sério entrave é de ordem cultural. Um importante líder rural costuma afirmar em suas conferências que o brasileiro urbano imagina que o leite vem de caixas de papelão e que os ovos nascem em embalagens de isopor. Descontado o exagero da linguagem pedagógica, isso é mais verdadeiro ainda no Rio, onde a origem rural da população é bem mais remota do que em outras cidades. Esse fato explicaria, também, por que a própria atividade intelectual ligada ao agribusiness é relativamente pequena no estado.

É evidente que as razões pelas quais a oferta agroindustrial fluminense é estreita não são óbvias. Essa edição de *Agroanalysis* divulga, com exclusividade, um estudo especial sobre o tema. O artigo lista algumas das causas da oferta agrícola estreita, destacando as de ordem política. A cidade do Rio exerce forte atração, inclusive, sobre a atenção dos políticos. Relaciona ainda uma série de medidas que, a médio e longo prazos, poderiam estimular o crescimento da produção agroindustrial no estado.

Entre elas está a prestação de serviços públicos de melhor qualidade às atividades agrícolas. Apenas a título de registro, a Caserj, empresa armazenadora do estado, firmou recentemente dois convênios com a FGV, buscando a assessoria da equipe da *Agroanalysis* para suas atividades. Um deles visa apoiar a empresa em uma grande operação de recebimento e armazenamento de arroz, bem como reestruturar as normas e procedimentos de armazenagem. O outro convênio desenvolverá um programa para estimular a produção de frango e de suíno no estado, mediante o barateamento do custo de aquisição do milho. Dessa forma, a Caserj busca instrumentos para promover serviços de melhor qualidade para os agentes econômicos.

A ação governamental de incentivo à atividade agrícola no Rio é tão restrita que o poder multiplicador de algum estímulo é exponenciado. Há alguns meses, em uma cidade do norte fluminense, por iniciativa dos próprios agricultores, foi organizada uma pedra de negociação agrícola, a qual já movimenta expressiva quantidade de verduras e de legumes. Um alto funcionário da administração do estado visitou o local, para verificar as necessidades dos participantes. Um telefone público, um telex e um posto bancário — foi a resposta.

A verdadeira vocação agrícola do Rio

TITO RYFF*

Em torno da cidade do Rio de Janeiro concentram-se mais de 80% da população, da atividade econômica e da receita tributária de todo o estado. Já o interior sofreu um forte esvaziamento demográfico e econômico. Sem a correção desta distorção, o ambiente econômico e social da região metropolitana apresentará deseconomias externas crescentes, inviabilizando a atração de novos investimentos e comprometendo a permanência no estado de atividades que aí já são desenvolvidas.

Hoje em dia, as praias de Copacabana, Leblon e Ipanema, o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, o Maracanã e o Sambódromo são a marca registrada do Rio de Janeiro, o mais citadino e cosmopolita dos estados brasileiros. Cerca de 92% dos fluminenses vivem em cidades e a maioria esmagadora da população comprime-se no espaço relativamente exíguo da região metropolitana.

É possível encontrar, no interior fluminense, as marcas do tempo em que as riquezas geradas pelo café, a cana-de-açúcar e a laranja financiavam a construção de residências, prédios públicos e ferrovias.

Houve época, contudo, em que as praias de Copacabana, Leblon e Ipanema ainda não tinham sido desbravadas e o Cristo Redentor, o Maracanã e o Sambódromo não haviam sido construídos. É possível encontrar, no interior fluminense, as marcas desse tempo em que as riquezas geradas pelo café, a cana-de-açúcar e a laranja financiavam a construção de residências, prédios públicos e ferrovias. O cansaço das terras, a abolição da escravatura, a miopia das elites e a falta do influxo renovador da imigração européia deslocaram tais atividades para outros estados e minaram a base econômica do interior fluminense.

Hoje, o Rio de Janeiro é um estado da Federação que se destaca pelo acentuado desequilíbrio entre a região metropolitana e o interior. A correção dessa distorção é fundamental para o seu desenvolvimento e para o bem-estar de sua população. Caso contrário, o ambiente econômico e social da região metropolitana apresentará deseconomias externas crescentes, inviabilizando a atração de novos investimentos e comprometendo a permanência no estado de atividades que aí já são desenvolvidas.

A interiorização do desenvolvimento econômico e social é, portanto, uma necessidade urgente, que requer a elaboração de uma estratégia apropriada. Nessa estratégia, a agricultura deve ocupar papel de destaque, já que nenhuma outra atividade tem capacidade igual à sua de promover o processo de interiorização. Para tanto, contudo, é preciso substituir a agricultura tradicional, pouco capitalizada e com baixo rendimento por unidade de terra e de mão-de-obra, que caracteriza hoje boa parte do meio rural fluminense, por uma agricultura moderna, inserida no complexo agroindustrial e capaz de proporcionar multiplicação da renda e do emprego. Isto só será possível com uma ação conjunta do poder público, da iniciativa privada e dos centros de ciência e tecnologia que permita superar os entraves presentes na vida econômica, social e política da sociedade fluminense.

Entraves à interiorização

O principal entrave consiste no círculo político e administrativo vicioso que deslocou a agricultura para o último posto nas prioridades dos governos estadual e municipais. O paulatino esvaziamento demográfico do interior fez-se acompanhar da perda de seu peso eleitoral e, portanto, também de seu poder político. Em conseqüência, a atenção dos governantes voltou-se cada vez mais para as necessidades sociais e econômicas da capital e da região metropolitana, fazendo com que a participação da agricultura no orçamento do estado caísse gradativamente, até passar a girar, nos últimos 10 anos, em torno de 0,6%, percentual inferior ao de sua participação no produto interno bruto do Rio de Janeiro e insuficiente para promover a recuperação do setor.

Um papel de maior destaque para a agricultura nas preocupações governamentais só ocorrerá com a sedimentação, nos círculos em que se processam as mais altas decisões políticas e administrativas, da idéia de que o Rio de Janeiro precisa, urgentemente, de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social que promova a interiorização do progresso e do bem-estar material.

* Economista da FGV e ex-secretário da Agricultura do Rio de Janeiro.

Com a conquista de uma nova importância política e administrativa, a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca poderá registrar, então, uma elevação gradativa de sua participação no orçamento do estado, até alcançar pelo menos o nível de 2% que corresponde à participação da agricultura no PIB, bem como obter a integração de outros órgãos da administração estadual num programa de governo destinado a criar as condições para o progresso econômico e social do meio rural fluminense. O desenvolvimento do interior do estado requer uma atuação mais efetiva de órgãos como o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER), a Companhia Estadual de Eletricidade (Cerj), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), dentre outros.

Vencido este primeiro e principal entrave, há duas tentações que devem ser evitadas a qualquer preço na tarefa de promover o desenvolvimento rural do estado: a da volta ao passado e a da busca da auto-suficiência.

A tentação da volta ao passado consiste em procurar reeditar o perfil da agricultura fluminense do século passado ou do imediato pós-guerra. Ou seja, tentar reconstituir os períodos áureos do café, da cana-de-açúcar e da laranja, fazendo abstração das mudanças que ocorreram, desde então, na agricultura brasileira e, sobretudo, na dos estados fronteiriços ao Rio de Janeiro, como se fosse possível percorrer o caminho inverso do Vale do Paraíba para trazer o café de volta às terras fluminenses. Esta atitude esbarra, contudo, nas novas características da estrutura fundiária do estado, marcada pela presença de pequenos e médios estabelecimentos rurais pouco capitalizados. Como reimplantar, então, em larga escala, cultivos caracterizados por longos períodos de maturação, pela necessidade de grandes extensões de terra e pela exigência de quantidades significativas de capital e de trabalho? Isto não significa dizer que a regeneração e mesmo a ampliação moderada dos cultivos de café, cana-de-açúcar e laranja não devam ser estimuladas. Muito pelo contrário, estas lavouras são essenciais para a geração de empregos no meio rural e desempenham, em alguns casos, papel importante na economia de certas regiões do estado. Mas uma estratégia de modernização a longo prazo da agropecuária fluminense não pode ter como sustentação tais atividades.

O principal entrave ao desenvolvimento rural fluminense consiste no círculo político e administrativo vicioso que deslocou a agricultura para o último posto nas prioridades de governo.

Igualmente mal-informada é a posição dos que sonham com uma espécie de auto-suficiência agrícola para o Rio de Janeiro, como se o estado fosse uma nação independente que devesse se preocupar com uma política de segurança alimentar. Esquecem que o Rio de Janeiro é um estado de extensão territorial relativamente pequena e de superfície fortemente acidentada. Por essa razão, jamais poderá competir com Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul e outros estados na produção de grãos e na pecuária extensiva. É certo que a produção de grãos pode aumentar substancialmente, graças à elevação da produtividade, com a introdução de novas variedades de plantas, e à incorporação de novas terras ao plantio. O Rio de Janeiro possui muitas várzeas, ainda pouco utilizadas, que se prestam ao cultivo de arroz. Existem, também, condições para que o plantio de feijão se expanda em várias regiões do estado, pois esta leguminosa se consorcia com outras culturas, dentre as quais sobressai a cana-de-açúcar, que ocupa vastas extensões de terra. O milho, por sua vez, pode ampliar seus espaços em terrenos planos ou em áreas de encosta de menor declive, onde oferece alternativa econômica melhor do que os pastos de má qualidade que proliferam no interior do estado. E, finalmente, a pecuária de corte fluminense tem possibilidade de se especializar na engorda final do gado para abate, em regime de confinamento ou semiconfinamento, que não exige grandes extensões de terra. Mas, apesar disto, o Rio de Janeiro continuará a importar grãos e carne bovina de outros estados para atender às necessidades do segundo maior mercado consumidor do país, composto de 14 milhões de habitantes.

Sendo assim, a busca da auto-suficiência pode se transformar numa espécie de miragem inatingível, capaz de distorcer a formulação de políticas de apoio à agricultura e de promover o desperdício de recursos públicos. O mais indicado é fazer com que o Rio de Janeiro se especialize naquilo que pode produzir melhor do que a maioria dos outros estados da Federação, em vez de promover a substituição de produtos que importa em grande quantidade.

Vocação do estado

Que vocações agrícolas do estado deverão, então, ser estimuladas? É fácil constatar que essas vocações residem, por razões socioeconômicas, nas atividades capazes de gerar maior renda por unidade de terra e de trabalho e que melhor se adaptem ao grande universo de pequenas e médias propriedades rurais que caracteriza a agricultura fluminense. Nesse contexto, destaca-se a olericultura, atividade agrícola que mais cresceu nos últimos 20 anos no Rio de Janeiro, e que gera, atualmente, a maior parcela da renda agrícola do estado. A explicação é simples: os legumes precisam chegar rápido ao mercado para serem adquiridos ainda

frescos pelo consumidor e são, além disso, produtos de ciclo curto que não exigem grandes inversões de capital e garantem um fluxo de renda praticamente contínuo para o produtor. Ou seja, a olericultura adapta-se, como uma luva, às condições socioeconômicas da agricultura fluminense.

A fruticultura é outra das vocações inequívocas do estado. A topografia excessivamente acidentada, prejudicial à produção de grãos e à pecuária extensiva, oferece, por outro lado, uma grande variedade de climas que permite desenvolver a fruticultura de clima temperado ou subtropical nas áreas mais altas, sobretudo a região serrana, e a fruticultura tropical nas terras baixas e de temperatura elevada. Como no caso das olerícolas, a proximidade do mercado também representa importante vantagem para a fruticultura, pois permite oferecer ao consumidor frutos colhidos mais perto de sua maturação e, portanto, de melhor sabor e aparência. A combinação adequada de espécies de ciclo médio e de ciclo longo de produção pode viabilizar a adoção da fruticultura, em associação com outras atividades, em estabelecimentos de pequeno e médio portes.

A floricultura é mais uma atividade em que a variedade climática aparece como fator favorável, possibilitando tanto a produção de espécies de clima quente (como o cultivo do hibisco na região dos lagos, por exemplo) como de clima frio ou temperado. A região serrana já teve, no passado, uma floricultura importante, cuja pujança foi decaindo em razão da desorganização dos produtores e da falta de progresso nas técnicas de cultivo, mas que pode ser reavivada com o apoio do governo estadual e das prefeituras interessadas.

Duas tentações devem ser evitadas; a qualquer preço na tarefa de promover o desenvolvimento rural do estado: a da volta ao passado e a da busca da auto-suficiência.

A par das atividades já mencionadas, muitas outras vêm se desenvolvendo com sucesso no estado e representam oportunidades econômicas a serem incentivadas, tais como a produção de condimentos, ervas aromáticas e cogumelos (na região serrana começam a surgir produtores do cogumelo *shitake* de alto valor comercial).

A criação de animais de pequeno e médio portes é também uma das vocações agropecuárias do estado que ainda se acham insuficientemente exploradas. A avicultura fluminense, por exemplo, é expressiva, embora já tenha experimentado dias melhores. A suinocultura desenvolve-se aos poucos e começam a surgir alguns pólos promissores que utilizam técnicas avançadas de criação. Já a caprinocultura de leite do Rio de Janeiro destaca-se no país pelo seu avanço técnico e pela qualidade de suas lideranças. Com a construção, pelo governo do estado, de uma usina de produção de leite de cabra em pó, em Nova Friburgo, esta atividade dará novo salto de qualidade no estado. É importante consolidar e melhorar o desempenho dessas atividades de criação que têm maior destaque e promover, ao mesmo tempo, a expansão de algumas outras ainda incipientes mas de grande potencial, como cunicultura, codornicultura, apicultura e ranicultura, por exemplo.

Na pecuária de leite, segmento importante da produção, devido ao valor social do produto e ao grande número de pequenos produtores que se dedicam à atividade, há, também, grandes possibilidades de aumento da produção. A produtividade média fluminense, de 3,2 l/dia para vacas em período de lactação, embora superior ao índice nacional de 2,7 l/dia, é muito baixa e pode ser elevada de forma substancial com um trabalho sistemático de melhora genética, controle sanitário e alimentação adequada do rebanho.

O reflorestamento, para fins energéticos, produção de celulose ou extração de madeiras nobres, é outra atividade cujo potencial econômico ainda não foi devidamente explorado no estado. Nas regiões norte e noroeste, a cobertura vegetal encontra-se totalmente degradada, ao mesmo tempo em que há grave carência de madeira como fonte de energia. No sul do estado, por outro lado, a estrutura fundiária, caracterizada por pequenos e médios estabelecimentos rurais e o clima mais frio criam condições favoráveis à produção de madeiras de qualidade, como forma de complementar a renda de agricultores e pecuaristas.

Não menos importante é a enorme vocação do Rio de Janeiro para a pesca e para a aqüicultura, seja ela costeira ou de interior. O estado já foi o maior produtor de pescado do país e hoje ocupa o terceiro lugar. Para impulsionar de novo a atividade pesqueira faltam uma boa escola de pesca, um terminal marítimo moderno e uma frota renovada. O governo do estado vem trabalhando nessa direção. Já está em construção uma escola de pesca em São Gonçalo; procura-se, em colaboração com as prefeituras da região metropolitana, a área mais adequada para a implantação do terminal e entreposto de pesca; e estuda-se, no âmbito da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro, a construção de barcos pesqueiros de fibra de vidro, mais econômicos e de maior durabilidade, para renovar a frota pesqueira fluminense. Quanto à aqüicultura, o litoral do estado, longo e recortado, marcado

pela presença de baías e reentrâncias que constituem áreas naturais de reprodução de várias espécies, presta-se admiravelmente à aqüicultura estuarina e à maricultura. E, no interior, a existência de inúmeros corpos d'água (rios, lagoas) oferece boas oportunidades para o desenvolvimento da piscicultura.

Não há dúvida, portanto, de que as vocações agrícola, pecuária e pesqueira do Rio de Janeiro, insuficientemente exploradas, representam um potencial econômico considerável, capaz de servir de instrumento efetivo à interiorização do desenvolvimento em nosso estado, tão necessitado de recuperar o equilíbrio entre o campo e a cidade. Mas o que fazer para pôr em relevo esse potencial?

Como incentivar o potencial econômico

São tantas as iniciativas, públicas e privadas, a serem adotadas para permitir que o potencial agropecuário e pesqueiro do Rio de Janeiro se materialize na forma de expansão da produção, da renda e do emprego, que não seria possível, no contexto deste artigo, tratá-las em detalhe ou enumerá-las todas. A seguir, sugerem-se algumas que, pela sua abrangência e relevância estratégica, são indispensáveis ao processo de recuperação da economia rural fluminense.

As vocações agrícolas do estado residem nas atividades capazes de gerar maior renda por unidade de terra e de trabalho e que melhor se adaptem ao universo de pequenas e médias propriedades rurais que caracteriza o interior.

Falta de um plano estratégico que assegure a continuidade das políticas — O primeiro obstáculo a ser superado é o da falta de um plano diretor de médio prazo para orientar o desenvolvimento do setor, o que acaba gerando a descontinuidade de programas e projetos. Como não há um plano explicitando objetivos e metas de médio e longo prazos, nem detalhando os meios necessários para a sua consecução, os projetos, na maioria das vezes, se perdem na passagem de um governo para outro e, em alguns casos, até mesmo no curso de uma mesma administração, quando há substituição de secretário. Um plano faz falta ainda para orientar a ação permanente das empresas vinculadas à secretaria, cuja atividade fica ao sabor da administração do momento, e para fundamentar a cooperação indispensável entre órgãos públicos e setor privado.

Deficiência em matéria de organização dos produtores — Uma das deficiências mais graves do setor agropecuário fluminense é a falta de organizações fortes de produtores, sob a forma de cooperativas ou associações. Por essa razão, muitas iniciativas públicas se perdem, as autoridades ficam sem interlocutores credenciados no meio rural, o trabalho dos técnicos da pesquisa e da extensão rural torna-se mais difícil e a comercialização da produção acaba sendo feita de maneira inadequada, por cada um dos produtores individualmente. O Rio de Janeiro não tem tradição cultural de associativismo no meio rural equivalente à de estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, cujo setor agrícola é caracterizado pela presença de descendentes de imigrantes europeus ou asiáticos que trouxeram, em sua bagagem, a semente do cooperativismo. Com raras exceções, o cooperativismo no Rio de Janeiro, quando existe, é marcado por distorções e ineficiências. Neste sentido, o poder público estadual tem um enorme trabalho a desenvolver, a fim de incentivar o associativismo no setor agropecuário do estado e de fiscalizar o seu funcionamento.

Integração de esforços — É fundamental para o processo de desenvolvimento agropecuário do estado que se promova uma perfeita integração de esforços entre governo, iniciativa privada e centros de elaboração do conhecimento científico e tecnológico. Sem isto, será difícil implantar uma agricultura moderna e eficiente, como a que o estado requer. Felizmente, o Rio de Janeiro possui, em seu território, um conjunto expressivo de instituições de ensino e pesquisa voltadas para a agropecuária, que podem ser mobilizadas para a tarefa do desenvolvimento rural do estado. Dentre elas, vale citar: o Centro Nacional de Biologia do Solo, o Serviço Nacional de Levantamento de Solos, o Centro Nacional de Tecnologia de Alimentos — todos eles vinculados à Embrapa —, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense e a BioRio, centro de biotecnologia localizado na UFRJ. O que falta é uma política sistemática do poder público destinada a integrar os esforços dessas instituições e da iniciativa privada em torno de um plano de desenvolvimento agropecuário para o estado.

Investimentos públicos em infra-estrutura — Uma das razões que levaram ao esvaziamento demográfico do interior fluminense e continuam provocando a migração de mão-de-obra do campo para as cidades é a falta de uma infra-estrutura social adequada. E isto ocorre não apenas no que diz respeito a benefícios sociais básicos, como educação e saúde, mas também no que se refere a serviços que melhoram a qualidade de vida das pessoas, como por exemplo eletricidade, saneamento básico, telefonia. Mas a deficiência da infra-estrutura produz, também, efeitos econômicos e acaba se transformando num dos principais fatores inibidores do progresso no interior. A má conservação das estradas vicinais, e até mesmo de algumas rodovias estaduais, a falta de comunicação telefônica, a ausência

ou deficiência da rede elétrica, que impede tanto a utilização de máquinas e equipamentos quanto o barateamento da energia gasta no processo de irrigação, são causas importantes do atraso da agropecuária do Rio de Janeiro. Nunca é demais lembrar que o estado do Rio possui o mais baixo índice de eletrificação rural dentre os estados das regiões Sul e Sudeste e que, neste particular, sua situação assemelha-se à dos estados do Nordeste.

Treinamento da mão-de-obra e educação rural — A migração rural do interior do estado afetou, como era de se esperar, a população economicamente ativa. Os jovens em idade de entrar na escola secundária ou de ingressar no mercado de trabalho são os primeiros a deixar o interior, em busca de melhores oportunidades na cidade. Falta, ao mesmo tempo, para aqueles que ficam, o ensino rural profissionalizante que lhes permita exercer, com produtividade e eficiência, uma profissão agrícola. Atualmente é difícil encontrar, no meio rural fluminense, um bom técnico agrícola, um retireiro experiente, alguém que saiba fazer um enxerto de fruteira. A carência de mão-de-obra especializada é a principal queixa de médios e grandes produtores do estado. O estado tem 13 escolas agrícolas que, no passado, eram subordinadas à Secretaria de Agricultura, e hoje são coordenadas pela Secretaria de Educação. A situação em que se encontram é, muitas vezes, lastimável. Faltam professores, máquinas e equipamentos. Em algumas, não obstante a existência de vastas áreas agricultáveis, a produção agrícola é insignificante, incapaz mesmo de prover a merenda escolar. Seria necessário estabelecer uma administração conjunta das secretarias de Agricultura e de Educação, envolvendo os serviços de extensão rural e de pesquisa, bem como as comunidades locais, para assegurar o funcionamento satisfatório dessas escolas.

Olericultura, fruticultura, floricultura, criação de animais de pequeno e médio portes, reflorestamento, pesca e aqüicultura são algumas das vocações do estado.

Uma outra causa de migração rural é a falta de escolas secundárias em muitos municípios fluminenses. Quando o jovem atinge a idade de entrar no ginásio, ele é obrigado, para continuar estudando, a mudar-se para outro município, hospedando-se em casa de amigos ou parentes. Perde contato com suas raízes rurais e dificilmente volta para o campo. Ou então permanece na roça, mas sem nenhuma possibilidade de continuar se instruindo. Torna-se um simples trabalhador braçal, incapaz, muitas vezes, de assimilar os conhecimentos necessários ao exercício de uma agricultura moderna. A constituição de consórcios municipais, para a construção e manutenção de escolas secundárias não muito afastadas da área de origem de sua clientela estudantil, é fundamental para reverter este quadro de carência.

Outras medidas

Além dessas iniciativas de ordem geral, outras medidas, que configuram instrumentos importantes para o processo de desenvolvimento rural do estado, deveriam ser adotadas. Dentre elas sobressaem: o aproveitamento de dados já disponíveis para a elaboração do zoneamento agroecológico do estado; a definição de uma unidade geográfica básica de implantação de projetos; o estímulo à constituição de consórcios municipais; a implantação de uma política de captação de recursos para investimentos rurais; a adoção de uma estratégia destinada a ampliar as fronteiras agrícolas do estado; a implantação de uma política de transferência tecnológica, que permita difundir, entre os agricultores, novas variedades de plantas e práticas agrícolas de eficiência comprovada pela pesquisa.

Um dos pontos de partida para um planejamento adequado do desenvolvimento agropecuário do estado do Rio de Janeiro é a utilização do trabalho de zoneamento agroecológico do estado — já praticamente pronto — feito pela Embrapa. O conjunto de mapas disponíveis permite levantar as aptidões edafoclimáticas e conjugá-las com informações de caráter econômico e social, possibilitando a definição de vocações econômicas para cada uma das regiões do estado. Esta definição de vocações locais é importante para orientar as decisões de plantio dos produtores e a atuação dos órgãos de pesquisa e de assistência técnica, para promover a atração de capitais a serem utilizados em investimento e para favorecer a constituição de consórcios de municípios em torno da estratégia de desenvolvimento para suas regiões.

É importante, igualmente, ter a definição de uma unidade geográfica básica de operação das ações conjugadas dos órgãos da Secretaria de Agricultura, que permita monitorar e avaliar a atuação desses órgãos. As microbacias hidrográficas parecem constituir, na maioria dos casos, esta unidade básica ideal (ver *Agroanalysis*, 15(5), maio 1995). Em torno das ações voltadas para tais unidades básicas é que irá se constituir a cooperação entre estado e municípios.

O estímulo à constituição de consórcios municipais para a solução de problemas de interesse comum é, aliás, outra iniciativa que deve constar necessariamente de um rol de ações a serem empreendidas para resgatar o interior fluminense da situação de atraso em que se encontra. O governo do estado poderia condicionar sua participação em projetos e investimentos de interesse de mais de um município à formação de um consórcio de

municípios que financiasse uma parcela do custo do projeto ou que se responsabilizasse pela manutenção e conservação dos investimentos feitos.

Seria importante, também, imaginar formas criativas de captação de recursos para investimento em atividades relacionadas com o agribusiness. Em geral, o investidor urbano vê a atividade agrícola como sendo excessivamente tradicional e atrasada e altamente sujeita a riscos. A administração rural é quase sempre familiar e as técnicas de gestão são rudimentares, quando não, inexistentes. No entanto, os poupadores urbanos já ouviram falar do agribusiness e de sua rentabilidade crescente. Se lhe forem oferecidas oportunidades de investimento que apresentem gestão técnica e financeira competente, acesso permanente às informações relacionadas com a gestão e rentabilidade adequada para o investimento, o investidor urbano pode vir a se interessar pela aplicação de recursos no meio rural. Durante algum tempo, estudou-se a forma legal mais adequada à constituição de condomínios rurais que permitissem captar recursos de um grupo de investidores — não necessariamente envolvidos de modo direto na gestão — desejosos de aplicar recursos em empreendimentos agroindustriais. Existem, enfim, várias formas — sociedades anônimas, consórcios de investimento, condomínios rurais — tanto de captar investimentos para o setor rural quanto de modernizar a gestão do empreendimento agrícola.

O aproveitamento do potencial agropecuário e pesqueiro do estado exige uma variedade de iniciativas públicas e privadas, articuladas por um planejamento estratégico.

Uma das limitações que inibem o crescimento da produção agropecuária fluminense é a aparente falta de terras ainda disponíveis para a atividade agrícola no Rio de Janeiro. De fato, tendo em vista a relativa exigüidade do território fluminense e o caráter fortemente acidentado cerca de 2/3 de sua extensão, a escassez relativa de terras pode ser um entrave à expansão da produção. Neste sentido, é fundamental uma ação coordenada dos órgãos públicos com o objetivo de ampliar a fronteira agrícola do estado. Para isto, é preciso: promover a irrigação de boa parte das terras do norte fluminense, o que permitirá produzir a mesma quantidade de cana-de-açúcar em menor espaço de terra, liberando hectares para outras finalidades; substituir a pecuária extensiva pela criação semi-intensiva; drenar as áreas inundadas; dar um aproveitamento agrícola adequado às várzeas úmidas; utilizar as áreas de meia encosta para a produção de fruteiras; estimular o uso de estufas para a produção de mudas.

A agricultura fluminense precisa superar, também, o atraso tecnológico que é hoje um dos principais fatores a colocá-la em condição de inferioridade diante da agricultura de outros estados da Federação. Como exemplos deste atraso tecnológico, podemos assinalar: a má qualidade das mudas de plantas frutíferas produzidas no estado; a não utilização das técnicas de plantio e de preparação de mudas em estufas; a produção insuficiente de sementes melhoradas e certificadas de milho, arroz e feijão; o emprego inadequado das técnicas de irrigação, associado à má conservação da umidade do solo; as práticas de cultivo que degradam a qualidade do solo sobretudo o cultivo em terrenos de declividade inadequada; e a adoção incipiente da mecanização agrícola. Pode-se dizer que, atualmente, o problema do estado é menos o de geração de novas tecnologias do que a transferência de tecnologias já disponíveis para o agricultor e a organização de produtores para a constituição de segmentos tecnologicamente avançados da produção, tais como o cultivo de mudas e de sementes de qualidade, sobretudo com a adoção de técnicas de cultivo de mudas em bandeja e de plantio em estufas.

Por fim, no tocante às inovações de caráter mecânico, uma das deficiências notáveis que fragilizam a agropecuária fluminense é a falta de máquinas agrícolas em quantidade suficiente para atender à demanda de serviços. Muitas terras deixam de ser aradas por falta de mão-de-obra e, na ausência desta, de equipamentos que permitam a sua substituição. Por essa razão, a falta de mão-de-obra faz-se sentir de forma mais aguda e, ao mesmo tempo, o trabalho agrícola é visto como predominantemente braçal, e portanto penoso. Além de expandir o número de seus escritórios de irrigação e drenagem (Erid), o governo deveria incentivar o surgimento de empresas prestadoras de serviços de mecanização agrícola, por meio de financiamento e de benefícios fiscais como, por exemplo, a isenção do imposto sobre serviços (ISS), e estimular a formação de patrulhas mecanizadas por parte de municípios consorciados.

Verifica-se, portanto, que a tarefa de regenerar o setor agropecuário do estado do Rio de Janeiro não é fácil. Requer decisão política, planejamento, continuidade das ações, integração de esforços do poder público, do setor privado e dos centros de ensino e pesquisa e uma série de iniciativas de caráter específico que exigem a mobilização de diversos órgãos das administrações federal, estadual e municipais em torno de um objetivo comum. Essa tarefa é, no entanto, possível e desejável. Sem ela, o processo de saturação da região metropolitana tenderá a agravar-se ainda mais e, com ele, se acentuará a degradação da qualidade de vida da capital e dos municípios vizinhos.

Uma questão de princípio — II

PEDRO DE CAMARGO NETO

A queda generalizada dos preços agrícolas é, de fato, impressionante. Uma saca de milho não paga um lanche no McDonald's e culturas como a do trigo e a do algodão tiveram sua produção reduzida a um terço da verificada na década anterior. As autoridades, no entanto, parecem não se dar conta do significado e das possíveis conseqüências desse processo.

Os preços agrícolas caíram em decorrência de vários fatores. A começar pela própria dimensão da safra, avançando pela valorização do real, pela não-efetividade dos preços mínimos, pela escassez e o alto custo do crédito e pela liberalização do comércio externo. Embora altamente saudável, pois impõe à produção padrões internacionais de qualidade e preço, esta última medida, em relação à agricultura, vem sendo promovida sem os devidos cuidados.

Se a competitividade do produto importado é falsa, ou seja, se é decorrência da concessão de subsídios na origem, a competição leal e saudável precisa ser restabelecida pela imposição de tarifas compensatórias. É essa a justificativa da defesa comercial.

Na edição de junho de Agroanalysis, *Pedro de Camargo Neto iniciou um lúcido relato da luta travada pelas lideranças rurais mais esclarecidas em favor da definição de regras que civilizem a disputa comercial na agricultura.*

A despeito dos inúmeros percalços e frustrações, essa campanha já deu alguns importantes frutos.

Obtida a portaria, em abril de 1992, fixando direitos provisórios sobre a questão do leite em pó da União Européia, passamos a nos dedicar e reforçar a pressão sobre o caso do trigo norte-americano. A petição protocolada em junho de 1991 continuava engavetada. Reiniciou-se o périplo CTT, Decex, CNPA, ministérios, imprensa. O processo passou a tramitar.

No caso do trigo, o dano e o subsídio estavam completamente explícitos. Se não havia dano para o trigo, não haveria nunca dano. Esbarrávamos, porém, no discurso do abastecimento. A tributação adicional iria causar inflação. Era o *lobby* do preço do pãozinho atrapalhando o desenvolvimento do setor, ou melhor, o desenvolvimento nacional.

No mês de agosto de 1992 o governo iria anunciar mais um pacote de medidas para a agricultura. Centramos a pressão sobre o início das investigações acerca das importações de trigo. A circular iniciando as investigações precisaria constar do pacote. Feito o anúncio, a medida constava do pacote. Passou-se uma semana e a circular não saía no *Diário Oficial*. Justificaram dizendo que o Ministério das Relações Exteriores teria feito restrições. O componente diplomático foi introduzido para tumultuar o processo. A ignorância, nesta vertente, dificultava a análise e a decisão.

Procuramos marcar uma reunião com os três ministros envolvidos, de maneira a coordenar as ações na área dos direitos compensatórios. A dificuldade era reunir três ministros no meio do conflito político das discussões sobre o *impeachment*. Mais uma semana perdida e finalmente Economia, Agricultura e Relações Exteriores se reuniram. Enviaram uma nota à imprensa afirmando claramente que não aceitariam a entrada no país de trigo norte-americano subsidiado. Embora tenha sido notícia de primeira página, continuamos a insistir na necessidade da circular. Precisávamos ler a circular no *Diário Oficial*, e não *press release* na *Gazeta Mercantil*. Sabíamos que isso não era suficiente.

No fim de agosto o presidente George Bush, em visita eleitoral ao Meio-Oeste norte-americano, anunciou a intenção de subsidiar a exportação de 30 milhões de toneladas de trigo para diversos países, dentro do programa Export

Enhancement Program (EEP). O Brasil constava na relação de países com 500 mil toneladas. O posicionamento oficial pela imprensa de três ministros de Estado não tinha sido suficiente para um governo estrangeiro.

Voltamos ao périplo dentro do governo. O tumulto político dificultava muito a análise cuidadosa do que estava ocorrendo.

Resolvemos enviar uma correspondência pelo Ofício de Registro de Títulos e Documentos responsabilizando o funcionário por manter a petição de investigação na gaveta, sem resposta adequada e sem lhe dar o prosseguimento natural que seria a publicação da circular. Surtiu efeito. A circular foi publicada no *Diário Oficial*.

A legislação exige no mínimo 20 dias entre a publicação da circular e a portaria fixando a alíquota adicional com direitos provisórios. Nesse meio tempo, a Câmara dos Deputados votou o afastamento do presidente da República.

O presidente Itamar Franco assumiu com novos ministros e diversas medidas provisórias. Criou o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo com parte do antigo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. O Departamento de Comércio Exterior (Decex) virou Secretaria de Comércio Exterior deste ministério. A Coordenadoria Técnica de Tarifas (CTT), antiga Comissão de Política Aduaneira (CPA), virou Departamento Técnico de Tarifas (DTT). É desnecessário dizer que tal reforma dificultaria ainda mais a tramitação burocrática.

Em setembro, a imprensa anunciou a primeira venda de trigo para o Brasil dentro do programa EEP. Sem portaria, o trigo entraria sem imposto adicional. Foram seis semanas de pressão. A imprensa noticiava com destaque cada novo negócio. Iam-se somando as ofertas do EEP para o Brasil. Em novembro, finalmente, fixou-se uma alíquota adicional de imposto de importação de 27,9% para o trigo dos EUA. Quase 200 mil toneladas, das 500 mil oferecidas, haviam sido comercializadas. Talvez a mais importante vitória até aquela data. Vencíamos também o organizado *lobby* dos moinhos.

Quatro meses depois, a portaria referente aos direitos provisórios perdia valor. Esperávamos a fixação da alíquota definitiva, que não veio. O governo alegava estar ainda prosseguindo nas investigações e não existir risco de embarques, pois o governo dos EUA, com receio de ver seu programa ser julgado pelo Gatt, suspendeu rapidamente as ofertas dentro do EEP de 1992, o que pode ser considerado mais uma vitória da nossa luta, ainda que uma vitória temporária.

No caso do trigo, o subsídio e o dano ao produtor brasileiro estavam explícitos. Esbarrávamos, porém, no discurso de que a tributação adicional causaria inflação. Era o lobby do pãozinho atrapalhando o desenvolvimento agrícola.

Em fevereiro de 1993 saiu nova portaria, reduzindo a alíquota de imposto de importação de 15 para 5%. Apresentavam o aumento do custo do pãozinho e o descontrole inflacionário como argumento para a equivocada redução. Uma melhor análise dos aumentos de preço do trigo e de seus diversos derivados de maneira nenhuma dava consistência a essa tese. Estávamos em pleno início de plantio. A portaria não poderia ter vindo em pior hora.

A redução da alíquota de imposto de importação foi vista como uma sinalização de desestímulo ao setor. Provocou grande redução na área plantada. A investigação sobre o trigo norte-americano, em tese, continuava em andamento. Não eram confirmados, porém, os direitos definitivos. Como justificar que existia dano ao setor produtivo nacional, se o próprio governo reduzia espontaneamente a alíquota normal? Não existia seriedade nesse tipo de política.

Em julho, por ocasião do anúncio de mais um pacote de medidas para o setor, foi anunciada nova correção. Mesmo assim a nova portaria, que aumentou para 10% a alíquota, só foi publicada em agosto de 1993. Não voltaram a fixá-la em 15% argumentando que a desgravação geral da economia ocorrida em 1º de julho já previa a redução de 15 para 10%. A velha tese. As alíquotas em geral eram baixas e, na ocasião em que ocorriam efetivas importações, ainda eram reduzidas.

Em junho o governo dos EUA havia anunciado sua oferta de trigo subsidiado dentro do programa EEP para 1993. O Brasil não estava na lista. Uma vitória da luta pelos direitos compensatórios. A iniciativa do governo norte-americano foi da maior importância. O governo brasileiro e o setor não comemoraram à altura. Na realidade, estávamos resolvendo o caso do trigo de uma maneira muito melhor do que o do leite.

Após a abertura da investigação sobre o trigo norte-americano preparamos outra petição, desta vez para o trigo canadense. O caso canadense era mais complexo. Os EUA anunciam abertamente seu subsídio à exportação. Para o Canadá, os dados estavam mais difíceis de ser apresentados. A posição dos canadenses era também diferente. Quando tomaram conhecimento pela imprensa da petição, eles procuraram de imediato tanto o governo como nós.

Os *lobbies* contrários continuavam os mesmos. O dos moinhos e o do índice da inflação da semana seguinte. Alegavam novamente que precisariam importar, por falta de produto nacional. O ovo e a galinha. Não tínhamos trigo nacional porque importávamos sem qualquer critério. Sem introduzir um mínimo de ordem nas importações, nunca teríamos trigo nacional. Era preciso iniciar as mudanças um dia.

As reuniões para o caso do trigo canadense foram inúmeras. O volume de informações solicitadas era muito maior que o das outras vezes. Alguns técnicos entendiam que deveríamos ter apresentado petição *antidumping* e não contra os subsídios.

Em setembro de 1993 fez um ano que a investigação sobre o trigo norte-americano havia sido formalizada. O Código de Subsídios prevê especificamente que as investigações devem ser concluídas em um ano, salvo casos excepcionais. O governo não concluía a investigação e, portanto, ficávamos sem os direitos definitivos.

Previa-se aumento da produção norte-americana e os preços internacionais haviam começado a despencar a partir de maio. De US$150 em janeiro passaram para US$113 em agosto de 1993. Com a queda dos preços, o trigo norte-americano voltou a chegar ao Brasil, mesmo sem o EEP. O programa Marketing Loan, que tem como referência os preços do mercado internacional, passou a ser o suficiente. Este programa tem como objetivo possibilitar aos produtores o resgate de produtos colocados em financiamentos de comercialização (equivalentes ao EGF) por um valor menor do que o valor do empréstimo acrescido de encargos financeiros. Compatibiliza os preços internos aos preços internacionais, na medida em que o governo absorve os encargos financeiros e os custos de armazenagem.

As investigações sobre o trigo continuavam, tanto para o caso norte-americano como para o canadense. Os boatos sobre importações da França começaram a surgir. No mês de julho, foi confirmado que os moinhos tentavam obter guias de importação para mais de 60 mil toneladas de trigo francês. Felizmente, isso ocorreu em uma época em que o governo trabalhava pela consistência da política de direitos compensatórios. O governo não liberou as guias e os moinhos ameaçaram entrar na justiça. Foram informados de que seria iniciada uma investigação de direitos compensatórios. Desistiram dessa vez da importação. Infelizmente, alguns meses depois o governo relaxou sua consistência e passou a emitir guias de importação para trigo europeu, notoriamente subsidiado.

Durante todo o processo existiu amplo e decisivo apoio do governo argentino. Acusavam-nos de estar beneficiando o país vizinho. Na verdade, o benefício da Argentina reside no Tratado do Mercosul, assinado, aliás, com pouquíssima participação da sociedade em geral. Defender a triticultura brasileira acaba representando defender a triticultura do Mercosul.

O governo dos EUA com receio de ver seu programa (EEP) ser julgado no Gatt, suspendeu rapidamente as ofertas de trigo subsidiado pelo EEP-92 ao Brasil.

As investigações não eram concluídas. Os direitos nunca foram fixados, excetuando o curto período dos direitos provisórios sobre o trigo norte-americano. A produção brasileira caiu para um terço do que tinha sido poucos anos atrás. Os EUA têm mantido o Brasil fora do programa EEP. O adido agrícola norte-americano manifestou diversas vezes seu desagrado para com o que consideram uma discriminação. A pressão argentina, tanto em Brasília como em Washington, talvez tenha tido maior peso do que os processos dos produtores brasileiros. O fato é que demos um passo para frente e dois para trás.

Com a mudança de governo em janeiro de 1995 decidimos tentar novamente. Preparamos desta vez nova petição, protocolada em fevereiro, contra as importações de trigo europeu. Caso algo houvesse mudado, com a decisão de respeitar a agricultura e a legislação de direitos compensatórios, a oportunidade estava oferecida ao governo do presidente Fernando Henrique.

No fim de maio o governo encerrou finalmente a investigação canadense, contestando, entre outras coisas, a similaridade do produto. A circular estabelecia: "a maior parte da produção nacional foi classificada como pouco adequada para fins de panificação, sendo necessário adicionar trigo importado, em particular o canadense, como melhorador". Em 1989, ano da quase auto-suficiencia, não me lembro de os moinhos terem reclamado da qualidade. Quando usufruíam do modelo estatizado de comercialização, o trigo nacional era considerado bom.

O encerramento dos três casos, em conjunto, poderia e deveria ter representado a oportunidade para o estabelecimento de uma política consistente para a triticultura. Perdemos milhares de empregos e uma renda substancial. A crise que os estados produtores do sul do país enfrentam poderia ter sido minorada. O fracasso no que se refere ao trigo, cultura que foi literalmente destruída e portanto onde ocorreu o maior dano, é a caricatura de todo o processo de introdução dos direitos compensatórios.

Não se acredita que a Embrapa teve enorme sucesso na década de 70 tornando a triticultura competitiva, que o Brasil pode realmente produzir trigo. Com um mercado livre, com agricultores brasileiros, argentinos, canadenses, norte-americanos e europeus competindo entre si, sem a intervenção de governos, o resultado certamente seria outro. Isso caso o governo brasileiro também apoiasse seus agricultores.

O caso do arroz

Para o arroz, a história também é longa. Ficou evidenciada em 1991 a necessidade de alguma ordem no comércio exterior. De uma hora para outra, eram publicadas portarias reduzindo a alíquota de imposto de importação

para zero. A Portaria nº 119 foi assinada no dia 10 de maio, horas após a saída da ministra Zélia, quando a equipe do ministro Marcílio ainda não tinha assumido. Portaria fixando alíquotas de imposto de importação é prerrogativa legal do ministro de Estado. Esta não foi.

Após grande tumulto, conseguiu-se que a alíquota retornasse ao valor inicial de 15% em junho, desta vez assinada pelo ministro. Foi assegurada, porém, a isenção para a mercadoria já embarcada no exterior, ou, de maneira inédita, para os casos em que tivesse sido emitida carta de crédito irrevogável até a data de publicação da portaria. Isto é, a alíquota continuou sendo zero para todos os que quiseram importar.

Trabalhamos em uma petição para o arroz em 1991. É importante relembrar este fato, pois talvez este seja o grande caso de 1995. Contestar subsídio explícito à exportação é muito mais fácil do que contestar um subsídio concedido à produção interna a título de complementação de renda. Nosso argumento é que o arroz, sem o apoio da complementação de renda, sequer será produzido, portanto não chegaria a ser exportado e a concorrer com o nacional. O programa Marketing Loan também constitui um claro subsídio à exportação, embora não tão explícito. Parece bastante óbvio que esse tipo de intervenção altera condições de mercado.

A propósito, uma das principais contribuições da Rodada Uruguai foi o reconhecimento de que as políticas de subsídio aos produtores domésticos praticadas pelos países desenvolvidos distorcem os preços e prejudicam o comércio, tanto quanto os subsídios às exportações. Pelo visto, essas conquistas ainda levarão tempo para serem incorporadas à cultura.

Lamentavelmente, a petição para o arroz foi rejeitada. Alegaram que o volume de arroz importado nos últimos 12 meses tinha sido de 2,01%, valor inferior ao gatilho de 2,08% inventado pela Portaria nº 444. Caso tivessem escolhido outro período, esse estranho e ilegal gatilho teria sido atingido. Durante a CPMI do endividamento agrícola foi solicitada a base teórica para o valor do gatilho de 2,08%. A resposta foi que ele representava o volume de uma semana de consumo. Só pode representar uma semana de um ano de 48 semanas, pois com 52 semanas chegamos a um gatilho menor, que inclusive teria sido atingido. Os prejuízos para a orizicultura continuam hoje evidentes e agravados. Parece-nos essencial uma urgente e bem elaborada petição.

Em junho, o governo dos EUA anunciou sua oferta de trigo subsidiado no programa EEP-93. O Brasil não estava na lista. Foi uma vitória da luta pelos direitos compensatórios.

Houve ainda outros casos, sempre com pouco ou nenhum resultado. Uma petição para a cevada e o malte foi acompanhada por um longo período pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Embora a produção nacional venha se mantendo estável, todo o vertiginoso aumento de consumo tem sido atendido pelas crescentes importações, flagrantemente subsidiadas. É, sem dúvida, também um caso de dano. As dificuldades com o trigo trouxeram um desestímulo que acabou levando à rejeição da petição. A Confederação Nacional da Agricultura ocupa-se do caso das importações de coco com algum sucesso.

Um dos poucos casos de direitos compensatórios existentes em 1991 era o de fio de látex da Malaisia. Em outubro o Ministério da Economia fixou sobretaxa de 15,9% sobre as importações de fio. Se isso valia para o fio, tinha que valer para a borracha. Demos entrada em petição de investigação, que fracassou. A alegação foi que, para produtos que possuem políticas de contingenciamento, o Código de Subsídios não permite a imposição de direitos compensatórios. Se era verdade que para a borracha, em tese, existia uma política que viabilizava o contingenciamento, este não estava sendo aplicado. Era a falta de contingenciamento que nos obrigava a recorrer aos direitos compensatórios. A legislação valeu para a indústria e não para a agricultura.

Hoje, o processo contra as importações de algodão norte-americano representa um importante teste ainda em andamento. O dano ao setor foi enorme e os subsídios são facilmente comprovados. A investigação refere-se a um período com amplas importações, preços em queda e enormes prejuízos. Hoje, porém o mercado internacional passou por alterações com significativos aumentos de preço. Infelizmente, a produção do setor do algodão foi reduzida à metade, o que comprova com clareza a limitação da legislação e sua precária aplicação. Os mercados são violentos e a necessidade de medidas enérgicas e rápidas é essencial. A aplicação de direitos compensatórios é importante nos dias de hoje pelo princípio que representa, mas nada compensará os enormes prejuízos sofridos pelo setor.

Infelizmente a história da introdução dos direitos compensatórios para a agricultura está sendo escrita lentamente. Os sucessos efetivos são reduzidos, embora tenhamos caminhado no sentido de esclarecer a opinião pública sobre o que os agricultores estão pretendendo. Ainda será preciso, porém, alterar a cultura nacional. Agricultura também é desenvolvimento. Antes de tudo, isto é uma questão de princípio.

Pedro de Camargo Neto, doutor em engenharia de produção, é coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, ex-membro do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Aumento expressivo da remuneração dos trabalhadores temporários

Os salários médios do mensalista rural são superiores ao salário mínimo. O mínimo urbano, contudo, tem registrado deterioração em termos reais.

Em dezembro de 1994, os salários no meio rural, na média do Brasil, registraram crescimento real em relação aos pagos em junho do mesmo ano. O maior ganho foi o da diária, que cresceu 43%, já descontada a inflação, o menor foi o do mensalista, 2%. A remuneração dos trabalhadores mais especializados, administradores, capatazes e tratoristas, aumentaram 7%, 4,5% e 5,7%, respectivamente. Apesar destes significativos incrementos, os salários se mantêm inferiores aos vigentes nos anos 80.

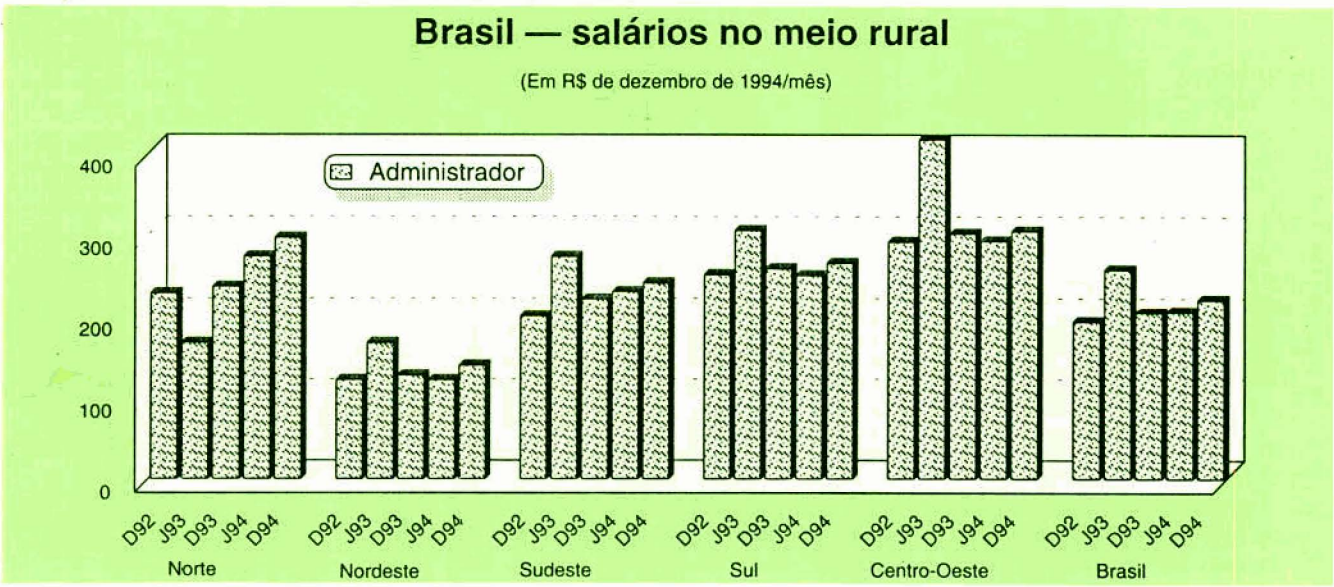
Em termos regionais, observa-se que os salários rurais têm apresentado, nos anos mais recentes, um desempenho bastante homogêneo, sendo mais altos nas regiões Centro-Oeste e Sul e mais baixos no Norte e Nordeste. Parte deste comportamento pode ser atribuído ao próprio dinamismo das agriculturas regionais. Mas deve-se levar em conta que a mão-de-obra rural é bem mais abundante no Nordeste, o que contribui para deprimir os salários da região.

Segundo dados do Censo de 1985 (infelizmente, o último disponível), 40% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários se encontravam no Nordeste. É verdade que, do total de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias no Nordeste, apenas 17% são classificados como mensalistas e trabalhadores temporários. Uma proporção maior, contudo, exerce tarefas eventuais, sob a forma de empreitada, por exemplo, nos momentos de pico da atividade agrícola.

As regiões Sudeste e Sul agregam, respectivamente, 19 e 20% do pessoal ocupado, mas divergem substancialmente na participação dos assalariados nesse total. No Sudeste, 37% do total do pessoal ocupado na região são constituídos de assalariados, enquanto no Sul esse percentual é de apenas 17%. A importância da atividade canavieira num dos casos e a distribuição fundiária relativamente melhor no outro devem explicar a diferença.

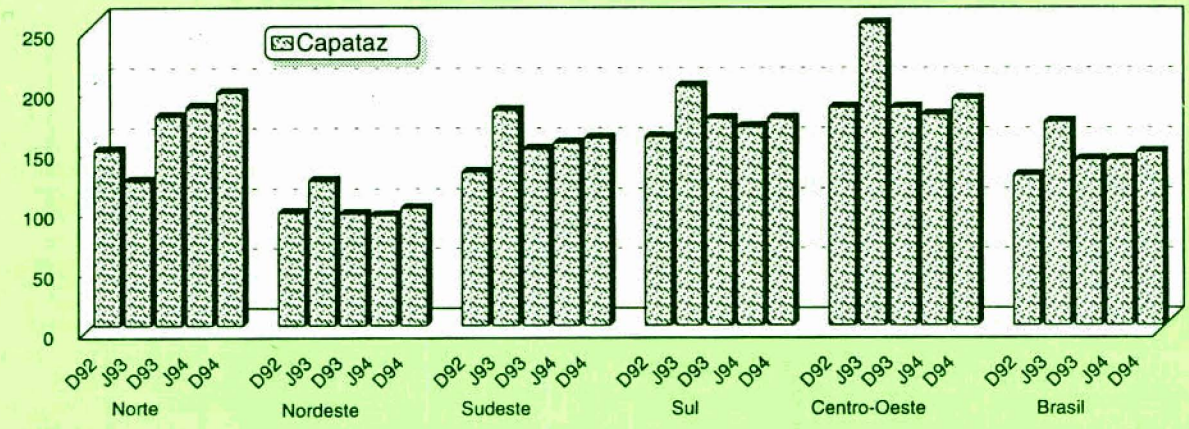
A região Norte conta com 10% do pessoal ocupado e o Centro-Oeste com apenas 5%. Já a participação dos assalariados nos respectivos totais é de 8% e de 34%, respectivamente. Tendo em vista, porém, a disparidade da distribuição regional do pessoal ocupado, verifica-se que 60% dos assalariados rurais se distribuem entre o Sudeste e o Nordeste. Quanto ao restante do país, no Sul estão 25% dos assalariados, no Centro-Oeste, 14% e no Norte, 7%. Para o Brasil como um todo, a participação dos assalariados (mensalistas e temporários) é de 30% do pessoal ocupado.

Ainda quanto aos aspectos estruturais da mão-de-obra agrícola, é interessante observar que, segundo o



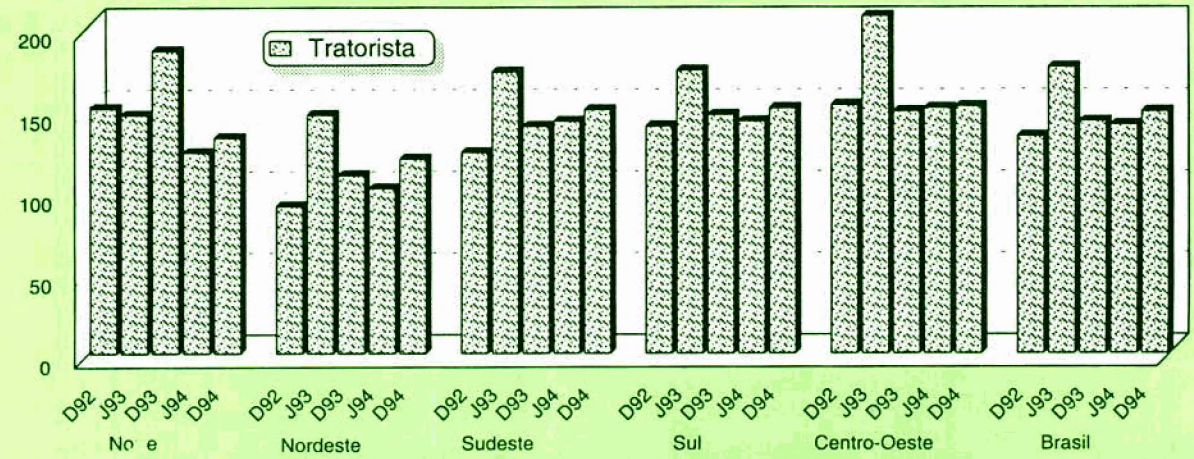
Brasil — salários no meio rural

(Em R$ de dezembro de 1994/mês)



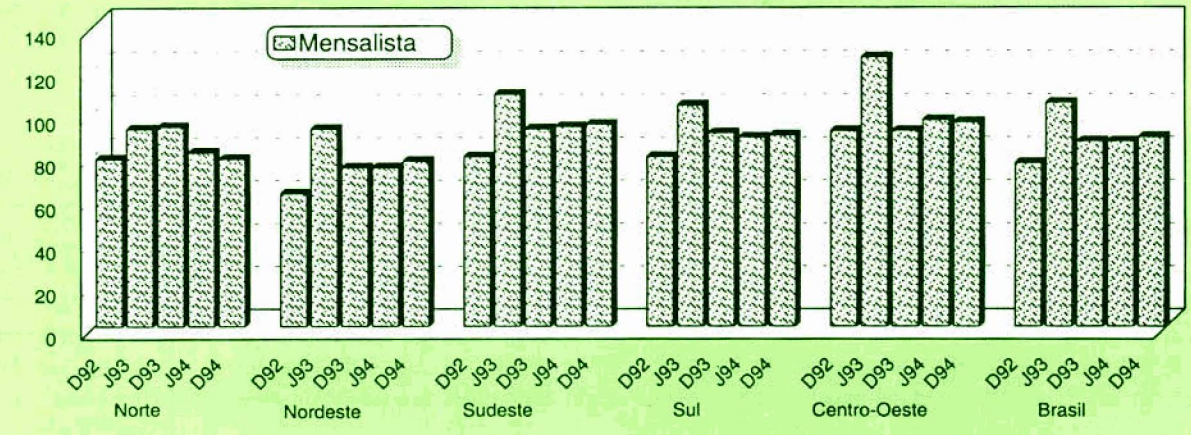
Brasil — salários no meio rural

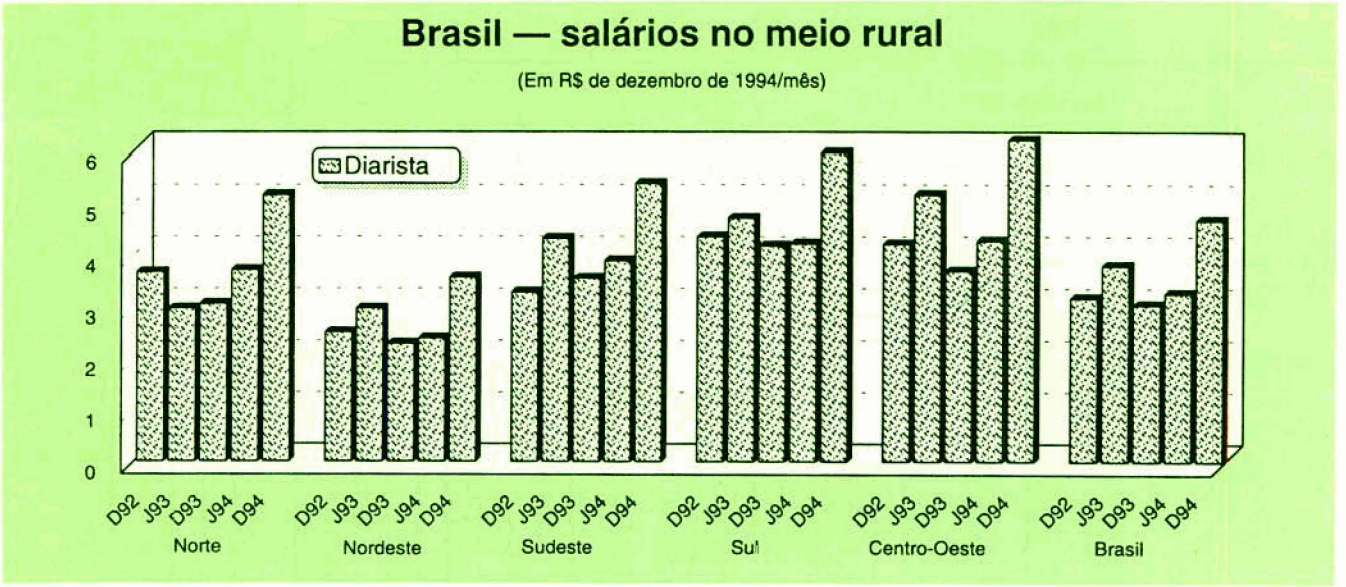
(Em R$ de dezembro de 1994/mês)



Brasil — salários no meio rural

(Em R$ de dezembro de 1994/mês)





mesmo Censo Agropecuário, quase 74% do pessoal ocupado residiam nos estabelecimentos agropecuários (variando de 62% no Sudeste a 87% no Norte).

Em confronto com os salários urbanos, nota-se que, a partir de 1987, os salários médios do mensalista rural têm sido superiores ao salário mínimo. Este fato, contudo, deve ser considerado com certa cautela, uma vez que, no período, o mínimo urbano tem registrado deterioração em termos reais.

Quanto aos diaristas, sua situação, aparentemente, registrou no último semestre substancial melhora: em dezembro de 1994, o trabalhador rural necessitaria trabalhar apenas 15 dias para auferir o equivalente a um salário mínimo. Um ano antes seriam necessários 27 dias. Novamente, é um número a ser observado com ressalvas, já que se trata de um tipo de trabalho muito instável e sujeito à sazonalidade da atividade.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

FEIJÃO IRRIGADO

Uma opção para a agricultura empresarial

A safra irrigada, também chamada de safra de inverno ou de terceira safra, cresce a cada ano, mas esse processo de expansão ainda não é bem conhecido.

A crescente importância da safra irrigada no jogo do abastecimento de feijão evidencia a dicotomia entre a estrutura produtiva tradicional da lavoura, conduzida em baixo nível tecnológico na pequena propriedade, e as grandes fazendas irrigadas, as quais empregam sofisticada tecnologia e obtêm altos índices de produtividade.

Esta segmentação estrutural, no entanto, difere, por exemplo, daquela encontrada na lavoura do arroz. A produção do cereal emprega dois sistemas tecnológicos básicos: arroz irrigado e de sequeiro. Uma vez adaptadas as terras ao cultivo irrigado do arroz, dificilmente o produtor optará por outra cultura. Isto porque, em geral, as áreas ocupadas pelo arroz são quase sempre solos com má drenagem, e portanto pouco adequados aos demais cultivos. Além disso, a infra-estrutura necessária para viabilizar a irrigação por inundação é bastante onerosa, tornando difícil o abandono da atividade arrozeira, uma vez implantado o sistema de irrigação.

No caso do feijão, a sua incorporação ao padrão de exploração de bases empresariais se deu de forma praticamente oportunista: as freqüentes quebras na produção de feijão devido à elevada fragilidade das lavouras geravam comportamentos altistas no mercado, atraindo a atenção dos agricultores. O próprio governo, que costumava tabelar o produto, por temer o impacto das fases de alta sobre os índices de preços, contribuiu para uma maior desenvoltura do mercado nos últimos anos, quando tornou suas intervenções

mais criteriosas, a partir do final da década de 80. Bons preços, associados a alta produtividade, permitiram consolidar a posição da safra irrigada no mercado, uma vez que ela veio ocupar justamente uma fase de entressafra e, portanto, de preços mais favoráveis (a colheita se dá no intervalo entre o fim da safra da seca e o início da safra das águas seguinte).

Na maioria dos casos, no entanto, o feijão constituiu apenas uma atraente opção de plantio para o produtor mais tecnificado, uma vez que este, se o mercado não lhe acenar favoravelmente, poderá trocar rapidamente de cultivo. A relativa proximidade dos projetos irrigados de fábricas de processamento agroindustrial aumenta o leque de opções para o produtor rural, que pode substituir o feijão pelo tomate rasteiro (destinado ao esmagamento) ou pelo milho doce, por exemplo. Dependendo da região, muitas frutas de ciclo curto, como a melancia e o melão, também entram no esquema de rotação de culturas que em geral está presente nestes projetos. Mesmo porque, do ponto de vista fitossanitário, a rotação de cultivos é extremamente importante para romper o ciclo de determinados patógenos e evitar a decadência das culturas de um modo geral.

A possibilidade de o agricultor apostar em duas ou até mais safras subseqüentes de feijão no inverno dificulta o acompanhamento estatístico da produção. De acordo com a Conab de São Paulo, o que se denomina terceira safra de feijão na realidade pode estar sendo apenas a primeira para o agricultor irrigante; e como o ciclo do feijão é muito curto, a multiplicidade das produções de inverno, que podem acabar emendando com o plantio da safra das águas subseqüente (de sequeiro), torna confusa a mensuração das colheitas. O fato é que, de acordo com a mesma fonte, o próprio mercado atacadista não assimila muito bem os números divulgados pelo IBGE, que atualmente estima a terceira safra em 300 mil toneladas. Segundo a Conab de São Paulo, a safra irrigada já poderia, pelo menos teoricamente, estar atingindo cerca de 918 mil toneladas, o que a colocaria no mesmo nível de importância das duas outras safras principais.

Isto porque, com base em levantamento elaborado a partir de fontes formais e informais, haveria em todo o país no mínimo cerca de 450 mil hectares de áreas irrigadas. Estas áreas estariam, *grosso modo*, assim distribuídas: Minas Gerais com 100 mil hectares; Goiás com 60 mil; São Paulo, 70 mil; Bahia, 45 mil; Paraná, 10 mil; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul somariam 10 mil; Espírito Santo e Rio de Janeiro juntos totalizariam 7 mil; e outros estados, como Tocantins, Rondônia e alguns do Nordeste, já ocupariam no total a expressiva área de 148 mil hectares. Haveria cerca de 4 mil unidades de pivô central operando em todo o país, sendo que a área média utilizada a cada safra de feijão irrigado estaria em torno de 190 a 200 mil hectares. A produtividade média aproximada ficaria em torno de 35 sacas/ha (2.100kg/ha).

Supondo que 60% da área total disponível para a produção irrigada (450 mil hectares) fossem ocupados uma vez por ano com o feijão, teríamos cerca de 270 mil hectares, o que, multiplicado por uma produtividade média em torno de 1.700kg/ha (bem inferior, portanto, à média nacional anteriormente citada, para fazer um cálculo por baixo), totalizaria aproximadamente 459 mil toneladas. Caso esta mesma área comportasse duas produções anuais (podem ocorrer até três), obteríamos então cerca de 918 mil toneladas do produto irrigado.

Feijão — evolução da safra irrigada 1986-95

	área (ha)	produção (toneladas)
1986	103.854	93.597
1987	139.487	123.010
1988	154.794	147.346
1989	175.686	199.509
1990	207.399	199.182
1991	205.792	253.560
1992	181.369	227.711
1993	206.722	282.963
1994[1]	224.278	294.012
1995[2]	–	–

Fonte: IBGE.
[1] Estimativa.
[2] Dados não-disponíveis.

Linhas de crédito especiais deram suporte à expansão

Nos anos recentes, houve uma expansão da cultura irrigada em direção ao cerrado, estabelecendo um importante quadrilátero produtivo cujos vértices se localizam no norte de Minas, em Goiás, no oeste da Bahia (Barreiras) e em Tocantins.

Uma das razões que explicam a expansão das áreas irrigadas, que se tornou mais perceptível a partir de meados da década de 80, foi a concessão de linhas de crédito especiais, de longo prazo, do Fundo Constitucional de Investimento. Desde 1988, este fundo passou



a alocar verbas federais para regiões carentes, independentemente de políticas monetárias restritivas, favorecendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para a região Nordeste, por exemplo, os prazos máximos de financiamento são de até 12 anos, com até quatro anos de carência (os prazos são definidos em função da capacidade de pagamento de cada projeto). As condições de pagamento foram, desde a criação do fundo, à base de correção monetária oficial plena mais taxa de juros de 8% a.a., mas a partir de abril de 1995 as correções passaram a ser referenciadas na TJLP (taxa de juros de longo prazo) mais 3% a.a. Há também cláusulas que possibilitam o rebate parcial dos custos do financiamento, as quais contemplam projetos com determinadas características. Essas cláusulas favorecem, por exemplo, projetos conduzidos por microprodutores ou aqueles que resultem em investimentos sociais, melhorias ao meio ambiente, realização de benfeitorias hídricas (tais como poços, aguadas, açudes, barragens, barreiros, cacimbões, bebedouros), investimentos em energia integrados à produção, aquisição e/ou instalação de equipamentos para captação, bombeamento e adução d'água etc. Essas cláusulas de rebate possibilitam uma redução de 10 a 40% sobre os encargos do financiamento. Outras linhas especiais de crédito também podem ser citadas, como o Finame e ainda programas especiais, como o Programa de Irrigação de Pequenas Propriedades Rurais (Prospere), que em Minas Gerais ajudou a expandir a área irrigada no estado, hoje um dos mais importantes pólos de produção de feijão de inverno.

Os quatro principais estados produtores são, por ordem de importância (segundo o IBGE), Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia.

Em termos de competitividade, o agricultor goiano sai na frente do paulista, de acordo com dados da Conab de São Paulo. Mais tecnificado, o agricultor de Goiás consegue produzir com menores custos operacionais, que atualmente estariam em torno de R$18/saca de 60kg, enquanto o produtor paulista teria um custo próximo ao preço mínimo, em torno de R$20/saca de 60kg (o preço mínimo está estipulado hoje em R$22,50/saca de 60kg).

O perfil do produtor goiano, em geral grandes pecuaristas capitalizados, ajuda a explicar a elevada capacidade de utilização de sofisticados recursos tecnológicos: de acordo com a Associação de Irrigantes de Palmeiras de Goiás, a semeadura é mecanizada, e

a colheita é 50% manual e 50% mecanizada.[1] Haveria em Goiás, inclusive, uma tendência à terceirização: a colheita é realizada por bóias-frias, as pulverizações de agrotóxicos muitas vezes são feitas por aviões alugados e algum maquinário seria também alugado. Entretanto, o maior problema com relação ao feijão goiano está na comercialização, já que a coloração mais escura das variedades do tipo carioquinha utilizadas naquele estado não agradam aos atacadistas de São Paulo, principal pólo de venda do produto. O mercado prefere o feijão carioca de coloração mais clara, do tipo branco-leite, no jargão dos cerealistas, e esta condição sujeita o produto goiano a um deságio de até 10%. Em função disto, os produtores estão introduzindo variedades de coloração mais clara, como o carioquinha Pérola e o Campeão, da Embrapa, com o intuito de melhorar os preços do produto goiano.

Se a safra de Irecê quebrar

Em Minas Gerais, um tradicional produtor de feijão irrigado, o plantio ocorre nos meses de abril-maio-junho e a colheita nos meses de setembro-outubro. Grande parte da produção está localizada nos municípios do Triângulo Mineiro (Uberlândia, Uberaba) e Alto Paranaíba (Patos de Minas), havendo uma grande concentração de pivôs centrais no município de Paracatu. Ao contrário do que acontece na maior parte dos estados onde se instalam os projetos de irrigação, há em Minas Gerais um grande número de pequenos produtores irrigantes que utiliza sistemas convencionais (aspersão ou sulcos), o que confere um caráter mais heterogêneo ao perfil do produtor nesse estado. Esta atividade foi fomentada ao longo da década de 80 pelo Prospere. Segundo a Emater-MG, o feijão é ainda hoje a melhor alternativa de inverno para o agricultor mineiro, sendo a única cultura com franca tendência à expansão de área e de produção no estado.

Um ponto comum a todas as regiões irrigadas é a dificuldade com relação à venda da produção. A exemplo do que acontece com a produção de sequeiro, o fluxo de comércio é ainda muito desorganizado. Em alguns pólos de produção, como Barreiras (ver, a respeito, *Agroanalysis* n. 2, fev. 1995), os empresários têm procurado se organizar para eliminar a intermediação. A maior regularidade da oferta da região permitiria manter contratos diretos com as fases mais próximas ao varejo.

Outro ponto que merece comentário é o alto grau de articulação entre os produtores rurais, grande parte das vezes organizados em associações de irrigantes. A Associação dos Irrigantes de Palmeiras de Goiás, por exemplo, também tem tentado criar um departamento comercial com o intuito de fortalecer a posição dos produtores no jogo da comercialização, que ainda é muito dependente dos intermediários.

Segundo a Conab de São Paulo, a terceira safra de feijão poderia, ao menos teoricamente, já estar atingindo cerca de 918 mil toneladas, contra as 300 mil toneladas estimadas pelo IBGE, o que a colocaria no mesmo nível de importância das duas outras safras principais.

As informações com relação aos custos de implantação do sistema de irrigação por pivô central são mais facilmente obtidas junto ao setor privado. A Agronol, empresa sediada em Barreiras, especializada na produção de frutas e considerada a maior produtora nacional de melancia, estima em aproximadamente US$2 mil/ha o custo de instalação de todo o sistema (equipamento propriamente dito somado aos investimentos de infra-estrutura, tubulações e bombas). Apenas o pivô central custaria cerca de US$1 mil/ha. O preço relativamente elevado da implantação recomenda a utilização do sistema de irrigação em culturas de alto rendimento econômico por unidade de área, como é o caso da fruticultura irrigada. A própria Agronol considera o feijão apenas como uma cultura de oportunidade, ou seja, apenas se o preço for bastante atraente ela será induzida a aumentar a sua área de plantio, que no ano passado ficou em torno de 1.200ha, divididos em duas safras. Este ano, como os preços não estão convidativos, eles reduzirão a área destinada ao feijão à metade. A Agronol possui 29 pivôs centrais em Barreiras, totalizando cerca de 3 mil hectares irrigados, dos quais a maior parte é destinada a frutas como melancia, mamão, abacaxi, laranja, entre outras. Feijão em escala maior, só se Irecê quebrar, conforme fontes ligadas à empresa.

[1] Manual é o arranqueio e enleiramento das plantas; posteriormente, uma colhedora do tipo Miac finaliza a operação.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

Colheita recorde, comercialização difícil

Os baixos preços atingidos pelo milho na safra 1994/95 certamente prejudicarão o próximo plantio, o que pode colocar em risco o aumento futuro da produção de carne avícola e de suínos.

Tradicionalmente, ao aproximar-se a época de final de colheita das safras de verão, o campo começa a se movimentar no sentido de definir o plantio seguinte, confrontando os resultados financeiros recém-obtidos entre as diversas culturas.

Este ano, porém, esta tradição foi conturbada pelo *imbroglio* que se criou em relação ao crédito rural no país. De fato, na medida em que o impasse entre governo e produtores afetou diretamente a comercialização do produto recém-colhido, rompeu-se o encadeamento de eventos que normalmente servem para guiar a análise dos agricultores.

É bem verdade que, no caso específico do milho, mesmo que tal conturbação não tivesse acontecido, dificilmente o cereal estaria entre as principais opções para o próximo plantio, ao contrário do ocorrido há pouco mais de um ano.

Naquela época, apesar de o superávit até então recorde do produto constituir aparentemente um desestímulo ao novo plantio, as razoáveis condições do VBC e do preço mínimo mantiveram o interesse na cultura. Este quadro foi reforçado pela perda de 50% da área plantada que as geadas causaram à safrinha paranaense em 1994 e que evitaram uma maior depreciação das cotações durante esta segunda colheita.

Dados da Conab divulgados em meados de maio informam que a colheita brasileira de milho em 1994/95 deverá chegar a 36,6 milhões de toneladas, quase 11% acima do obtido um ano antes. Desta vez, a safrinha deverá ocupar lugar de destaque (7% da produção total), com a esperada recuperação da lavoura paranaense.

Com a oferta total, por sua vez, atingindo o recorde de quase 43 milhões de toneladas, não só houve a inevitável depreciação nas cotações do produto, como também tornou-se lenta a comercialização.

Entre março e maio, o preço médio recebido pelos produtores paranaenses foi de R$4,80/60kg. Além de ser 24% menor, em termos reais, do que a média do mesmo trimestre de 1994, o prejuízo aos agricultores transparece na sua comparação com os custos de produção. Segundo cálculos do Departamento de Economia Rural (Deral), o custo médio variável de produção das 7,6 milhões de toneladas da primeira safra do estado é de aproximadamente R$5,50/60kg, com o custo total chegando a R$6,50/60kg.

Setor de rações programa crescimento em 1995

O único elemento que vem atuando como sustentador (ainda que parcial) do mercado do milho tem sido o forte ritmo de crescimento no consumo de rações, tanto por parte da avicultura quanto da suinocultura.

De fato, o incremento anual previsto na produção de rações, da ordem de 11% em 1995, respalda-se no avanço de ambas as atividades criatórias, responsáveis por aproximadamente 95% da sua demanda. Apenas por conta deste aumento, o consumo de milho pelos produtores de rações deverá crescer 8% em relação ao observado em 1994, chegando a 13,5 milhões de toneladas.

A oferta total do milho este ano deverá chegar ao recorde de quase 43 milhões de toneladas.

Até o momento, não há indicadores de que esta tendência no mercado das carnes reverta. Afinal, por mais que o consumo varejista possa passar por retrações sazonais, a manutenção da lucratividade junto aos criadores afasta qualquer revisão dos planos expansionistas em 1995. Espera-se um crescimento de 10% tanto para as aviculturas de corte como de postura, e de 12% para a suinocultura.

Além do mais, os bons resultados até agora obtidos no plano de estabilização econômica têm estimulado o aumento do consumo de uma forma geral. Neste caso, visto ser a carne um produto cuja demanda é muito sensível a variações na renda disponível, não é de admirar o maior dinamismo que vem caracterizando as vendas varejistas deste alimento.

Para o período janeiro-setembro, o potencial de produção de pintos de corte foi calculado pela Asso-

ciação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (Apinco) em 2 milhões de cabeças, ou 18% acima do potencial relativo ao mesmo período de 1994. Por sua vez, a produção efetiva destas aves no primeiro trimestre de 1995 ficou somente 5% aquém da potencial (contra 8% no mesmo período do ano passado), evidenciando a atual pujança deste segmento.

De forma semelhante, a União Brasileira de Avicultura (UBA) previu que, entre janeiro e julho, a média mensal da produção nacional de ovos será 11% superior à do mesmo período de 1994. Este movimento reflete o aumento no plantel de poedeiras que se vem verificando desde o ano passado, quando a média mensal ficou em nível 5,7% maior que o de 1993.

Bons resultados na suinocultura

Quanto à suinocultura, embora se paute por regras muito diferentes daquelas verificadas junto à avicultura de corte, ela vem passando por fase de euforia, respaldada especialmente no mencionado aumento da lucratividade, já que os preços recebidos pelo suíno pronto para abate não têm sido elevados.

O consumo de milho pelo setor de rações em 1995 deverá crescer 8% em relação ao observado em 1994.

A margem de lucro dos suinocultores sulistas foi recorde histórico de janeiro a maio. O preço relativo suíno/milho ficou em quase 10, quando o *break-even point* comumente considerado é 6. Por sua vez, a média dos preços recebidos pelo animal vivo para abate na região Sul, no mesmo período, ficou em R$0,88/kg, 16% abaixo do patamar real médio observado nos primeiros cinco meses de 1990 a 1994.

Se se levar em consideração que, tradicionalmente, o verão é época de queda sazonal da demanda de carne de porco, pode-se imaginar o estímulo que o resultado da lucratividade trouxe aos criadores. Não foi por outra razão que, de janeiro a maio, o abate de suínos em Santa Catarina alcançou nível, respectivamente, 16 e 20% maior do que os observados nos mesmos períodos de 1994 e de 1993.

Este breve panorama das atividades criatórias de aves e de suínos informa, portanto, que estas (e, por extensão, o consumidor final das carnes) vêm sendo as grandes beneficiadas com a queda livre dos preços do milho.

Futuro incerto para o milho

Sintomaticamente, na decomposição do item alimentação do IPA (índice que detém 60% de peso para o cálculo do IGP), de janeiro a maio o milho, as aves abatidas e a carne de suíno apresentaram variações em seus preços de, respectivamente, -20, -25 e -21%.

A margem de lucro dos suinocultores sulistas foi recorde histórico de janeiro a maio.

No entanto, se a depreciação dos preços do cereal tem colaborado fortemente para a contenção dos índices inflacionários, por outro lado é de se esperar que ocorra um desestímulo nas decisões relativas ao plantio da próxima safra, e/ou que a semeadura venha a sofrer as conseqüências de uma forte descapitalização do homem do campo.

Em ambos os casos, trata-se de perspectiva muito perigosa para um país cujos complexos avícola e suinícola oferecem hoje conjuntamente ao mercado mais de 5 milhões de toneladas/ano de carnes em nível comercial, além de serem responsáveis pelo amortecimento dos impactos altistas dos preços da carne bovina sobre o cálculo do custo de vida.

Este conjunto de elementos explica por que as lideranças avícolas vêm manifestando preocupação no que diz respeito a uma eventual insuficiência da produção interna do grão na próxima safra. A forte dependência que tanto a avicultura como a suinocultura têm em relação ao milho obviamente acarreta o temor de que, se não for garantida a produção interna deste insumo, aumentem os seus custos de produção, acarretando queda na demanda.

Caberia às autoridades governamentais responsáveis pelas definições da política agrícola se anteciparem a esta preocupação dos criadores, estabelecendo com rapidez e clareza os sinalizadores da safra 1995/96. Antes que a indefinição venha a acarretar uma redução preventiva dos plantéis, com suas perversas conseqüências sobre os preços das proteínas animais para os consumidores.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Açúcar, álcool e meio ambiente

Embora os problemas ambientais da cadeia de produção sucroalcooleira sejam significativos e comuns a países desenvolvidos e em desenvolvimento, o balanço ambiental pode ser considerado extremamente positivo.

Assunto destacado para discussão no *workshop* de abertura da VII Reunião do Conselho da Organização Internacional do Açúcar, realizada em São Paulo, no mês de junho, os problemas ambientais na produção do açúcar e do álcool, a partir da cana-de-açúcar ou da beterraba, afligem não somente os países em desenvolvimento, mas também os desenvolvidos.

Um exemplo é o caso dos produtores de beterraba da União Européia, que enfrentam problemas de perda de solo no momento da colheita. O solo que fica retido na beterraba representa uma perda anual de 10% dos 115 milhões de hectares plantados, embora esta percentagem já reflita uma forte redução, uma vez que, no passado, a perda era da ordem de 19%. Atualmente os produtores de beterraba e de açúcar deparam com uma legislação forte e restritiva na área ambiental, que racionaliza ao máximo o uso de agrotóxicos e exige cada vez melhor qualidade nos produtos colhidos, além de controlar a emissão de poluentes atmosféricos e efluentes líquidos.

O caso europeu demonstra a necessidade de serem feitos investimentos para tornar a produção da beterraba e do açúcar cada vez mais próxima do conceito de sustentabilidade, o que de certa forma garantirá a consolidação deste grupo de países no primeiro lugar da produção mundial de açúcar (atualmente os países da União Européia produzem 15,49t, o que equivale a 14,20% da produção mundial).

No âmbito do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (Geplacea),[1] os impactos ambientais negativos não diferem muito dos já conhecidos, e giram em torno da questão da queima da cana-de-açúcar e da poluição pelo vinhoto. A solução destes problemas, embora dependa de aumento relativamente pequeno no custo de produção, se comparado aos benefícios ambientais que geraria, esbarra em obstáculos de ordem social, tecnológica e legal.

[1] Organização não-governamental, congrega 23 países produtores de cana-de-açúcar, responsáveis por 56% da produção mundial de cana, 24% da produção mundial de açúcar e 32% do volume de açúcar comercializado no mundo.

Os impactos ambientais negativos da atividade sucroalcooleira

A literatura aborda de forma exaustiva as externalidades negativas que a produção de cana, álcool e açúcar traz ao meio ambiente.

Basicamente, o vinhoto e as queimadas de cana são os principais problemas detectados, não só no Brasil, mas no conjunto dos países produtores de cana-de-açúcar membros do Geplacea. A erosão do solo, muitas vezes deixada de lado, também tem sua relevância em termos de meio ambiente, sobretudo no Brasil, onde a área cultivada chega, segundo o IBGE, a 4,4 milhões de hectares (50% localizados no estado de São Paulo). Apesar de a cultura da cana apresentar uma das menores taxas médias de erosão, 12,4t/ha/ano, a vasta extensão que ocupa acaba gerando um efeito agregado de enorme intensidade. Seriam perdidos anualmente, apenas em São Paulo, cerca de 27 milhões de toneladas de solo, o que representa 14% dos 198 milhões de toneladas de solo perdido, segundo estimativas da Secretaria da Agricultura.

Concentrações de CO e O_3 em ambientes naturais, regiões poluídas, queimadas da Amazônia e queimadas da cana (em ppbv)[1]

Ambiente	CO	O_3
Ambientes naturais	50-150[2]	20-40[2]
Regiões poluídas	>1.000	> 80
Queimadas Amazônia	~300[3]	~40[3]
Queimadas cana	580[3]	80[3]

Fonte: Composição de dados a partir de Kirchhoff (1991).
[1] Ppbv = partes por bilhões em volume.
[2] Faixa de altitude abaixo de 6km.
[3] Altura de medição a 2km da superfície na estação seca.

No caso do Brasil, o vinhoto deixou de ser um sério problema ambiental e passou a ser uma fonte de reciclagem de nutrientes para a cultura da cana. Desde 1980, foi proibido o despejo deste subproduto da fabricação do álcool nos rios, surgindo a partir daí diversas alternativas, como a produção de biogás, a fertirrigação (rica fonte de nitrogênio, potássio, enxofre, cálcio e magnésio), além da geração de novas tecnolo-

gias que envolvem menor produção de vinhoto por litro de álcool (chega-se, por exemplo, a alcançar uma relação de 1:3 entre álcool e vinho, quando o normal era 1:10). A Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar) afirma que, por parte de suas afiliadas, não há mais vinhoto sendo despejado nos rios, sendo 63% do volume produzido utilizado como fertilizante e 27% destinado às áreas próprias para despejo.

Atualmente, o maior problema continua sendo a queima da cana-de-açúcar, um impasse que se estende ao longo dos anos, por uma questão tecnológica e social.

A preocupação com esta prática desperta o interesse de diversos pesquisadores há bastante tempo. Em 1951, Valsechi[2] enumerou diversos aspectos positivos e negativos da queima da cana, tanto do ponto de vista agrícola, entomológico ou industrial, como do econômico. O aspecto mais relevante refere-se às vantagens econômicas da queima. O aumento da produtividade da mão-de-obra (ela chega a representar 24% dos custos de produção da cana no estado de São Paulo) é um forte apelo para a manutenção da colheita manual.

Do lado ambiental, no entanto, as externalidades negativas geradas por esta prática são evidentes. Além

[2] Valsechi, Otávio. *A queima da cana-de-açúcar e suas conseqüências.* Piracicaba, Esalq, 1951. (Tese de livre-docência.)

Balanço socioambiental consolidado

Aspectos positivos	Aspectos negativos
Produção de cana	
1. A taxa média de erosão do solo para a cultura da cana em São Paulo é 12,4t/ha, relativamente baixa quando comparada à de outras culturas anuais e temporárias.	1. É uma monocultura, ocupando uma vasta área territorial. Logo, mesmo com reduzidas taxas de erosão, o volume de solo perdido é significativo, podendo representar mais de 10% da perda total de solo no estado de São Paulo.
2. Gera emprego direto para 500 mil pessoas no campo. Contribui para a redução do fluxo migratório em direção às grandes cidades.	2. Resultam do problema da erosão: assoreamento e contaminação dos rios, pelo carreamento de fertilizantes, partículas de solo e agrotóxicos, além de uma série de outros efeitos a jusante.
	3. Utilização da queima como prática de pré-colheita: emissão de gases poluentes, material particulado; dispêndio anormal de água e horas de serviço além de possíveis danos à saúde humana.
Industrialização	
1. Bagaço como fonte de calor para usinas, co-geração de eletricidade e alimentação animal.	
2. Vinhoto como fertilizante, fermento biológico, produção de biogás.	
3. Matéria-prima para diversas unidades industriais de alcoolquímicos, sendo que os polímeros à base de sacarose são biodegradáveis; plástico biodegradável.	
Consumo	
1. O etanol é um combustível mais "limpo", menor emissão de CO, de S e nenhuma de Pb.	1. Motores a álcool emitem elevada concentração de aldeídos (embora estes possam ser facilmente reduzidos com o uso de catalisadores).
2. Os custos econômicos e ambientais de eventuais derramamentos de etanol são bem inferiores aos que ocorreriam caso se tratasse de petróleo ou gasolina.	2. Na produção de álcool anidro a partir do álcool hidratado utiliza-se benzeno, composto químico cancerígeno (já existem alternativas econômicas viáveis, como a substituição pelo hexeno).
3. Comparativamente aos derivados de petróleo, o etanol possui toxicidade bem menor.	

Começa a desregulamentação do setor

No último dia do mês de maio encerrou-se a vigência da Lei nº 8.117, de novembro de 1990, determinando o fim do sistema de quotas de exportação de açúcar que vigorava há mais de 30 anos. Este foi o primeiro passo governamental no sentido da desregulamentação do setor sucroalcooleiro.

Esse processo, almejado por muitos, requer cuidados, pois a estatização de mais de meio século predominante no Brasil fincou hábitos que alimentaram determinados segmentos, tornando-os, apesar de poderosos, dependentes das decisões governamentais.

No entanto, como o Estado não pode esquecer o seu papel de coordenador da economia nacional, o governo, preocupado com o abastecimento interno, baixou, por intermédio do Banco Central, a Resolução nº 2.163, de 31 de maio de 1995, estabelecendo alíquotas de exportação para os produtos da cana-de-açúcar.

Paralelamente, no âmbito da Secretaria de Política Comercial do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, vem sendo elaborada, em conjunto com os Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, uma política específica para o setor sucroalcooleiro, a ser divulgada no segundo semestre do corrente ano.

Segundo Elisabete Seródio, assessora para assuntos sucroalcooleiros do Mict, o objetivo do governo é "desregulamentar a legislação, de forma a que as novas regras garantam o abastecimento do mercado interno, dando uma sinalização ética ao setor e à sociedade".

Em relação à taxação das exportações, parece claro que o governo pretende flexibilizá-la, fazendo-a variar de 40 a 0%, durante o período das safras. A medida é uma forma de transição do modelo arcaico de quotas para o modelo de leilões de direito de exportação, a ser implantado.

O governo se preocupa também com o suprimento de álcool para o mercado interno, já que em decisões por muitos consideradas políticas grande parte das destilarias autônomas obteve permissão para produzir açúcar em quotas de 250 mil sacas, sem prejuízo para a produção de álcool. Tendo em vista a atratividade do mercado externo de açúcar, as autoridades temem a liberação total, preservando desta forma o abastecimento do álcool combustível, sem necessidade de importação de combustíveis alternativos, tipo MTBE[1] etc.

A posição dos produtores

Os produtores alegam que a decisão do governo não é oportuna, já que deve ser aproveitado estratégicamente o vácuo deixado por Cuba, com a redução acentuada de sua produção, para ampliar as divisas necessárias ao país, sempre garantindo o suprimento interno.

Acrescentam ainda os produtores que a perspectiva de cotações em baixa no mercado internacional não influirá no desempenho do setor sucroalcooleiro do Brasil no que tange às exportações, haja vista que, devido ao baixo custo de produção de açúcar no país — São Paulo tem o custo mais baixo do mundo e o Norte-Nordeste o terceiro menor custo —, a comercialização de açúcar seria viável a partir do nível de 11 cents por libra-peso.

Com base nessas alegações, os produtores apresentaram ao governo uma proposta de plano da safra 1995/96, com um comprometimento de atender ao mercado interno, tanto de açúcar como de álcool hidratado e anidro, solicitando a liberação, para exportação, de um volume de 3,4 e 1,8 milhões de toneladas, para o Centro-Sul e o Norte-Nordeste respectivamente. O governo liberaria de imediato, sem taxação ou com uma taxação mínima, 80% desses volumes, ficando os 20% restantes disponíveis para atender a qualquer anormalidade do mercado interno, e sendo passíveis de taxação ao nível que o governo determinasse.

Encontra-se ainda em estudo pelo governo uma proposição de alterar a paridade técnica entre álcool e gasolina — dos atuais 78% para 85%, na bomba —, o que daria uma recuperação dos preços aos produtores, tendo o governo acenado, também, com a possibilidade de conceder um aumento no *mix* dos combustíveis, dependendo de ajustes com a Petrobras, sem reflexos para o consumidor.

Opinião final

Apesar de estar negociando com o governo soluções alternativas para a safra 1995/96, os usineiro paulistas, em represália contra a decisão do governo de inibir as exportações de açúcar, decidiram recorrer à Justiça, pleiteando dispensa do pagamento do imposto de exportação. A decisão de impedir embarques, muitos dos quais com guias de importação já emitidas e, portanto, isentas do referido imposto, pode acarretar problemas na definição das medidas que o governo vem analisando para equacionar o setor.

No atual contexto de dinamismo e desindexação da economia, o setor sucroalcooleiro tem a obrigação de consolidar a imagem de que o empresariado brasileiro, além de mais eficiente que o Estado, é também responsável pelo desenvolvimento econômico e social.

Este é o momento para fazê-lo. Em vez de lastimar determinados atos o setor tem que procurar dialogar com o governo para ajustar-se ao novo modelo nacional, e o melhor instrumento de ação é a Câmara Setorial do Segmento Sucroalcooleiro, recém-implantada, e que terá início durante o mês de junho.

JOAQUIM ANDRÉ VILLANOVA

[1] Metil-tercil-butil-etano, um substituto do álcool anidro.

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

20299-999 - Rio de Janeiro — RJ

VOCÊ SABE QUAL É O MEIO MAIS RÁPIDO ENTRE O CAMPO E A CIDADE?

A S S I N E

AGROANALYSIS

A menor distância entre o campo...



C O N J U N T U R A

Í N D I C E S

P A N O R A M A S

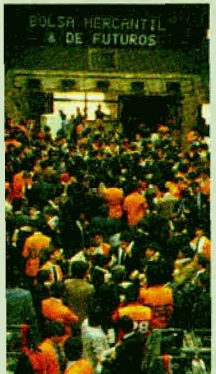
E S T A T Í S T I C A S

O P I N I Õ E S

L E G I S L A Ç Ã O

E N T R E V I S T A S

Tudo isso com o selo de garantia da melhor equipe de profissionais da Fundação Getulio Vargas



...e a cidade

Solicito

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 42,00**
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

- ❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
- ❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
- ❑ Cartão de crédito

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão ..... nº ..... validade .....

Central de Atendimento ao Assinante — Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948

de ser considerado um desperdício de energia[3], a queima leva para a atmosfera uma grande quantidade de poluentes, como o monóxido de carbono, o dióxido de carbono, o óxido de nitrogênio, o dióxido de enxofre, além de material particulado (carvão ou fuligem negra). Indiretamente, há ainda a formação de ozônio na presença de altas concentrações de CO, luz solar e óxidos de nitrogênio[4].

Os produtores de beterraba e de açúcar da União Européia deparam com uma forte e restritiva legislação na área ambiental

Apesar das especulações relativas ao efeito que esses gases possuem sobre a saúde humana, o tema é alvo de controvérsias. Comprova-se sua periculosidade em literatura (ver Stern, Arthur Cecil. *Air pollution: the effects of air pollution*. New York, Academic Press, 1977, v. 2), porém não existem evidências suficientes que permitam afirmar que as queimadas de cana liberam tais gases em concentrações nocivas, como conclui um estudo sobre manejo de queimadas no Havaí (How, Karl. *Environmental problems and solutions: cane burning*. Hawaiian Sugar Planters' Association, annual meeting, 24, Nov. 1987). No entanto, é interessante ressaltar que as queimadas no estado de São Paulo estão localizadas no interior do continente, numa área de concentração canavieira única no mundo, e que ocorrem numa estação bastante seca, caracterizando e magnificando o seu potencial poluidor.

Mesmo não considerando os efeitos sobre a saúde humana, um outro impacto fortemente negativo afeta as cidades vizinhas: é o "carvão" ou fuligem negra. Esta externalidade é sentida pelas populações dos perímetros urbanos adjacentes às áreas de cana, e é responsável pelo aumento de até 50% nas despesas com água, além de pelo tempo adicional perdido por empregadas domésticas, donas-de-casa e varredores de rua com a limpeza do "carvão".

Além dos danos ambientais, registram-se danos às linhas de transmissão elétrica. Durante o período da queima, ocorrem constantes desligamentos da linha de transmissão, sem contar a redução da vida útil das torres.

Existem soluções para os problemas ambientais

De modo geral, a solução de problemas ambientais depende de uma análise prévia que procure distinguir qual a natureza do problema em questão: se é conjuntural ou estrutural. Segundo a consultora ambiental Laura Regina Tetti, os problemas estruturais seriam determinados pelas práticas que o próprio processo econômico moderno desenvolveu e cujos resultados se transformaram num passivo ambiental de grande vulto. Este é o caso da energia nuclear, onde os resíduos do processo são sinônimos de vultosos gastos com seu armazenamento, além do próprio risco ambiental que representam. Outro caso seria a concentração da matriz energética mundial sobre um recurso não-renovável, como o petróleo: para os mais otimistas, esse recurso se mantém disponível ainda por mais 100 anos; para os mais pessimistas, o petróleo se esgotará dentro de 30 anos.

Apesar de a cana-de-açúcar apresentar uma das menores taxas médias de erosão, a extensão da área cultivada faz com que este problema assuma grande relevância.

No caso dos problemas de ordem conjuntural, a sua solução não depende diretamente da geração de uma nova tecnologia, de novos conhecimentos, mas basicamente de dinheiro. Ou seja, depende da elevação do custo marginal de produção, pela adoção de uma prática ou tecnologia já desenvolvida, amigável ao ambiente. A produção da cana-de-açúcar ajusta-se perfeitamente a esse aspecto, uma vez que todos os problemas ambientais envolvidos poderiam resumir-se à questão do custo. Precisa-se de muito pouco para fechar o ciclo de produção da cana-de-açúcar dentro de um conceito de sustentabilidade. De acordo com Laura Tetti, o que é chamado de impacto pode ser considerado desperdício, uma vez que hoje existe uma gama de alternativas para aproveitamen-

[3] Segundo Tomaz Caetano Ripoli, em sua tese de livre-docência pela Esalq/USP (*Utilização do material remanescente da colheita da cana-de-açúcar: equacionamento dos balanços energético e econômico*, 1991), calcula-se em 10t/ha a massa vegetal que é desperdiçada. Este é um número expressivo, se considerarmos os 2,2 milhões de hectares de cana no estado de São Paulo. Ou seja, são aproximadamente 22 milhões de toneladas de massa vegetal queimada, que poderiam ser aproveitados para geração de calor nas usinas de cana (em termos energéticos, equivale a 1,26 barris de petróleo) em vez do bagaço, liberando-o para utilizações mais nobres, como para a co-geração de energia elétrica.

[4] Kirchhoff, Volker W. J. H. *As queimadas da cana*. São José dos Campos, Transtec Editorial, 1991. p. 28.

to dos subprodutos do processo de produção sucro-alcooleiro.

Os níveis de erosão do solo, por exemplo, seriam passíveis de ser corrigidos por simples trabalhos de conservação do solo (terraços, plantio em nível, entre outros).

Quanto à queima, algumas soluções de manejo são utilizadas, como a observância dos horários e a construção de aceiros, entre outros. No entanto, a alternativa viável e definitiva no momento seria a colheita mecânica da cana crua, que surge como uma resposta técnica para o desperdício energético e a poluição ambiental.

Paulatinamente, a colheita mecânica da cana crua começa a ganhar maior importância nas regiões produtoras brasileiras. No entanto, o grau de mecanização ainda fica muito aquém do potencial que o estado de São Paulo, por exemplo, possui, que é de aproximadamente 40% dos 2,15 milhões de hectares cultivados (Cuba possui 80% da sua área mecanizada, enquanto São Paulo não passa dos 5%).

Em adição à vantagem ambiental, vantagens técnicas, como a manutenção da umidade do solo e o controle de plantas daninhas pela cobertura morta, além da diminuição dos gastos com cultivos, combustível e mão-de-obra, contribuem para popularidade técnica entre os canavicultores australianos. Embora as colheitadeiras venham sendo adaptadas às condições brasileiras, tanto de solo quanto de variedades, e a preços competitivos com relação aos similares importados, a decisão de mecanizar a colheita não está somente na aquisição da máquina. É necessária uma infra-estrutura própria para adaptar as usinas e destilarias à mecanização, como a área de recepção da cana, a substituição de carrocerias nos caminhões, além de uma boa oficina mecânica, equipada e com mão-de-obra especializada.

Quem paga?

Embora as externalidades negativas apontadas representem sérios e expressivos impactos ao ambiente, a sua solução depende apenas da adoção de alternativas viáveis, mas que acabam representando aumentos nos custos de produção da cana-de-açúcar e de seus derivados. Inevitavelmente, surge a pergunta: quem paga a conta? De um lado, a sociedade. De outro, o setor sucroalcooleiro.

É inegável o direito que a sociedade tem a um meio ambiente limpo e livre de resíduos. No entanto, o papel que o setor desempenha em termos sociais, econômicos e também ambientais é indiscutível.

Além da fixação do homem na zona rural, contribuindo sem dúvida para a redução dos movimentos migratórios em direção às grandes cidades, o consumo do próprio etanol possui um forte apelo ambiental. Segundo estimativas, 19% do consumo mundial de energia são utilizados para a movimentação de uma frota de 550 mil veículos. Estima-se que, daqui a 20 anos, este valor dobre e passe a representar um adicional de 65% nas emissões de CO_2.

Uma avaliação qualitativa, socioambiental e econômica da produção de cana, açúcar e álcool parece apontar para um balanço extremamente positivo. A resposta à pergunta formulada, portanto, indica que há necessidade da internalização dos custos ambientais por parte do segmento sucroalcooleiro, e dos benefícios ambientais pela sociedade que consome os produtos derivados deste segmento. Esta solução, via mercado, certamente seria a mais eficiente, em vez da simples criação e aplicação de legislações ambientais.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

SOJA

Indefinições do plantio norte-americano

A movimentação comercial da safra brasileira prossegue lentamente, pois há uma conjugação dos problemas da economia do país com o grande tamanho da safra e com as características de um mercado "climático" no exterior.

O esperado relatório do USDA, de 31 de março passado, divulgou um número que poderia ter promovido alguma agitação no mercado de soja. Segundo ele, a safra dos EUA cairia, este ano, do fabuloso patamar de 69,5 milhões de toneladas, de 1994/95, para 59,9 milhões de toneladas. Trata-se de um respeitável desfalque de quase 10 milhões de toneladas. Ponderou-se, contudo, no mercado, que

Mais um recorde na produção brasileira

Brasil — produção de soja — 1993/94 e 1994/95

UF	Área colhida (ha)		Produção (t)	
	1993/94	1994/95	1993/94	1994/95
Rio Grande do Sul	3.185.058	3.012.045	5.442.728	5.740.137
Mato Grosso	2.022.956	2.280.360	5.319.793	5.685.479
Paraná	2.154.077	2.105.000	5.332.893	5.262.500
Mato Grosso do Sul	1.101.691	1.037.829	2.392.506	2.283.224
Goiás	1.110.543	1.125.014	2.309.979	2.250.028
Minas Gerais	591.491	601.315	1.268.915	1.199.666
Bahia	434.036	470.575	873.384	1.072.911
São Paulo	553.900	539.900	1.230.900	1.039.847
Santa Catarina	217.266	211.000	433.345	430.000
Maranhão	62.896	87.030	140.637	194.859
Distrito Federal	49.401	43.821	106.706	92.462
Tocantins	31.110	18.540	59.559	36.345
Brasil	11.514.425	11.532.277	24.911.345	25.287.458

Fonte: IBGE.

A estimativa do preço médio aumentou

EUA — produção de soja — 1993/94 a 1995/96

	1993/94	1994/95	1995-96[1]	
			Maio	Junho
Área plantada [2]	60,1	61,9	61,5	62,8
Área colhida	57,4	61,1	60,3	61,5
Rendimento físico [3]	32,6	41,9	36,5	36
Produção [4]	1.871	2.558	2.200	2.210
Estoque inicial	292	209	425	410
Importação	6	8	5	5
Esmagamento	1.276	1.385	1.375	1.375
Exportação	589	810	760	775
Sementes	68	70	66	66
Residual	28	100	50	54
Consumo total	209	410	380	355
Preço médio (US$/bu)	6,4	5,45	5,10-6,10	5,25-6,25

Fonte: Departamento de Agricultura dos EUA.

[1] Projeções.

[2] Em milhões de acres.

[3] Em bushels/acre.

[4] A partir dos dados sobre produção, todos os demais são em milhões de bushels (1 bushel = 27,22kg).

se tratava tão-somente de um "ensaio" de avaliação das intenções de plantio naquele país, tendo sido empregada, no que se refere à produtividade física das lavouras, a média registrada entre 1974 e 1994. É claro que também pesou sobre a pequena repercussão do relatório a certeza de que a América do Sul colheria uma grande safra.

No Brasil, a alta externa foi filtrada pela oferta elevada e pelos impasses da comercialização, numa conjuntura de juros elevados, moeda sobrevalorizada e difícil negociação das dívidas junto aos bancos.

Embora o USDA ainda não tivesse estimado a situação mundial do complexo da soja, a recente caracterização desse mercado como mercado "climático" (influenciado por notícias concernentes ao comportamento do clima), devido às chuvas no Meio-Oeste norte-americano faz com que estejam repercutindo mais intensamente os números relativos aos EUA.

Em 11 de maio, por exemplo, foi dada a público a primeira estimativa do balanço de oferta e demanda, que apontava para um menor consumo norte-americano e, também, para menores estoques do grão em 1995/96, denotando que a demanda das indústrias esmagadoras permanecerá forte.

O grande atraso no plantio da região do Mississippi, motivado por inundações nos estados de Missouri, Iowa e Illinois, tem provocado especulações ainda sem fundamento, pois não se pode afirmar o quanto a soja será afetada. O cultivo da leguminosa pode ser feito sem dificuldades até o fim de junho. Aliás, o milho foi afetado primeiro e, até maio, achava-se que haveria desistência do plantio do cereal, com opção para a soja, o que contribuía para pressionar negativamente suas cotações. Em meados de junho, porém, a situação tinha mudado, passando-se a acreditar que talvez não houvesse sequer tempo para semear a oleaginosa. Este raciocínio passou a influir, então, na recuperação dos preços da soja.

No Brasil, a alta externa foi filtrada pela oferta elevada e pelos impasses da comercialização, numa conjuntura de juros elevados, moeda sobrevalorizada e difícil negociação das dívidas dos produtores rurais junto aos bancos. Com isto, os preços vieram caindo desde março. Apenas no final de maio, a elevação das cotações em Chicago veio auxiliar os preços internos.

No seu mais novo relatório, de 12 de junho, o Departamento de Agricultura aumentou ligeiramente (em 300 mil toneladas) sua estimativa da produção norte-americana de oleaginosas, que ficou em 71,6 milhões de toneladas. A produção de soja figura agora com o cálculo de 60,2 milhões de toneladas, pois a reavaliação foi feita exatamente no seu caso. O rendimento físico médio dos plantios mais recentes, contudo, deverá ser um pouco menor.

As exportações norte-americanas do grão e do farelo têm agora perspectivas melhores, para 1994/95 e 1995/96, pois o balanço de oferta e demanda de forrageiras ficou mais apertado. Isto tenderá a beneficiar mais o preço dos cereais em relação ao das oleaginosas, o que estimulará o uso de forragens não constituídas por cereais, particularmente na União Européia — fato que incentivará os países sul-americanos a plantarem menos oleaginosas na primavera de 1995.

Os estoques norte-americanos do grão e do farelo foram reduzidos, nas estimativas de 1994/95 e 1995/96. Estes últimos foram diminuídos em 25 milhões de *bushels*, ficando em 355 milhões de *bushels* (cada *bushel* é igual a 27,22kg). Os preços médios da soja nesta safra foram aumentados em US$0,15, ficando entre US$5,25/bu e US$6,25/bu. Em 1994/95, o preço médio foi de US$5,45/bu. No que se refere ao farelo, a estimativa agora coloca seu preço médio entre US$160/US$185 por tonelada curta. Os preços do óleo não tiveram alteração.

O grande atraso no plantio da região do Mississippi, motivado por inundações, tem provocado especulações ainda sem fundamento, pois não se pode afirmar o quanto a soja será afetada.

Esta situação ajuda a manter a morosidade das operações de comercialização no mercado interno. A paralisação decidida pelos associados da Fecotrigo, em 8 de maio, também contribuiu para isso, embora a lentidão daí decorrente (verificada igualmente no Paraná) não tenha prejudicado o movimento das indústrias, que estavam estocadas. Até o início de junho, fontes do mercado acreditavam que os sojicultores ainda não tinham vendido cerca de metade da safra. Aliás, este período tem-se caracterizado por problemas diversos, já expressos, há meses, na escassa realização de vendas antecipadas.

A falta de liquidez reinante no campo também afetou o plantio das lavouras de inverno e deixa poucas opções para os agricultores, podendo vir a ratificar a previsão do USDA, de menor plantio em 1995/96. Supondo a manutenção da política de juros altos do governo federal, permanecem como alternativas a possível contratação adiantada do câmbio (ACC) e a tentativa de obter financiamento externo. As escolhas associadas ao mercado financeiro interno, porém, continuam perigosas.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA



SEMANA AVÍCOLA '95

16 A 21 DE SETEMBRO DE 1995 - CURITIBA - PARANÁ

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO

UBA — União Brasileira de Avicultura
APINCO — Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte
FACTA — Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas
ABEF — Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos
ANAB — Associação Nacional dos Abatedouros Avícolas
APA — Associação Paulista de Avicultura

ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA FEIRA

EPI — Eventos, Feiras e Congressos
Av. Iguaçu, 1848 — CEP: 80250-190 — Curitiba - PR
Fone: (041) 342-3738 — Fax: (041) 244-0607

SECRETARIA DOS EVENTOS

FACTA — Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas
Av. Andrade Neves, 2501 — Castelo - Campinas/SP - Cep: 13070-002
Fone/Fax: (0192) 43-8542 - Fones: (0192) 43-6761 e 41-4794

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1995

Resultados de maio de 1995

Discriminação	Variação %	Ponderação	Influência em pontos de percentagem	
			Iabag	IGP-DI
Total do mês	-4,86	100,00	-4,86	-1,71
Itens do IPA-DI	-7,08	67,36	-4,77	-1,67
Alimentação	-11,15	38,63	-4,31	-1,51
Matérias-primas brutas	-1,61	28,74	-0,46	-0,16
Algodão arbóreo	-3,20	0,14	0,00	0,00
Algodão herbáceo	0,76	1,25	0,01	0,00
Amendoim	-2,17	0,10	0,00	0,00
Arroz em casca	-7,91	2,04	-0,16	-0,06
Aves	2,30	1,74	0,04	0,01
Babaçu	-4,10	0,06	0,00	0,00
Borracha hévea	0,00	0,12	0,00	0,00
Bovinos	-5,13	6,07	-0,31	-0,11
Cacau	-0,40	0,69	0,00	0,00
Café em coco	0,82	3,46	0,03	0,01
Cana-de-açúcar	-0,20	4,56	-0,01	0,00
Cevada	4,31	0,07	0,00	0,00
Erva-mate (bruta)	-1,80	0,04	0,00	0,00
Fumo em folha	0,13	0,44	0,00	0,00
Juta	-1,79	0,04	0,00	0,00
Leite *in natura*	1,33	3,54	0,05	0,02
Malva	2,06	0,05	0,00	0,00
Soja	-4,00	1,33	-0,05	-0,02
Suínos	-5,94	1,08	-0,06	-0,02
Trigo	1,06	1,91	0,02	0,01
Itens do IPC-BR	-0,29	32,64	-0,09	-0,03
Alimentação	-0,44	30,17	-0,13	-0,05
Gêneros alimentícios	-1,11	26,25	-0,29	-0,10
Adoçantes	-1,78	0,49	-0,01	0,00
Arroz e feijão	-2,31	0,97	-0,02	-0,01
Aves e ovos	-3,78	1,16	-0,04	-0,02
Bebidas não-alcoólicas	2,26	1,41	0,03	0,01
Carne bovina	-1,73	2,21	-0,04	-0,01
Carne suína	-3,95	0,14	-0,01	0,00
Carnes e peixes industrializados	-0,05	1,35	0,00	0,00
Condimentos	1,11	0,76	0,01	0,00
Doces e chocolates	2,14	0,54	0,01	0,00
Frutas	-3,87	3,39	-0,13	-0,05
Hortaliças	-3,86	5,08	-0,20	-0,07
Laticínios	1,91	3,33	0,06	0,02
Massas e farinhas	2,79	0,73	0,02	0,01
Óleos e gorduras	-0,82	0,74	-0,01	0,00
Outros gêneros alimentícios	2,08	0,20	0,00	0,00
Panificados	3,01	2,32	0,07	0,02
Pescado	-6,09	0,97	-0,06	-0,02
Enlatados e conservas	2,17	0,47	0,01	0,00
Alimentação fora	4,02	3,92	0,16	0,06
Bebidas alcoólicas e fumo	1,63	2,47	0,04	0,01

Deflação no agribusiness

Iabag — maio de 1995

O reflexo dos preços do segmento do agribusiness sobre os índices da inflação brasileira são facilmente notados pela evolução do índice FGV/Abag. Em maio, o Iabag registrou uma forte deflação de 4,86%, bem superior à de 0,59% ocorrida em dezembro último, e acumula desde o início do ano uma queda de 0,62%.

Os produtos agropecuários vêm apresentando desde o início do ano uma forte tendência de queda. Até março, no atacado, esta queda esteve concentrada nos produtos de origem animal: bovinos (-30,87%), aves (-26,57%) e suínos (-16,42%). Desde abril, as maiores contribuições negativas vêm do arroz (-13,07%) e da soja (-9,36%), e continuam com alguns produtos de origem animal, como suínos (-7,62%) e bovinos (-8,12%).

Boa parte desta redução ocorreu nos produtos pertencentes ao IPA-DI (-7,08%), enquanto os componentes do IPC contribuíram com uma queda de apenas 0,09 ponto percentual (deflação de 0,29%). A maior contribuição, -4.31 pontos percentuais, veio do grupo alimentação do IPA (IPA-ALI), que registrou queda de 11,15%. No âmbito do IPC, alimentação, com menos 0,44%, foi responsável por -0,13 ponto.

Os itens de maior influência sobre o Iabag de maio, conforme pode ser observado na tabela, foram bovinos (-5,13%), arroz em casca (-7,91%) e suínos (-5,94%), enquanto, em sentido contrário, leite *in natura* aumentou 1,33% e aves 2,30%, todos componentes de matérias-primas brutas do IPA. Pelo lado do IPC, cabe mencionar hortaliças (-3,86%), frutas (-3,87%) e alimentacão fora (4,02%).

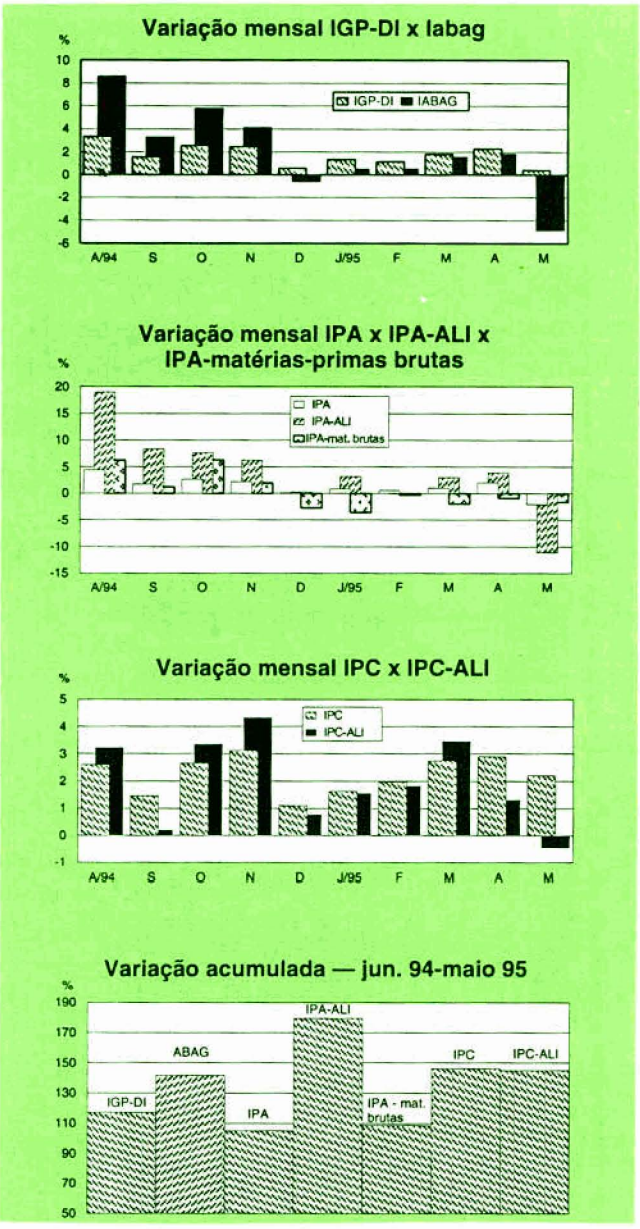
Iabag x IGP-DI

Nos últimos 12 meses, a variação acumulada do Iabag supera a do IGP-DI — 141,96% contra 117,37%. Essa diferença formou-se basicamente no período de julho a novembro do ano passado, auge dos problemas climáticos, em conjunto com a entressafra e a elevação do consumo. Nos cinco primeiros meses de 1995, o índice apresenta uma ligeira deflação de 0,62%, enquanto o IGP-DI aumentou 7,22%. A contribuição dos produtos do segmento do agribusiness é sem dúvida significativa e serviu como ponto de equilíbrio para manter a média dos índices inflacionários nestes últimos cinco meses próxima a 1,5%.

Resultados negativos desta magnitude, no entanto, dificilmente se repetirão. Por outro lado, a não ser que graves problemas climáticos surjam no decorrer da próxima entressafra, em princípio não haverá motivos para que os preços do setor se elevem de forma tão intensa como o fizeram no segundo semestre do ano passado. O atual nível de abertura da economia e os sinais de desaquecimento da atividade econômica devem contribuir significativamente para a atenuação da subida desses preços ao longo da entressafra.

Iabag — Estrutura

O Iabag faz parte de um convênio firmado entre a FGV e a Abag, cujo objetivo é acompanhar a evolução dos índices de preços na cadeia do agribusiness. O índice é



constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado-disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI que se classificam em alimentação e matérias-primas brutas, e os produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do Iabag, assim como sua influência no índice, que resulta da conjugação do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
RUBENS ABDELHAY

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
Abacaxi	736	33	794	36	826	37	835	40	974	44
Algodão em caroço	1.813	1.904	2.080	1.831	1.885	1.878	1.135	1.060	1.367	1.181
arbóreo	38	512	39	345	22	284	8	137	17	121
herbáceo	1.783	1.392	2.041	1.486	1.863	1.594	1.127	923	1.350	1.060
Alho	71	17	85	19	79	17	87	17	85	18
Amendoim em casca	138	84	141	89	172	101	152	86	159	91
Arroz em casca	7.421	3.947	9.488	4.122	10.006	4.687	10.108	4.411	10.499	4.415
Aveia em grão	178	193	230	265	297	284	263	268	257	276
Banana	551	488	554	491	562	516	558	520	575	517
Batata-inglesa	2.234	158	2.267	162	2.432	173	2.368	162	2.480	171
1ª safra	–	–	–	–	1.406	–	1.285	–	1.330	–
2ª safra	–	–	–	–	699	–	724	–	767	–
3ª safra	–	–	–	–	317	–	350	–	330	–
Cacau	356	665	321	668	329	731	341	734	331	699
Café em coco	2.930	2.909	3.041	2.763	2.589	2.500	2.558	2.559	2.617	2.101
Cana-de-açúcar	262.674	4.273	260.888	4.211	271.475	4.211	244.344	3.864	291.950	4.349
Castanha de caju	108	583	186	645	108	695	77	726	126	628
Cebola	869	75	888	77	896	76	929	72	1.019	81
Centeio em grão	5	4	6	5	7	7	5	6	4	4
Cevada em grão	157	105	112	97	125	67	110	67	92	54
Coco-da-baía	734	214	851	231	891	240	837	232	902	232
Feijão em grão	2.234	4.680	2.745	5.434	2.797	5.149	2.478	3.884	3.371	5.469
1ª safra	–	–	–	–	1.553	–	1.343	–	1.636	–
2ª safra	–	–	–	–	1.019	–	808	–	1.380	–
3ª safra	–	–	–	–	228	–	281	–	267	–
Fumo em folha	445	274	414	287	576	345	658	373	544	339
Guaraná	2	11	2	7	2	7	2	8	2	7
Juta (fibra)	4	3	3	3	3	3	4	3	2	2
Laranja	87.603	913	94.682	983	98.411	989	93.986	801	87.111	896
Maçã	2.718	22	2.635	26	2.999	24	3.494	26	3.667	27
Malva (fibra)	19	21	12	14	19	16	17	11	16	10
Mamona	148	290	130	234	102	175	43	141	53	106
Mandioca	24.322	1.938	24.538	1.945	21.919	1.826	21.837	1.811	24.469	1.850
Milho em grão	21.348	11.394	23.624	13.064	30.506	13.364	30.051	11.871	32.487	13.748
1ª safra	–	–	–	–	29.096	–	27.799	–	30.003	–
2ª safra	–	–	–	–	1.460	–	2.266	–	2.339	–
Pimenta-do-reino	78	34	84	37	33	29	42	24	35	21
Rami (fibra)	10	7	8	6	7	5	7	5	4	3
Sisal (sisal)	185	249	234	300	204	264	126	179	131	165
Soja em grão	19.898	11.487	14.938	9.617	19.215	9.441	22.575	10.635	24.911	11.514
Sorgo em grão	236	138	258	174	282	164	282	140	288	150
Tomate	2.261	61	2.344	61	2.141	52	2.348	54	2.678	62
Trigo em grão	3.094	2.681	2.917	2.049	2.796	1.956	2.156	1.463	2.108	1.348
Uva	805	59	648	59	800	60	787	60	807	60
Total	–	49.079	–	47.805	–	47.985	–	44.394	–	49.125

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
* Dados revistos em maio de 1995.

Trigo: sinais confusos

Este mês aparecem as primeiras estatísticas mais consistentes relativas à safra de inverno. A área plantada do trigo sofre decréscimo de 4,6%. A se registrar um rendimento médio de 1.800t/ha, a produção poderia aumentar 6%. Estes dados se referem a 54% da área tritícola nacional mas ainda não incluem informações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Os números parecem excessivamente otimistas. O rendimento médio previsto é elevado em relação ao das últimas safras; quando se compara a área plantada neste ano com a área plantada no ano passado verifica-se uma redução de 18% na área destinada ao cereal.

Quanto ao restante da produção agrícola, os números são animadores e confirmam o que vinha sendo dito. Tomando-se o conjunto de cereais, leguminosas e oleaginosas — os chamados grãos —, este ano a safra deverá alcançar 80 milhões de toneladas, sendo 7% superior ao recorde histórico de 1994. Lamentavelmente, sem benefícios para o produtor rural, cuja renda vem mostrando sinais de declínio preocupante. Às vésperas do início de um novo ano agrícola, é conveniente atentar para este fato.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	Área			Produção		
	Informantes	1994	1995	Informantes	1994	1995
Abacaxi	100,00	43,57	44,88	100,00	973,58	991,68
Algodão em caroço		1.179,53	1.258,43		1.365,98	1.544,27
arbóreo	100,00	121,10	104,08	100,00	16,90	20,04
herbáceo	99,83	1.058,44	1.154,35	99,91	1.349,09	1.524,23
Alho	47,52	8,38	6,22	49,32	41,50	28,84
Amendoim em casca		91,07	91,05		158,86	145,83
1ª safra	100,00	66,98	69,99	100,00	124,31	115,14
2ª safra	100,00	24,09	21,05	100,00	34,54	30,69
Arroz em casca	99,94	4.412,55	4.347,84	99,97	10.496,17	11.315,09
Aveia em grão	20,03	55,25	35,60	26,24	67,52	60,52
Banana	97,75	505,65	501,36	97,53	559,18	565,55
Batata-inglesa		164,67	166,50		2.335,42	2.451,53
1ª safra	100,00	97,91	99,48	100,00	1.357,46	1.436,35
2ª safra	100,00	58,82	59,08	100,00	805,46	842,69
3ª safra	54,51	7,94	7,94	54,38	172,50	172,50
Cacau	99,69	697,15	692,13	99,83	330,85	330,64
Café em coco	91,22	1.916,35	1.872,32	93,73	2.453,42	2.102,88
Cana-de-açúcar	99,93	4.346,08	4.512,64	99,96	291.854,56	300.545,62
Castanha de caju	100,00	627,56	643,94	100,00	126,25	177,07
Cebola	100,00	81,48	72,84	100,00	1.018,84	897,13
Centeio	20,59	0,87	0,59	22,07	0,92	0,94
Cevada	26,50	14,21	15,23	30,87	27,98	39,60
Coco-da-baía	100,00	232,37	235,50	100,00	902,13	918,75
Feijão em grão		5.211,45	4.844,47		3.158,39	2.908,28
1ª safra	100,00	2.922,27	2.625,87	100,00	1.676,89	1.425,78
2ª safra	92,58	2.147,24	2.097,67	93,75	1.306,96	1.346,49
3ª safra	62,43	141,94	120,93	58,69	174,54	136,01
Fumo em folha	100,00	319,10	308,31	100,00	518,98	495,50
Guaraná	8,93	0,64	0,65	11,79	0,24	0,26
Juta (fibra)	8,49	0,15	0,10	8,38	0,19	0,13
Laranja	99,94	886,42	901,61	99,10	86.314,74	92.565,00
Maçã	100,00	27,06	27,31	100,00	3.498,55	3.453,56
Malva (fibra)	25,97	2,60	1,68	12,78	2,07	1,26
Mamona	100,00	105,89	81,86	100,00	53,50	51,46
Mandioca	97,99	1.812,68	1.929,46	98,10	23.999,38	25.578,62
Milho em grão		13.743,77	13.988,96		32.481,32	35.910,02
1ª safra	99,97	12.321,37	12.378,76	99,98	30.164,49	32.836,19
2ª safra	100,00	1.422,40	1.610,20	100,00	2.316,83	3.073,83
Pimenta-do-reino	96,32	20,05	18,83	93,47	32,84	32,04
Sisal (sisal)	100,00	164,79	163,55	100,00	131,42	130,89
Soja em grão	100,00	11.514,43	11.545,40	100,00	24.912,35	25.842,95
Sorgo em grão	99,92	150,22	143,95	99,83	287,65	268,52
Tomate	99,85	61,46	59,10	99,96	2.676,99	2.523,46
Trigo em grão	54,02	728,27	694,43	57,19	1.196,75	1.271,86
Uva	100,0	60,10	58,70	100,00	806,61	794,87
		49.185,82	49.265,45			

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
As colunas "informantes" registram a participação das unidades da Federação que informam a área e a produção de cada produto em relação ao respectivo total do Brasil. Última previsão (maio de 1995).

Mundo — milho

A brutal diminuição esperada no estoque final de 1995/96 advém dos problemas climáticos havidos na região do *corn-belt* norte-americano (responsável por 40% da produção mundial), que prejudicaram a semeadura e o rendimento físico da cultura.

Anos-safra 1992/93 a 1995/96 (em milhões de t)

Item	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo interno	Exportação	Estoque final
1992/93	81,7	533,0	64,6	507,5	69,9	107,2
1993/94	107,2	471,0	63,3	507,2	66,4	71,0
1994/95[1]	71,0	553,6	69,6	537,5	67,7	87,1
1995/96[2]	87,1	510,4	64,3	537,2	66,8	60,2

Fonte: USDA (junho de 1995) — números arredondados.
[1] Estimativa.
[2] Projeção.

Mundo — arroz

Um novo recorde é esperado na produção mundial em 1995/96, o que, no entanto, não será suficiente para recuperar o nível do estoque final, em queda pela terceira temporada consecutiva.

Anos-safra 1992/93 a 1995/96 (em milhões de t)

Item	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo interno	Exportação	Estoque final
1992/93	56,6	352,9	13,6	355,4	15,6	54,3
1993/94	54,3	353,2	16,2	357,7	16,3	49,7
1994/95[1]	49,7	359,0	16,2	360,3	17,0	48,4
1995/96[2]	48,4	359,3	15,8	360,0	16,3	47,6

Fonte: USDA (junho de 1995) — números arredondados.
[1] Estimativa.
[2] Projeção.

Mundo — trigo

O crescimento de quase 5% projetado para a produção em 1995/96 é primordialmente conseqüência dos notáveis aumentos esperados nas colheitas australiana (+80%) e da antiga URSS (+20%) frente ao obtido em 1994/95.

Anos-safra 1992/93 a 1995/96 (em milhões de t)

Item	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo interno	Exportação	Estoque final
1992/93	132,8	561,9	122,5	549,5	124,1	145,0
1993/94	145,0	559,1	112,6	563,4	117,9	140,7
1994/95[1]	140,7	522,3	111,3	548,0	110,4	115,0
1995/96[2]	115,0	547,8	111,3	550,1	113,7	112,7

Fonte: USDA (junho de 1995) — números arredondados.
[1] Estimativa.
[2] Projeção.

Mundo — grãos forrageiros

A forte queda projetada no nível do estoque final da temporada 1995/96 deriva fundamentalmente da menor produção esperada, que foi severamente afetada pela revisão baixista da colheita norte-americana.

Anos-safra 1992/93 a 1995/96 (em milhões de t)

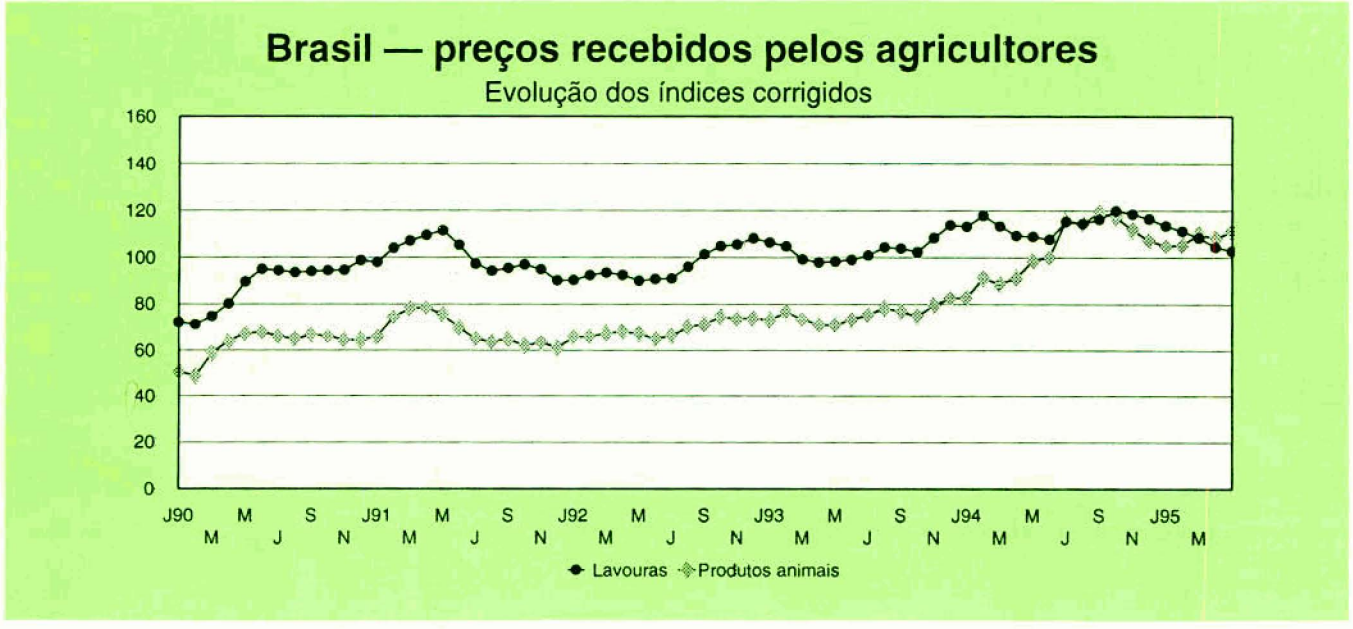
Item	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo interno	Exportação	Estoque final
1992/93	134,6	862,8	99,1	834,6	106,2	162,8
1993/94	162,8	790,1	94,7	831,9	99,1	121,0
1994/95[1]	121,0	863,7	99,7	855,2	98,4	129,5
1995/96[2]	130,2	836,0	98,9	864,7	102,5	101,6

Fonte: USDA (junho de 1995) — números arredondados.
[1] Estimativa.
[2] Projeção.

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais
(base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
1992	0,11	0,14	0,08	0,12	0,11
1993	2,60	3,21	1,90	2,83	2,67
1994	70,49	73,19	66,86	70,14	70,35
Abr. 93	0,73	0,91	0,53	0,87	0,77
Maio	0,97	1,21	0,70	1,13	1,02
Jun.	1,28	1,57	0,94	1,47	1,34
Jul.	1,72	2,10	1,28	2,03	1,81
Ago.	2,37	2,89	1,78	2,85	2,52
Set.	3,23	3,97	2,39	3,81	3,41
Out.	4,31	5,33	3,14	4,80	4,46
Nov.	6,24	7,70	4,58	6,47	6,31
Dez.	8,94	11,11	6,47	8,93	8,91
Jan. 94	12,64	15,63	9,23	12,22	12,47
Fev.	18,74	22,30	14,48	16,43	17,88
Mar.	26,10	30,88	20,38	23,58	25,17
Abr.	35,85	40,53	29,94	33,02	34,81
Maio	50,35	53,87	45,59	46,38	48,89
Jun.	72,98	76,82	67,74	73,15	73,04
Jul.	97,45	97,11	97,99	96,12	96,98
Ago.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Set.	103,09	101,39	105,74	101,00	102,36
Out.	109,07	110,51	106,61	108,41	108,85
Nov.	110,43	114,42	104,11	115,87	112,34
Dez.	109,18	114,84	100,50	115,51	111,39
Jan. 95	107,85	113,18	99,64	112,68	109,56
Fev.	106,90	110,41	101,21	107,54	107,19
Mar.	106,08	104,65	107,55	103,85	105,38
Abr.	104,52	101,61	108,37	102,42	103,87
Maio	103,29	97,68	111,64	100,99	102,56

Enquanto o preço dos produtos animais registra recuperação, as cotações das lavouras mantêm sua trajetória declinante. O fato causa preocupação, na medida em que se aproxima a época em que os agricultores começam a planejar o plantio de uma nova safra.



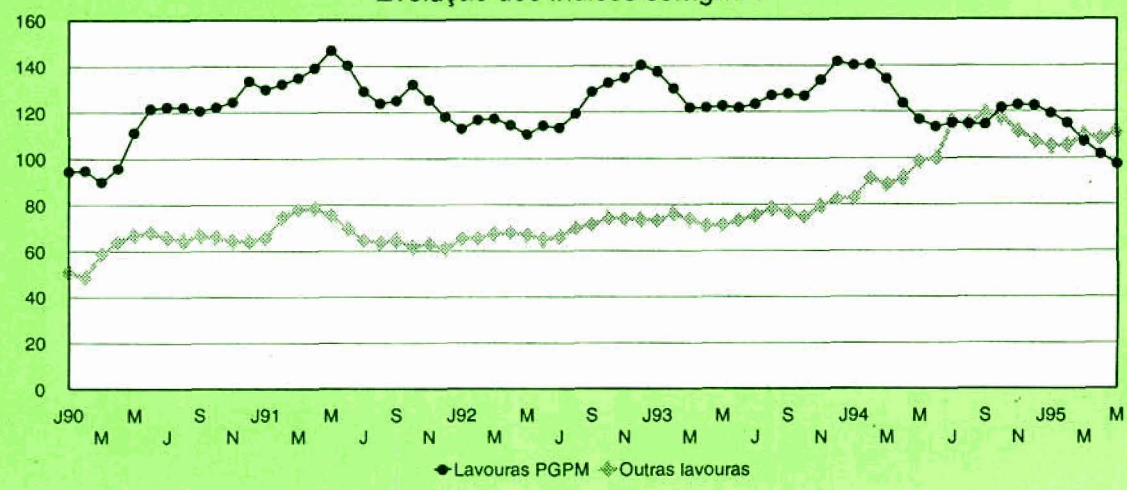
Brasil — índice de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02
1992	0,18	0,21	0,20	0,22	0,19	0,18	0,20
1993	3,58	3,77	3,92	4,16	4,01	3,70	3,83
1994	74,82	74,00	74,06	74,83	73,83	82,61	75,85
Abr. 93	1,07	1,20	1,26	1,33	1,16	1,16	1,19
Maio	1,36	1,50	1,62	1,62	1,48	1,74	1,55
Jun.	1,86	1,91	2,14	2,19	2,06	2,03	2,01
Jul.	2,52	2,58	2,79	2,74	2,80	2,64	2,66
Ago.	3,41	3,49	3,67	3,91	3,79	3,35	3,57
Set.	4,62	4,76	4,97	5,25	5,11	4,95	4,91
Out.	6,15	6,45	6,65	7,16	6,94	6,40	6,58
Nov.	8,36	8,90	9,22	9,82	9,50	8,62	9,01
Dez.	11,53	11,98	12,27	13,12	13,05	11,18	12,10
Jan. 94	16,42	16,71	16,68	18,30	17,73	17,37	17,15
Fev.	24,39	24,39	24,56	25,33	24,63	24,71	24,63
Mar.	35,35	33,31	34,26	34,00	33,07	33,51	33,83
Abr.	49,18	45,98	48,03	48,16	47,57	46,99	47,43
Maio	67,45	66,39	68,04	63,33	64,88	64,85	65,81
Jun.	93,93	96,20	97,45	89,32	98,18	90,33	94,29
Jul.	97,50	98,63	99,95	96,46	99,93	95,07	97,84
Ago.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Set.	99,64	100,00	99,18	102,26	100,00	111,17	102,31
Out.	102,53	100,78	99,95	105,58	100,00	122,93	105,70
Nov.	104,79	103,06	100,30	108,17	100,00	134,78	109,20
Dez.	106,71	102,54	100,30	106,99	100,00	149,65	111,99
Jan. 95	106,31	103,89	100,81	108,95	100,00	112,03	115,41
Fev.	105,95	104,45	102,15	110,67	100,00	169,46	116,80
Mar.	106,47	106,42	102,64	114,14	100,00	181,42	120,15
Abr.	106,14	108,58	104,11	115,12	100,00	186,27	121,85
Maio	105,84	108,30	104,06	118,55	100,00	199,20	124,70

As lavouras amparadas pela política de preços mínimos continuam registrando cotações em queda, refletindo o aumento da safra e as dificuldades para a obtenção de financiamentos para comercialização.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores

Evolução dos índices corrigidos

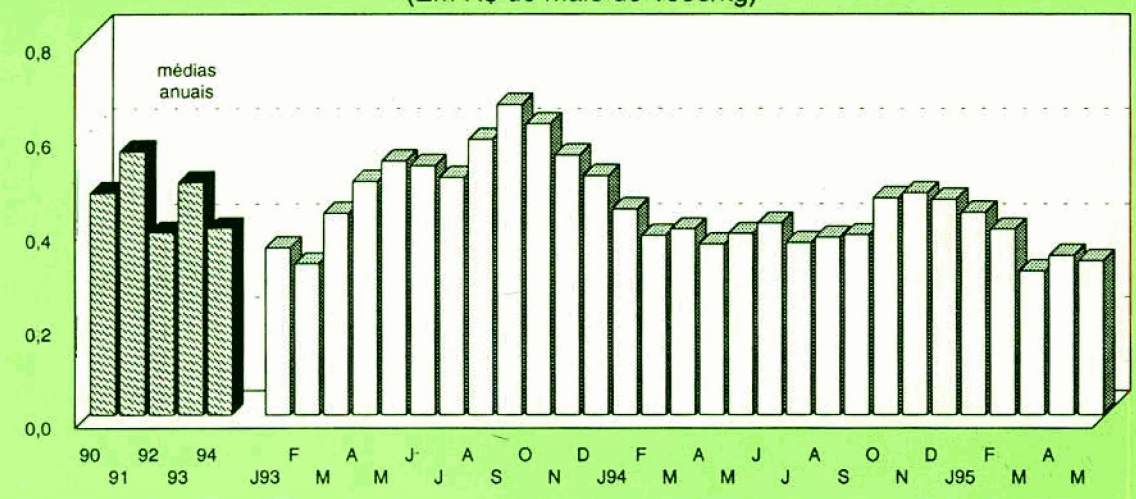


Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de maio de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,55	0,47	0,28	0,37	0,43	18,36	0,73	15,95
1991	0,57	0,56	0,36	0,38	0,46	20,80	0,69	17,05
1992	0,50	0,39	0,27	0,28	0,30	20,60	0,60	17,70
1993	0,56	0,50	0,26	0,29	0,33	18,20	0,76	15,81
1994	0,52	0,40	0,23	0,33	0,46	17,44	1,19	14,83
Mar. 93	0,69	0,43	0,26	0,28	0,28	16,56	0,77	16,00
Abr.	0,61	0,50	0,24	0,29	0,29	17,45	0,65	16,08
Maio	0,57	0,54	0,24	0,29	0,48	16,59	0,65	15,41
Jun.	0,56	0,53	0,24	0,31	0,60	15,50	0,67	16,07
Jul.	0,55	0,51	0,24	0,35	0,46	18,24	0,74	16,24
Ago.	0,54	0,59	0,27	0,37	0,36	17,32	0,85	16,71
Set.	0,54	0,66	0,28	0,34	0,23	21,01	0,85	16,08
Out.	0,51	0,62	0,28	0,30	0,18	20,04	0,80	16,55
Nov.	0,52	0,55	0,29	0,26	0,24	22,12	0,82	17,04
Dez.	0,52	0,51	0,32	0,26	0,28	24,18	0,84	17,00
Jan. 94	0,53	0,44	0,33	0,28	0,33	20,43	0,81	16,81
Fev.	0,59	0,38	0,28	0,29	0,50	20,24	0,90	18,22
Mar.	0,61	0,40	0,25	0,33	0,50	20,38	0,89	17,03
Abr.	0,62	0,37	0,23	0,32	0,64	19,30	0,95	17,47
Maio	0,64	0,39	0,23	0,34	0,55	21,71	1,23	17,29
Jun.	0,61	0,41	0,24	0,35	0,40	22,82	1,38	17,21
Jul.	0,49	0,37	0,20	0,31	0,37	17,46	1,64	13,81
Ago.	0,46	0,38	0,21	0,36	0,39	16,70	1,50	13,37
Set.	0,45	0,39	0,22	0,36	0,56	15,12	1,53	13,22
Out.	0,45	0,46	0,22	0,38	0,53	13,69	1,44	13,09
Nov.	0,45	0,47	0,22	0,39	0,49	13,72	1,28	12,62
Dez.	0,45	0,46	0,23	0,40	0,42	13,45	1,13	12,68
Jan. 95	0,45	0,43	0,22	0,42	0,42	14,27	1,06	12,32
Fev.	0,45	0,40	0,21	0,41	0,40	14,75	1,09	12,24
Mar.	0,45	0,31	0,18	0,44	0,37	16,74	1,17	12,02
Abr.	0,45	0,34	0,17	0,50	0,33	16,59	1,13	11,65
Maio	0,42	0,33	0,16	0,51	0,43	17,19	1,15	11,94

A produção de amendoim em 1995 é praticamente igual à do ano anterior. Ainda assim os preços registram declínio, acompanhando o desempenho de outras oleaginosas.

Brasil — preços recebidos — amendoim
(Em R$ de maio de 1995/kg)



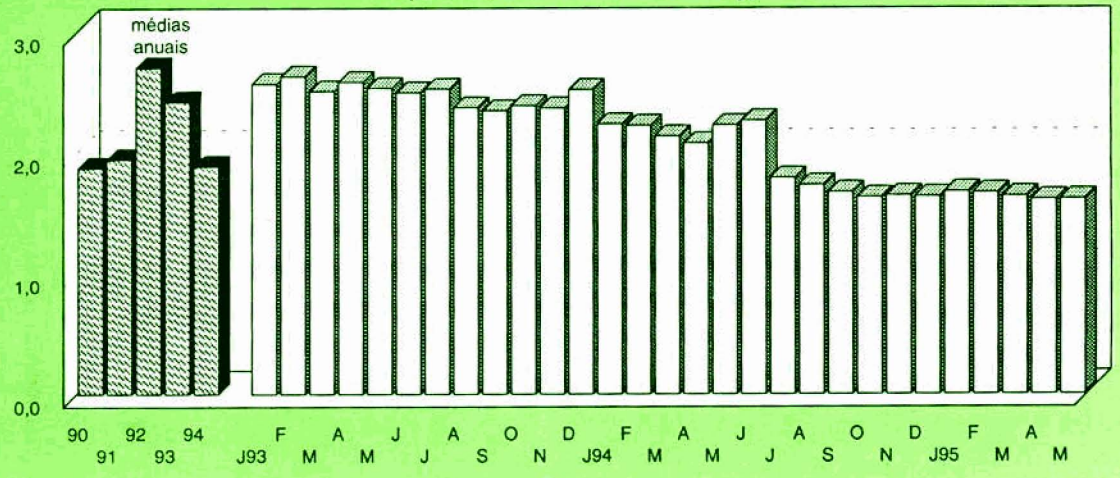
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de maio de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,85	1,88	3,91	0,19	56,72	0,23	0,51	0,18
1991	0,84	1,95	3,01	0,20	67,93	0,28	0,44	0,18
1992	0,65	2,71	2,96	0,18	76,78	0,29	0,41	0,22
1993	0,82	2,43	2,34	0,19	76,19	0,29	0,39	0,20
1994	0,91	1,89	2,87	0,15	49,71	0,23	0,44	0,15
Mar. 93	0,72	2,51	2,83	0,17	90,83	0,28	0,43	0,22
Abr.	0,87	2,59	2,59	0,17	90,09	0,26	0,53	0,21
Maio	0,99	2,54	2,41	0,17	81,77	0,26	0,42	0,22
Jun.	0,94	2,50	1,98	0,17	80,52	0,27	0,53	0,22
Jul.	0,77	2,53	1,79	0,18	75,96	0,31	0,40	0,21
Ago.	0,77	2,38	1,91	0,19	65,11	0,32	0,34	0,21
Set.	0,79	2,35	2,05	0,20	66,14	0,30	0,26	0,19
Out.	0,77	2,39	2,07	0,20	69,04	0,30	0,28	0,19
Nov.	0,90	2,37	2,67	0,21	68,33	0,31	0,31	0,18
Dez.	1,05	2,52	3,09	0,22	68,95	0,32	0,45	0,19
Jan. 94	1,04	2,24	3,74	0,21	67,63	0,31	0,55	0,18
Fev.	1,39	2,23	3,83	0,18	74,29	0,31	0,46	0,17
Mar.	1,70	2,14	3,41	0,16	62,56	0,28	0,46	0,16
Abr.	1,41	2,08	3,23	0,15	51,98	0,26	0,41	0,16
Maio	0,96	2,23	2,65	0,15	44,68	0,26	0,32	0,17
Jun.	0,74	2,27	2,55	0,15	42,91	0,28	0,25	0,17
Jul.	0,65	1,80	2,24	0,13	33,30	0,20	0,24	0,14
Ago.	0,60	1,74	2,20	0,13	42,69	0,20	0,40	0,14
Set.	0,59	1,68	2,47	0,12	43,86	0,19	0,67	0,14
Out.	0,76	1,64	2,74	0,13	43,42	0,19	0,67	0,14
Nov.	0,73	1,65	3,01	0,14	51,25	0,18	0,52	0,14
Dez.	0,65	1,64	3,31	0,14	54,10	0,18	0,42	0,15
Jan. 95	0,59	1,68	3,59	0,13	61,25	0,18	0,29	0,15
Fev.	0,59	1,67	3,01	0,12	63,47	0,18	0,38	0,15
Mar.	0,59	1,64	3,35	0,10	65,55	0,15	0,49	0,14
Abr.	0,55	1,62	3,32	0,10	63,39	0,14	0,58	0,14
Maio	0,51	1,62	2,99	0,10	66,34	0,13	0,59	0,14

Apesar de um declínio de 9% na produção, as cotações do fumo se mantêm estáveis.

Brasil — preços recebidos — fumo em folha

(Em R$ de maio de 1995/kg)



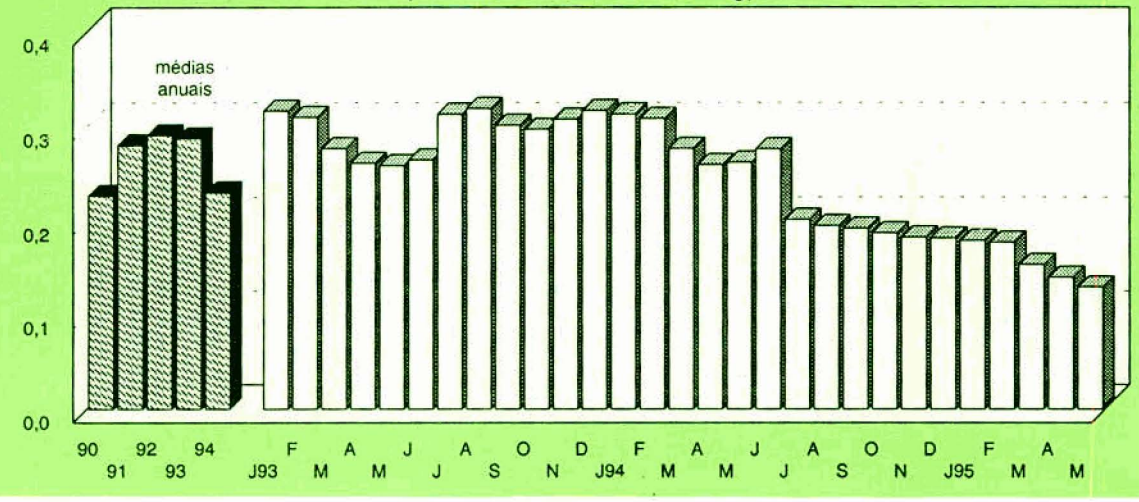
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de maio de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (15kg)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,74	0,27	1,32	0,20	0,35	181,00	36,88	887,99
1991	0,44	0,22	1,08	0,20	0,31	160,34	33,99	716,08
1992	0,46	0,24	0,89	0,18	0,26	146,13	32,43	612,85
1993	0,47	0,27	0,96	0,19	0,22	157,49	34,37	654,05
1994	0,33	0,25	1,38	0,21	0,12	162,79	30,13	728,67
Mar. 93	0,61	0,22	0,85	0,20	0,50	167,82	33,92	651,50
Abr.	0,71	0,24	0,73	0,21	0,52	169,44	34,23	648,84
Maio	0,74	0,29	0,77	0,19	0,52	164,50	32,40	673,08
Jun.	0,68	0,36	0,82	0,22	0,00	155,23	30,64	670,59
Jul.	0,50	0,33	0,93	0,20	0,00	150,98	32,64	659,49
Ago.	0,52	0,29	0,90	0,17	0,00	159,12	39,34	685,23
Set.	0,34	0,29	1,29	0,17	0,00	164,23	39,24	690,63
Out.	0,18	0,33	1,28	0,17	0,00	156,01	36,45	687,79
Nov.	0,21	0,30	1,41	0,20	0,00	158,19	36,14	685,64
Dez.	0,15	0,27	1,05	0,19	0,00	156,86	36,34	673,10
Jan. 94	0,18	0,28	1,01	0,19	0,40	162,33	35,75	678,32
Fev.	0,36	0,29	0,95	0,22	0,37	161,78	32,93	656,22
Mar.	0,40	0,33	0,99	0,27	0,33	164,14	33,17	648,46
Abr.	0,34	0,34	1,49	0,27	0,33	165,64	32,43	668,06
Maio	0,40	0,30	1,79	0,27	0,00	167,06	28,80	717,17
Jun.	0,33	0,28	1,32	0,22	0,00	184,50	34,89	801,26
Jul.	0,34	0,20	1,46	0,17	0,00	155,78	26,26	694,46
Ago.	0,31	0,21	1,55	0,15	0,00	163,40	27,04	736,45
Set.	0,29	0,22	1,53	0,18	0,00	165,67	26,75	770,67
Out.	0,39	0,22	1,65	0,21	0,00	173,40	30,73	830,78
Nov.	0,37	0,22	1,67	0,23	0,00	172,74	32,34	869,26
Dez.	0,39	0,23	1,60	0,23	0,00	169,95	30,26	909,82
Jan. 95	0,38	0,23	1,48	0,22	0,55	161,03	26,68	860,47
Fev.	0,43	0,23	1,53	0,24	0,40	160,05	25,84	850,14
Mar.	0,41	0,24	1,59	0,26	0,46	153,52	24,65	823,09
Abr.	0,43	0,24	1,71	0,25	0,00	145,22	23,12	780,18
Maio	0,46	0,23	1,61	0,23	0,56	138,19	21,90	760,97

Taxas de câmbio desfavoráveis e recuperação da safra mundial contribuíram para o declínio das cotações. A recente alteração da banda cambial pode vir a ter influência favorável.

Brasil — preços recebidos — soja em grão

(Em R$ de maio de 1995/kg)



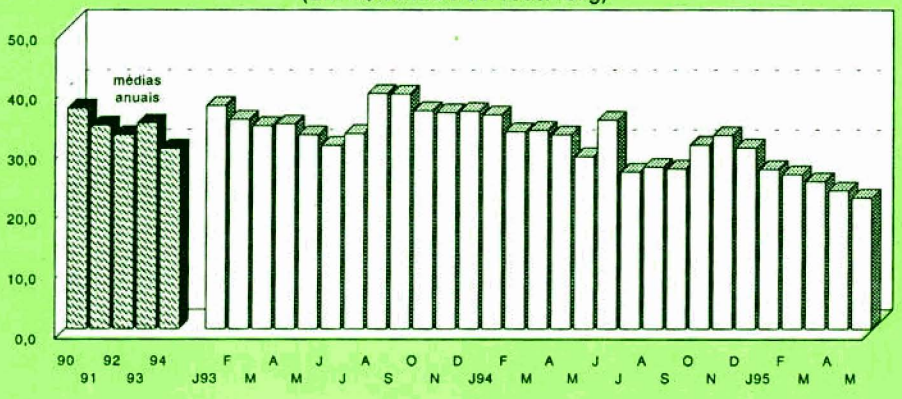
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de maio de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	544,87	22,04	1,60	0,37	32,98	0,99	3,71	338,99
1991	447,73	21,09	1,36	0,35	19,47	0,87	4,34	293,08
1992	382,19	18,27	1,20	0,33	30,84	0,84	2,80	272.89
1993	406,86	20,42	1,21	0,34	25,62	0,94	2,91	286,08
1994	443,32	16,88	1,04	0,28	27,15	0,80	3,02	287,38
Mar. 93	413,76	21,00	1,27	0,33	30,40	1,12	2,72	294,34
Abr.	410,44	19,93	1,21	0,36	27,46	1,14	2,70	287,58
Maio	414,76	19,22	1,13	0,39	23,74	1,06	2,91	278,73
Jun.	405,23	20,24	1,11	0,40	21,17	1,09	2,96	269,27
Jul.	398,72	20,91	1,22	0,41	21,08	1,04	3,12	272,78
Ago.	424,71	20,63	1,27	0,39	25,10	1,00	3,29	295,59
Set.	429,49	20,47	1,27	0,37	25,68	0,90	3,23	311,08
Out.	425,33	19,82	1,19	0,34	23,56	0,82	3,09	305,11
Nov.	429,51	20,45	1,23	0,32	24,42	0,75	3,19	294,61
Dez.	423,88	22,51	1,29	0,31	23,78	0,80	3,11	304,05
Jan. 94	426,08	19,82	1,26	0,29	26,72	0,81	2,96	298,82
Fev.	420,16	17,89	1,18	0,28	24,88	0,85	2,73	291,45
Mar.	412,37	17,80	1,13	0,27	25,51	0,89	2,78	299,38
Abr.	412,70	16,25	1,11	0,28	27,17	0,90	2,82	302,52
Maio	447,74	16,15	1,11	0,31	28,29	0,90	3,06	283,34
Jun.	482,99	17,91	1,11	0,30	28,76	0,92	3,28	320,66
Jul.	416,20	15,51	1,00	0,27	26,33	0,87	2,91	271,13
Ago.	453,38	15,49	0,98	0,28	26,05	0,84	3,07	280,77
Set.	464,91	16,46	0,91	0,28	28,20	0,76	3,15	283,58
Out.	493,50	17,50	0,94	0,28	31,26	0,67	3,34	297,89
Nov.	508,05	18,13	1,02	0,28	30,19	0,70	3,42	308,47
Dez.	525,87	19,11	1,06	0,28	31,30	0,71	3,67	304,04
Jan. 95	491,88	18,63	1,03	0,29	33,08	0,72	4,20	279,92
Fev.	479,31	17,27	0,91	0,27	31,49	0,68	4,37	279,58
Mar.	461,02	16,22	0,80	0,27	32,32	0,64	4,49	266,48
Abr.	475,11	15,23	0,75	0,27	31,93	0,61	4,58	249,72
Maio	432,46	14,23	0,75	0,28	32,55	0,60	4,83	237,62

Fontes dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV.

As cotações do boi se encontram nos níveis mais baixos dos últimos anos. A concorrência da carne de frango impede qualquer recuperação.

Brasil — preços recebidos — boi gordo
(Em R$ de maio de 1995/15kg)



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 21 de junho e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de julho de 1995.

Produtos / Preços	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Junho 1994	Maio 1995	1 a 20 Junho 1995	13 a 20 Junho 1995	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
Açúcar raw US¢/lb-peso	12,08	11,62	11,67	11,69	11,67			10,23					9,99		10,02	9,99	↘	A elevação das alíquotas de exportação do açúcar brasileiro surpreendeu o mercado. Mas as expectativas de uma boa safra mundial 1995/96 continuam pressionando as cotações.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	77,20	99,66	111,51	112,91	111,51			86,76		80,25			81,39		81,83	82,11	↘	O mercado internacional vem reagindo às especulações sobre a situação da cultura nos EUA. No entanto, a tendência continua sendo de baixa, uma vez que a situação da relação oferta e demanda mundiais encontra-se mais equilibrada para a nova safra.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.301,85	1.324,27	1.300,00	1.295,00	1.300,00		1.332,23			1.368,00			1.399,69		1.418,23	1.438,23	↘	Aguarda-se uma produção recorde para a safra 1995/96 da Costa do Marfim (maior produtor mundial). No Brasil, a safra principal desenvolve-se sem problemas, mas a temporã continua bem abaixo da safra 1994/95.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	138,78	166,29	152,95	150,21	152,95		155,10			156,73			158,64		159,62		→	— Colômbia aderiu ao sistema de retenções das exportações. — A renda de benefício da safra brasileira, normalmente de 20kg de café beneficiado por 40 de café em coco, está entre 16 e 18 em importantes regiões produtoras. — Os importadores, porém, permanecem comprando da mão para a boca.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Junho 1994	Maio 1995	1 a 20 Junho 1995	13 a 20 Junho 1995	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
Milho two yellow US¢/ bushel	271,46	260,76	274,10	279,94	274,10		279,02			283,25			288,02		289,88			As chuvas que atingiram a região do *corn-belt* norte-americano prejudicaram o plantio do milho na atual safra, levando o USDA a rever para 200,7 milhões de toneladas a safra 1995/96, anteriormente prevista em 218,4 milhões.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	678,54	582,73	589,63	598,88	589,63	594,94	600,02		608,33		615,29		622,38		627,90			Persistem dúvidas quanto à influência do clima sobre a safra dos EUA.
Soja-farelo US$/ tonelada	196,76	170,65	172,95	174,45	172,95	174,87	176,89	178,82		182,68	183,55		184,76					Previsão de bom movimento das exportações mundiais.
Trigo soft red US¢/ bushel	327,66	364,41	380,10	386,75	380,10		388,62			401,13			404,65		655,92			A possível quebra das safras russa e chinesa irá reduzir a oferta mundial.
Suco de laranja U$¢/lb-peso	92,06	107,28	102,08	101,58	102,08		106,11		106,04		107,92		110,33		113,39			Apesar de ainda não ter sido oficialmente confirmado, a safra 1995/96 de laranja em São Paulo deverá ficar próxima às 320 milhões de caixas, conforme antecipado pelo mercado.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ mediante a divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-DI (da nova base, após a implantação do real) para maio de 1995. Os valores de junho são nominais.

Produtos / Preços	Junho 1994	Maio 1995	1 a 20 Junho 1995	14 a 20 Junho 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	35,23	22,64	21,58	21,33	→	A adoção de restrição às importações de tecidos alivia as indústrias têxteis nacionais, que vinham sofrendo forte concorrência dos tecidos asiáticos. No entanto, do lado do produtor, as baixas alíquotas de importação e os largos prazos de financiamento para as importações da matéria-prima não devem favorecer as cotações nacionais.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	42,07	23,25	25,58	25,13	↗	A aquisição de 500 mil toneladas através do Programa Especial de Compra de Arroz, da Conab, intermediada pelo Irga, já resultou na majoração dos preços nos dois primeiros níveis da comercialização, anteriormente represados. Para a primeira quinzena de julho, espera-se uma reação ainda mais significativa no mercado.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	225,68	162,91	152,95	150,21	↗	— Governo libera R$100 milhões para financiar estocagem. — Renda do beneficiamento do café em coco da safra brasileira bem menor do que o esperado.
Boi gordo R$/arroba	34,27	22,26	21,00	21,00	↘	No curto prazo, a queda da qualidade das pastagens, em razão da chegada do inverno, deverá levar os pecuaristas a enviar mais animais para o abate.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos / Preços	Junho 1994	Maio 1995	1 a 20 Junho 1995	14 a 20 Junho 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	56,38	27,83	27,73	28,00		O desestímulo à formação de estoques devido à alta taxa de juros, aliado ao bom resultado da segunda safra, que deverá abastecer o mercado até o final de junho, prossegue pressionando os preços. A partir de julho a safra de inverno começa a entrar no mercado, o que deverá manter a tendência de declínio.
Frango vivo R$/kg	0,75	0,50	0,54	0,56		Apesar da aproximação da entressafra de carne bovina e com o fim da colheita do milho no Centro-Sul, os preços da ave não deverão aumentar no médio prazo, devido ao elevado alojamento.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	10,46	6,88	6,63	6,65		Embora já tenha cessado a colheita da primeira safra no Centro-Sul, os preços deverão demorar a se recuperar, devido à oferta do grão ter chegado, na atual temporada, ao recorde de 42,6 milhões de toneladas.
Soja-grão industrial R$/60kg	19,42	9,61	9,75	9,75		Ocorrendo maior movimentação da safra (as vendas, por parte dos produtores, foram muito lentas, este ano), as cotações tendem a ceder.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Como estão os mercados emergentes

A revista norte-americana *Advertising Age International* publicou, em seu número de maio, matéria sobre os países considerados mercados emergentes.

Como se define um mercado emergente? Há tantas formas quantos são os próprios mercados. Alguns pensam apenas nos mercados chamados "quentes". Outros usam como critério a recente queda de barreiras diversas, até mesmo o levantamento das sanções antiapartheid contra a África do Sul.

A revista optou por uma combinação de critérios e identificou 10 países populosos com o maior percentual de consumidores entre 15 e 34 anos.

A lista resultante é eclética e tem desde os esperados mercados subdesenvolvidos, como a China e a Índia, até aqueles considerados mais desenvolvidos, como o Brasil. A maioria é asiática: Vietnã, Indonésia, Coréia do Sul e Malaísia. Da Europa, fazem parte a Turquia e a Rússia, e da América Latina, além do Brasil, a Colômbia.

China — Pesquisas de mercado são feitas para a compreensão de um país de 1,2 bilhão de pessoas, em que 37% da população são constituídos por jovens de 15 a 34 anos. Há 800 milhões de chineses que não vivem em cidades, e há muitas dificuldades nos negócios. A economia cresce rapidamente, mas as regras são incertas e o sistema legal é fraco. Outro problema é a inflação urbana, que cortou as rendas fixas de muitos consumidores chineses, a maioria deles com rendimentos anuais inferiores a US$400. O país tem 700 estações de TV, 900 jornais e 7 mil revistas, com coberturas provinciais ou nacionais.

Como se define um mercado emergente? A revista optou por uma combinação de critérios e identificou 10 países populosos com altos percentuais de consumidores entre 15 e 34 anos.

Índia — O primeiro-ministro Narasimha Rao colocou o segundo país mais populoso do mundo no mapa dos investidores internacionais quando, em 1990, acabou com uma lei que limitava a participação estrangeira a 40% nas empresas indianas. As reservas de moedas fortes são de US$20,5 bilhões e se espera crescimento econômico de 5,5%, em 1995/96. Os números são atraentes, pois 36% dos 936 milhões de habitantes têm entre 15 e 34 anos. Cerca de 100 milhões de indianos ganham de US$1.150 a US$1.800 por ano e 35 milhões ganham entre US$1.800 e US$2.500. Isto atraiu empresas como a Sony, JVC, Akai, Panasonic, General Motors, Kellogg's, Levi Strauss, Pizza Hut etc. No entanto, haverá eleições em 1996 e o partido direitista hindu Bharatiya Janata, contrário às empresas multinacionais, deverá aumentar seu poder no país.

Brasil — É um dos mais desenvolvidos e de mais rápido crescimento entre os mercados emergentes. Seus dispêndios em *marketing* passaram de US$3,5 bilhões para US$6,6 bilhões, nos últimos cinco anos. A revista destaca os efeitos estabilizadores do Plano Real, o estímulo ao consumo daí resultante e as ações governamentais objetivando conter o rápido crescimento da demanda. A população entre os 15 e os 34 anos é de 60,5 milhões de pessoas, correspondentes a 38% do total.

Indonésia — Tem 203 milhões de habitantes e o mesmo percentual de jovens do Brasil e da Colômbia. O investimento estrangeiro triplicou em 1994, atingindo US$24 bilhões, com crescimento econômico de 7%.

Malaísia — O PNB cresceu 8,4% no ano passado. O país tem população de 19,7 milhões de habitantes e 6,8 milhões (34,5%) estão na faixa etária destacada.

Coréia do Sul — Medidas de abertura do comércio antecipam grande movimento neste país, muito procurado para investimentos e *joint ventures*. Sua população é de 45,5 milhões de pessoas, com 37% na faixa de interesse para o consumo de alimentos do tipo *fast food*, de bebidas e de cigarros.

Turquia — Os consumidores turcos gastaram 30% menos em 1994, o que levou à queda de 15% nas contas publicitárias do país. Espera-se, contudo, recuperação em 1995, quando serão cortadas proteções contra a União Européia. O país tem 63 milhões de habitantes e a população de adolescentes e jovens adultos soma 36% do total.

Rússia — A República da Rússia possui hoje 149,4 milhões de habitantes. Destes, 28,4% estão entre os 15 e os 34 anos. Em fevereiro, um decreto do presidente Boris Yeltsin proibiu a propaganda de fumo e álcool nos meios de comunicação e o Parlamento está discutindo uma lei que estabelece censuras à propaganda.

Uma pesquisa recente do Ministério do Trabalho mostra que cerca de 40% da população ganham abaixo do padrão mínimo de subsistência, definido em US$50 por mês. O tamanho gigantesco do país, porém, faz com que empresários ocidentais esqueçam a crescente pobreza, quase tão facilmente quanto o governo o faz.

Vietnã — Empresas como Procter & Gamble, Mars Inc., Coca-Cola, PepsiCo e Johnson & Johnson estavam entre os anunciantes estrangeiros que estabeleceram escritórios em Ho Chi Minh no ano passado. British American Tobacco, Dunhill e Philip Morris instalaram produção local pouco antes de o governo proibir a propaganda de fumo e bebidas. A população vietnamita é de 74 milhões de habitantes e 27 milhões (36,4% do total) têm entre 15 e 34 anos.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

A partir do veto à Lei nº 8.880, que derrubava a TR na correção do crédito agrícola, a agricultura vivenciou período de grande tensão. Os financiamentos do Banco do Brasil foram suspensos e longas negociações foram necessárias para se chegar a um denominador comum entre as necessidades da agricultura, que vive uma de suas maiores crises, e as exigências econômicas da manutenção do Plano Real.

Convém recordar que a Lei nº 8.880, de 27-5-1994, que dispunha sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, instituindo a Unidade Real de Valor (URV), estabelecia no § 2º do seu art. 16 que "nas operações referidas no inciso IV [relativo à manutenção da expressão em cruzeiros reais de determinados preços até a emissão do real] a atualização monetária aplicada àqueles contratos [isto é, os de crédito rural, destinados a custeio, comercialização e investimento, qualquer que fosse a sua fonte] será equivalente à dos preços mínimos em vigor para os produtores agrícolas". Esse parágrafo, que visava evitar o descasamento entre a correção dos financiamentos e os preços mínimos que tantos problemas causara por ocasião de planos de estabilização anteriores, foi vetado pelo então presidente Itamar Franco. Na exposição de motivos, o veto foi justificado sob o argumento de que, dada a legislação vigente, as operações lastreadas em recursos da poupança rural deveriam ser atualizadas pelo mesmo fator de correção dos depósitos, a TR. Esclarecia, contudo, que o Executivo incluiria, "na regulamentação relativa à transformação dos contratos de cruzeiro real para real, um dispositivo que assegurasse o equilíbrio econômico-financeiro entre os termos do crédito agrícola e os da política de preços mínimos, ou seja, a equivalência entre os indicadores de um e do outro" (D.O.U.: 28-5-1995).

Como isso não ocorreu (os financiamentos agrícolas continuaram sujeitos à TR e os preços mínimos ficaram sem correção monetária, após a implantação do Real), o Senado, em 11-5-1995, derrubou aquele veto.

São reproduzidas a seguir as íntegras da Medida Provisória nº 1.023 e da Resolução nº 2.164, que equacionam o pagamento das dívidas vencidas, ou a vencer, até dezembro deste ano e as condições das operações a serem contratadas entre junho deste ano e julho de 1996.

Já a Resolução nº 2.165 libera recursos para o combate à vassoura-de-bruxa, praga que vem dizimando a cacauicultura baiana.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Medida Provisória nº 1.023, de 8-6-1995 (D.O.U.: 9-6-1995)

Dispõe sobre crédito rural, e dá outras providências.

O presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica autorizada, para o crédito rural, a equalização de encargos financeiros, observado o disposto na Lei nº 8.427, de 27-5-1992.

§ 1º Compreende-se na equalização de encargos financeiros de que trata o *caput* deste artigo o abatimento no valor das prestações com vencimento em 1995, de acordo com os limites e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O Poder Executivo e o Poder Legislativo providenciarão a alocação de recursos e a suplementação orçamentária necessárias à subvenção econômica de que trata este artigo.

Art. 2º Para as operações de crédito rural contratadas a partir da publicação desta Medida Provisória e até 31-7-1996, não se aplica o disposto no § 2º do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27-5-1994.

Art. 3º O disposto no art. 31 da Lei nº 8.931, de 22-9-1994, não se aplica aos empréstimos e financiamentos, destinados ao crédito rural, com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC) sob supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 4º É facultado às instituições financeiras conceder financiamento rural sob a modalidade de crédito rotativo, com limite de crédito fixado com base em orçamento simplificado, considerando-se líquido e certo o saldo devedor apresentado no extrato ou demonstrativo da conta vinculada à operação.

Parágrafo único. Os financiamentos de que trata este artigo poderão ser formalizados através da emissão de cédula de crédito rural, de acordo com o Decreto-lei nº 167, de 14-2-1967.

Art. 5º Na formalização de operações de crédito rural, celebradas nos termos desta Medida Provisória, as partes poderão pactuar, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional, encargos financeiros substitutivos para incidirem a partir do vencimento, ordinário ou extraordinário, e até a liquidação do empréstimo ou financiamento, inclusive no caso de

dívidas ajuizadas, qualquer que seja o instrumento de crédito utilizado.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação do vencimento da operação, ajustada de comum acordo pelas partes, ou nas hipóteses previstas na legislação de crédito rural, inclusive aquelas mencionadas no Decreto-lei nº 167, de 1967, os encargos financeiros serão os mesmos pactuados para a situação de normalidade do financiamento.

Art. 6º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento — Conab autorizada a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S. A. no valor correspondente aos Empréstimos do Governo Federal (EGF), vencidos até 31-12-1994.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de junho de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

Fernando Henrique Cardoso
Pedro Malan
José Eduardo de Andrade Vieira
José Serra

Resolução nº 2.164, de 19-6-1995, do Banco Central do Brasil (D.O.U.: 20-6-1995)

Dispõe sobre encargos financeiros e renegociação de dívidas no crédito rural.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31-12-1964, torna público que o presidente do Conselho Monetário Nacional, por ato de 16-6-1995, com base no art. 8º, § 1º da Medida Provisória nº 1.004, de 19-5-1995, *ad referendum* daquele Conselho, e tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da citada Lei, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5-11-1965, e dos arts. 2º e 5º da Medida Provisória nº 1.023, de 8-6-1995,

Resolveu:

Art. 1º As operações contratadas no período de 9-6-1995 a 31-7-1996, ao amparo de recursos controlados do crédito rural, destinam-se exclusivamente a financiamentos de despesas de custeio e a Empréstimos do Governo Federal (EGF), concedidos diretamente ao produtor ou repassados por suas cooperativas, e ficam sujeitas à taxa efetiva de juros de até 16% a.a. (dezesseis por cento ao ano).

§ 1º Consideram-se como recursos controlados do crédito rural aqueles oriundos da exigibilidade de que trata o MCR 6-2, das Operações Oficiais de Crédito (OOC) sob supervisão do Ministério da Fazenda (MCR 6-6), destinados às mencionadas finalidades, e outros que vierem a ser especificados.

§ 2º O EGF fica restrito a produtos de safras futuras, inclusive a de inverno, em curso, admitida a inclusão de semente destinada ao plantio da safra 1995/96.

Art. 2º O montante de crédito a cada beneficiário, sob as condições estabelecidas no artigo anterior, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), fica sujeito aos seguintes limites e critérios:

I — R$300.000,00 (trezentos mil reais), quando destinado ao custeio ou EGF/SOV de algodão, hipótese em que:

a) se utilizado integralmente o limite, o beneficiário fica impedido de obter os créditos previstos nos incisos II e III;

b) se utilizado parcialmente o limite, o beneficiário pode obter os créditos previstos no inciso II, observado o critério ali estabelecido;

II — R$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), deduzida a metade dos valores dos créditos concedidos para algodão, quando destinado a custeio ou EGF/SOV, arroz, feijão, mandioca, milho e/ou trigo. Se utilizado integralmente o limite, o beneficiário fica impedido de obter os créditos previstos nos incisos I e III;

III — R$30.000,00 (trinta mil reais), quando destinado a qualquer custeio (agrícola ou pecuário) e EGF, desde que concedido a produtor com no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta anual proveniente da atividade agropecuária, observado que:

a) os financiamentos destinados ao custeio de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), até esse limite, podem ser formalizados com cláusula de equivalência em produto, à opção do tomador, observadas as disposições do art. 3º da Resolução nº 2.100, de 24-8-1994;

b) a utilização de crédito com equivalência em produto, em qualquer montante, ou para custeio de lavoura que não seja de arroz, algodão, feijão, milho, mandioca ou trigo, impede o beneficiário

de se utilizar dos limites de crédito previstos nos incisos I e II;

IV — os limites estabelecidos neste artigo não são acumulativos e devem ser observados em função de cada safra e finalidade (custeio e EGF);

V — a instituição financeira deve exigir do produtor, no momento da formalização do crédito, sob as penas da lei, declaração minuciosa sobre o montante de crédito obtido em outras instituições ao amparo de recursos controlados;

VI — o limite de EGF destinado a produto classificado como semente será estabelecido nas normas operacionais da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Art. 3º As operações de crédito rural ao amparo de outras fontes de recursos, não considerados como controlados, contratadas no período de 9-6-1995 a 31-7-1996, ficam sujeitas a encargos financeiros livremente pactuados entre as partes.

Parágrafo único. Excetuam-se das disposições deste artigo as operações formalizadas com base em recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou sujeitos a regulamentação própria.

Art. 4º Admite-se a concessão de financiamento para custeio das atividades rurais sob a modalidade de crédito rotativo, mediante apresentação de orçamento simplificado.

Parágrafo único. O crédito rotativo ao amparo de recursos controlados fica restrito a miniprodutores e pequenos produtores e ao limite máximo de R$30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 5º Autorizar a renegociação, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 2 (dois) anos, de parcela mínima de 20% (vinte por cento) e máxima de 30% (trinta por cento) do valor das prestações vencidas em 1995 e ainda não pagas ou vincendas até 31-12-1995, decorrentes de financiamentos rurais — admitida a inclusão de parcelas de EGF contratados até a publicação desta Resolução e vencíveis até 31-1-1996 — observadas as seguintes condições:

I — excluído o valor de parcela de EGF vincendo, exigência de pagamento de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do valor das prestações a que se refere este artigo, apurado mediante aplicação dos encargos originalmente pactuados;

II — aplicação de abatimento sobre os encargos financeiros, equivalente a 1% a.m. (um por cento ao mês) sobre os valores a serem pagos e renegociados, calculado a partir de 1-6-1995 até a data do pagamento/renegociação;

III — a partir da data de formalização da renegociação, a dívida repactuada passa a sujeitar-se a encargos financeiros limitados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

§ 1º O percentual a ser renegociado deve ser definido mediante exame caso a caso, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor, e o máximo admitido pode ainda ser elevado, a critério da instituição financeira, quando se tratar de situações especiais previstas no MCR 2-6-9.

§ 2º No caso de financiamento de custeio com cláusula de equivalência em produto, o pagamento de que trata o inciso I pode ser efetuado mediante entrega de documento representativo de estocagem de unidades equivalentes proporcionais ao percentual exigido, ficando assegurado ao devedor o mecanismo de equivalência para quitação do percentual renegociado, com a entrega de produto da safra seguinte.

§ 3º A parcela de EGF renegociada deve ser mantida sob a modalidade original (COV ou SOV), e no caso de EGF/COV, a quantidade correspondente de produto pode ser liberada para o mutuário, para reposição mediante entrega da mesma quantidade de produto da safra seguinte.

§ 4º Deve ser mantido o prazo original de vencimento para exigência da parcela não renegociada de EGF vincendo.

§ 5º Haverá concessão de subvenção econômica pela União ante o custo específico da fonte de recursos utilizada nas operações, inclusive para cobertura dos efeitos financeiros decorrentes do abatimento sobre os encargos, conforme autorizado pela Medida Provisória nº 1.023, de 8-6-1995.

§ 6º Os valores renegociados podem ser computados para satisfação da exigibilidade que vier a lastreá-los.

Art. 6º A renegociação a que se refere o artigo anterior deve ser requerida e formalizada:

I — até 31-8-1995, nas operações com vencimento no período de 1-1-1995 até a data de publicação desta Resolução e nos EGF vincendos;

II — até 30 (trinta) dias após a data de vencimento, nas demais operações vincendas até 31-12-1995.

Art. 7º Alterar para 31-5-1995 o prazo estabelecido no art. 4º, inciso I, da Resolução nº 2.080, de 22-6-1994, e admitir prazo até 31-7-1995 para as renegociações com base na mencionada Resolução.

Art. 8º Para novas operações de EGF da safra 1994/95, prevalecem as normas operacionais divulgadas por meio da Resolução nº 2.146, de 2-3-1995, e os encargos anteriormente vigentes.

Art. 9º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, autorizadas a adotar as medidas e a promover os ajustes, inclusive quanto aos produtos a que se destinam os recursos controlados, indispensáveis à implementação das disposições desta Resolução, que serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 10 Ficam revogados os itens 3-2-7, 3-2-8, 3-3-13, 3-3-15, 6-2-13 a 17, 6-2-19, 6-2-25, 6-6-6 e 6-6-7 do Manual de Crédito Rural (MCR) e as Resoluções nº 2.102, de 24-8-1994, 2.133, de 26-12-1994, e 2.160, de 5-5-1995, sem prejuízo das disposições codificadas no mencionado Manual.

Art. 11 Encontram-se anexas as folhas necessárias à atualização do Manual de Crédito Rural (MCR), abrangendo inclusive as alterações promovidas por meio da Resolução nº 2.132, de 21-12-1994, que ora também se revoga.

Art. 12 As presentes disposições não impedem que seja utilizado para satisfação dos percentuais de exigibilidade o estoque de operações computável até esta data, sob as condições anteriormente estabelecidas.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de junho de 1995

Gustavo Jorge Laboissiere Loyola, presidente

Resolução nº 2.165, de 19-6-1995, do Banco Central do Brasil (D.O.U.: 20-6-1995)

Estabelece condições para financiamento do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, destinado ao controle da doença vassoura-de-bruxa e à recuperação da produtividade da lavoura cacaueira.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º, da Lei nº 4.595, de 31-12-1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 31-5-1995, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da citada lei, e dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5-11-1965,

Resolveu:

Art. 1º Aprovar as seguintes condições especiais de crédito rural, para implementação do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana:

I — beneficiários: produtores de cacau das regiões baianas atingidas pela doença denominada vassoura-de-bruxa;

II — finalidade: créditos destinados ao controle da doença citada no inciso anterior, visando à recuperação da produtividade e da competitividade da lavoura cacaueira baiana;

III — agentes financeiros: Banco do Brasil S.A., que utilizará recursos repassados pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Banco do Estado da Bahia S.A., que utilizará recursos oriundos do Fundo Nacional do Nordeste (FNE), repassados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.;

IV — volume de recursos: montante de R$340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), assim distribuídos: em 1995, R$100 milhões; em 1996, R$120 milhões; em 1997, R$75 milhões e em 1998, R$45 milhões;

V — fontes e destinação dos recursos para 1995: R$25 milhões do FNE destinados a miniprodutores; R$15 milhões do Tesouro Nacional, destinados a pequenos produtores e R$60 milhões do BNDES, destinados a médios e grandes produtores;

VI — encargos financeiros para operações contratadas em 1995:

a) miniprodutor: os encargos usuais do FNE;

b) pequeno produtor: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano);

c) médio e grande produtores: TJLP acrescida de taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

VII — itens financiáveis: investimentos previstos no pacote tecnológico recomendado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) para o controle da doença vassoura-de-bruxa e recuperação da produtividade da lavoura, como podas, rebaixamento de copa, remoção da vassoura-de-bruxa, controle químico de doenças e pragas, adubação e prospecção da vassoura-de-bruxa;

VIII — prazos de contratação: em 1995, até 31-10-1995; nos demais anos, de janeiro a maio;

IX — cronograma de reembolso: amortizações semestrais coincidentes com as épocas de realização de receitas nos prazos indicados no quadro abaixo, observada a capacidade de pagamento de cada produtor:

Nível de infestação até	Prazo total até	Carência até
0 (zero)	2 anos	1 ano
1	4 anos	2 anos
2	6 anos	2 anos
3	8 anos	3 anos

X — classificação dos produtores: para o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana será adotada a seguinte classificação dos produtores:

Porte do produtor	Renda bruta anual (R$)
Miniprodutor	até 22.000,00
Pequeno produtor	acima de 22.000,00 até 48.000,00
Médio produtor	acima de 48.000,00 até 362.000,00
Grande produtor	acima de 362.000,00

XI — limite de financiamento: até 100% do orçamento para todos os beneficiários do Programa;

XII — assistência técnica: são obrigatórias a elaboração de projeto e a prestação de assistência técnica, a cargo da Ceplac e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), com custo limitado a 1% do valor do projeto nos anos de contratação, podendo ser incluído como item financiável. Nos anos subseqüentes, o ônus com a assistência técnica será das referidas empresas;

XIII — garantias: a escolha das garantias é de livre convenção entre financiado e financiador;

XIV — gerenciamento do Programa: para realização do trabalho de coordenação, avaliação e acompanhamento do Programa serão criados os Grupos Supervisão Geral (GS), a ser coordenado pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, e Coordenação Regional (GC), a ser coordenado pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia;

XV — risco operacional:

a) do agente financeiro nas operações integralmente enquadradas nas suas respectivas instruções normativas;

b) do Tesouro do Estado da Bahia nas operações que, apesar de não perfeitamente ajustadas às normas dos agentes financeiros, sejam estratégicas para o controle da enfermidade, respeitado o limite de até 12% (doze por cento) do montante de recursos do Programa previsto para 1995. A contratação de operação com risco do Tesouro do Estado da Bahia fica condicionada ao enquadramento nas condições estabelecidas pelo Grupo Supervisão Geral e o Grupo Coordenação Regional.

§ 1º Os encargos financeiros são exigíveis juntamente com as prestações de principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma.

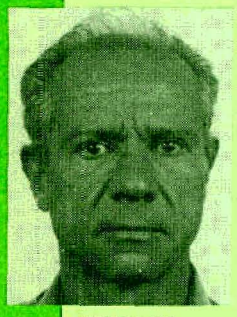
§ 2º Cabe ao tomador do crédito a responsabilidade de aplicar os recursos na execução das práticas recomendadas pelos órgãos de assistência técnica e o pagamento dos financiamentos nas datas aprazadas. O não cumprimento dessas obrigações implica suspensão da assistência creditícia ao cacauicultor nos demais anos previstos, sujeitando-se ainda a ações governamentais com a finalidade de evitar riscos ao sucesso do Programa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas que se fizerem necessárias à execução do disposto neste normativo.

Brasília, 19 de junho de 1995

Gustavo Jorge Laboissiere Loyola, presidente

Pesquisa pode reduzir o colesterol dos alimentos



TOBIAS JOSÉ BARRETO DE MENEZES

O desenvolvimento econômico e tecnológico tem levado o homem moderno a almejar melhor qualidade de vida e a se preocupar cada vez mais com sua saúde. A sedentariedade, a obesidade, o alcoolismo e o fumo são fatores de risco que uma pessoa saudável procura a todo o custo evitar. Nos grandes centros urbanos do país, onde cerca de 14 mil pessoas são vitimadas anualmente por infarto agudo do miocárdio, as doenças cardiovasculares constituem a principal causa de mortalidade.

Vários estudos epidemiológicos realizados com diversas populações associam a elevada concentração de colesterol no sangue com o aumento no risco de doenças cardiovasculares, embora se saiba que há consideráveis diferenças na magnitude das alterações dos níveis de colesterol induzidas pela quantidade de colesterol consumido.

Para abreviar todos os efeitos prejudiciais, recomenda-se evitar o consumo de alimentos ricos em colesterol. No entanto, este composto é precursor da síntese de hormônios, de importância vital para seres humanos, e é componente da gema de ovos, que é excelente fonte de proteínas de boa qualidade e de baixo preço. Este alimento, porém, é um dos que contêm maior concentração de colesterol, aproximadamente 250mg por gema, enquanto no leite há 34mg por copo e na banha de porco, em torno de 110mg por 100g.

Várias abordagens têm sido propostas por diferentes grupos de pesquisadores para tentar reduzir os níveis de colesterol, incluindo extração com fluidos supercríticos, destilação a vapor, formação de complexos, absorção e degradação enzímica. Na extração com fluidos supercríticos, opera-se com solventes não-tóxicos, não há formação de resíduos, as propriedades das matérias-primas não se alteram e são obtidos produtos de extração de boa qualidade. O fato de se operar a baixas temperaturas facilita a aplicação desta técnica para reduzir o colesterol da gema de ovo, que é sensível às temperaturas elevadas. Submetendo-a a este processo após a desidratação com dióxido de carbono supercrítico, remove-se da gema 70 a 90% do colesterol. Em seguida, readiciona-se a clara, obtendo assim um produto com as proteínas e os fosfolipídios inalterados, e que mantém ainda o sabor e o aroma originais. Embora seja de custo mais elevado em relação à destilação a vapor, o método é promissor em virtude da qualidade dos produtos obtidos. As saponinas encontradas em muitas plantas podem ser usadas para remoção do colesterol. O tratamento do leite com um tipo de saponina forma um complexo insolúvel com o colesterol, que é removido por filtração, reduzindo-se assim o teor desse composto em até 95%.

Outro processo alvissareiro consiste na utilização de ciclodextrinas, que são compostos de cadeia curta, derivados do amido, porém de estrutura cíclica, produzidos por via biotecnológica. Este composto forma um complexo de inclusão em meio aquoso, aprisionando o colesterol no interior da molécula, de onde é depois removido por centrifugação. Elimina-se por este processo cerca de 90% do colesterol do leite e da manteiga.

A via biotecnológica para degradar o colesterol pela utilização de enzimas específicas se afigura altamente prometedora. Estas enzimas têm a capacidade de, em condições favoráveis de acidez e temperatura, decompor o colesterol, formando compostos não-esteróides inócuos à saúde. O Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo é um dos poucos centros de pesquisa do globo que estão abordando esta técnica. O tratamento envolve a incubação da enzima com o produto por determinado período em condições ótimas de pH e temperatura. Pode ser aplicado para reduzir o colesterol da gema de ovo na forma líquida e, em seguida, ser misturado com a clara e submetido à desidratação. Como as enzimas são específicas, atuando em condições brandas de pH e temperatura, os demais componentes não se modificariam e manteriam o sabor e o aroma inalterados. No Ital, foram selecionados microorganismos de degradação prejudiciais à saúde. No momento, o estudo está centrado na definição das condições favoráveis de produção e atuação da enzima que, por ser inócua, dispensa, após o uso, a necessidade de centrifugação ou filtração.

É possível que, num futuro próximo, estejam disponíveis nos supermercados alimentos com teores reduzidos de colesterol para serem oferecidos juntamente com outros produtos que contribuem para uma dieta saudável, como alimentos de baixo teor calórico, alimentos fibrosos, bebidas isotônicas e, sobretudo, alimentos protéicos para setores mais carentes da população.

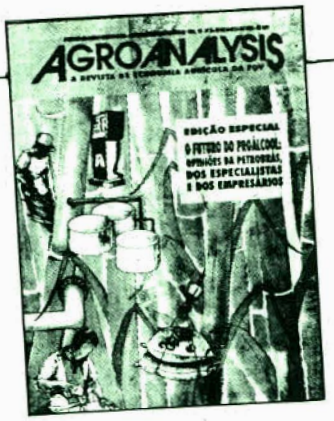
Os aspectos técnicos, embora complexos, não são os mais difíceis de ser superados. Há que haver maior compreensão por parte das autoridades das adversidades enfrentadas no desenvolvimento de projetos desta envergadura, que não dão resultados a curto prazo, tampouco propiciam lucro imediato. Modernizar os institutos de pesquisa e manter nesses institutos pesquisadores de elevado gabarito é o caminho adequado para o desenvolvimento econômico e social.

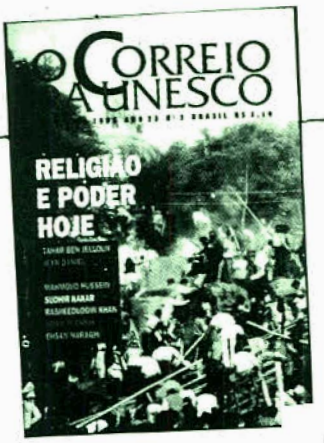
Tobias José Barreto de Menezes é pesquisador científico do Ital, Campinas. Engenheiro-agrônomo pela Esalq/USP, concluiu mestrado na Universidade de Cornell e doutorou-se na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, na área de processos fermentativos.

Para conhecer melhor nossas revistas, adquirir uma assinatura nova ou fazer sua renovação, entre em contato com qualquer um de nossos representantes de assinatura ou procure uma de nossas livrarias.









REPRESENTANTES DE VENDAS

SÃO PAULO
LOURIVAL DE SOUZA AYRES
Rua dos Navegantes, 242 - Vl. Penteado
Fone: (011) 427-2989

SANTO ANDRÉ/SP
JOÃO BOSCO DOS SANTOS
Rua das Figueiras, 2584 - B. Campestre
Fone: (011) 712-5877 e 440-2909
Fax: (011) 454-9003

RIO DE JANEIRO
AZIK KAUFMANN
Av. 13 de Maio, 47 - sala 2010
Fone: (021) 262-9654
Teletrim: (021) 546-1636 - cod: 700-1000

BRASÍLIA
CLAUDIO HERRERA
SDS Bl. D Entrada 27 sala 31
Fone: (061) 226-7093

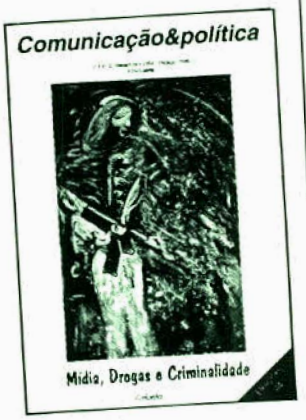
BELO HORIZONTE
GLOSS COM. REPRESENTAÇÃO
Rua São Paulo, 1631 - sala 402
Fone: (031) 291-6853

PORTO ALEGRE
CIA DE VENDAS ESTADUAIS
Rua Vigário José Inácio, 399-CJ. 311
Fone: (051) 224-5680

RECIFE
INACROSS COM. REPRESENTAÇÃO
Rua Gervásio Pires, 149 - sala 02
Fone: (081) 221-2047









LIVRARIAS FGV

SÃO PAULO
LIVRARIA PREFEITO FARIA LIMA
Av. 09 de Julho, 2029
Fone: (011) 281-7875

RIO DE JANEIRO
LIVRARIA J. CARNEIRO FELIPE
Praia de Botafogo, 188
Fone: (021) 536-9105

BRASÍLIA
LIVRARIA DE BRASÍLIA (FGV)
L2 Norte, 602 - Módulos A-B-C
Fone: (061) 226- 0033

XIX Congresso Brasileiro de Agronomia & Expo Agribusiness 95

Pela primeira vez na história, São Paulo sediará um Congresso Brasileiro de Agronomia (de 25 a 29 de julho de 95 - Agrocentro). Como não poderia deixar de ser, o XIX CBA será um evento marcante e diferenciado, fazendo juz à importância do setor agrícola no cenário nacional.

O XIX CBA terá como destaque uma diversidade de eventos simultâneos, transformando esta realização no maior acontecimento do agribusiness no Brasil, no ano de 95. Tais eventos correlacionam-se buscando uma "interface" perfeita entre si e proporcionando aos participantes e patrocinadores algo jamais visto no meio rural brasileiro.

Os engenheiros agrônomos do Brasil, através de 1500 (mil e quinhentos) membros da categoria reunidos nesse congresso formularão um documento em conjunto com 500 (quinhentos) produtores presentes no ENPR - Encontro Nacional de Produtores Rurais, a ser realizado durante o evento, objetivando apresentar ao Governo Federal uma proposta para o desenvolvimento do País através do agribusiness.

O evento contará ainda com FONSEA - Forum Nacional de



XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA

1 9 9 5

Secretários Estaduais de Agricultura, ESMA - Encontro Estadual de Secretários Municipais de Agricultura e o ENPM - Encontro Nacional de Prefeitos Municipais, que sem dúvida, trarão uma grande contribuição à implantação de uma Política Agrícola segundo o poder local, e indicarão soluções para os problemas da agricultura em aspecto "macro", saneando-se a nível regional e local.

Todo esse conglomerado institucional e profissional do setor agrícola, merece com certeza um cenário apropriado contando com a participação do setor de abastecimento de produtos e equipamentos nesse mercado de grande potencial. Pensando nisso o XIX CBA, não poderia deixar de promover uma feira de agribusiness, expondo assim todo o aparato tecnológico necessário para as realizações previstas nos plenários.

Por essa razão, esse evento conta com o apoio e o incentivo da iniciativa privada, onde o Agrocentro, juntamente com a FAEAB/AEASP, realizarão a Expo Agribusiness 95, proporcionando, dessa forma aos expositores, uma excelente perspectiva de negócios.

Para coroar esse mega evento, encerraremos com chave de ouro esse grandioso Congresso contando, na plenária final, com a presença do

EXPO AGRIBUSINESS 1995

Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso.

Finalizando, teremos o show de Almir Satter, que traz em sua música a poesia de integração entre a cidade e o campo.

Toda organização deste evento ficou a cargo da empresa **Agribusiness Marketing**, a primeira agência de agribusiness do Brasil.

Engenheiros Agrônomos, Produtores Rurais, Secretários de Agricultura, Prefeitos, Expositores e Patrocinadores, terão uma oportunidade ímpar de buscar soluções para o desenvolvimento deste País através de uma agricultura forte, proporcionando melhoria da qualidade de vida a milhões de brasileiros e gerando divisas para colocar o Brasil em patamar privilegiado num futuro próximo.

Guido José da Costa
Presidente - AEASP

FICHA DE INSCRIÇÃO - XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA - 25 a 29/Julho/95

Nome:
End.:
CEP: Cidade: Est.:
Profissão:
Empresa/Inst.:
Cargo:

ASSOCIADO?

☐ Sim ☐ Não

PARTICIPARÁ:

☐ **CBA** - Congresso Brasileiro de Agronomia ☐ **ENPR** - Encontro Nacional de Produtores Rurais ☐ **ENPM** - Encontro Nacional de Prefeitos Municipais
☐ **FONSEA** - Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Agricultura ☐ **ESMA** - Encontro Estadual de Secretários Municipais de Agricultura

INSCRIÇÕES:

SÓCIO/ESTUDANTES	NÃO ASSOCIADOS/OUTROS
R$ 50,00 até 30/05	R$ 80,00 até 30/05
R$ 60,00 até 30/06	R$ 90,00 até 30/06
R$ 70,00 até 25/07	R$ 100,00 até 25/07

***PACOTE PROMOCIONAL**

DESEJA ADQUIRIR		EM CASO DE HOSPEDAGEM
Passagem aérea e hospedagem	☐	APARTAMENTO
Passagem aérea	☐	Single ☐ Duplo ☐ Triplo ☐ Casal
Hospedagem	☐	HOTEL
Locação de veículo	☐	★★★★★ ☐ ★★★★ ☐ ★★★ ☐
Locação de telefone celular	☐	★★ ☐ Alojamento ☐

EM CASO DE PASSAGEM AÉREA: /São Paulo/

* Estas informações têm caráter consultivo. Será realizado posteriormente, um contato pela agência de turismo oficial.

ACOMPANHANTE

Nome:
End.:
Tel. Com.:

AEASP - Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
R. 24 de Maio, 104 - 10º andar - CEP 01041-000 - São Paulo -SP
Tel.: (011) 222-0764/221-6322 - Fax (011) 221-6930

JUNTO COM A FICHA DE INSCRIÇÃO, ENVIE CHEQUE CRUZADO NOMINAL À AEASP. ESTES VALORES INCLUEM: 03(TRÊS) ALMOÇOS, TRANSPORTE E INGRESSOS PARA FEIRA E SHOW